ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GOVERNADOR

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MARIO YPIRANGA MONTEIRO

io Ypiranga
nM
38098113
m

MANAUS — AMAZONAS

1966

SEC-39592
-37737-

ESTADO DO AMAZONAS

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

apresentada pelo Excelentíssimo Senhor
Governador
ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS
em 15 de março de 1966.

AmM
352.23809813
M489m

MANAUS — AMAZONAS

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Registro: 00767
Folha:
Data:

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 7
2. EDUCAÇÃO E CULTURA 19
   Ensino Primário
   Ensino Técnico e Secundário
   Atividades Culturais e Artísticas
   Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal
   Universidade do Amazonas
   Edições Govêrno do Estado do Amazonas
3. SAÚDE 35
   Saúde Pública
   Assistência Hospitalar
4. OBRAS PÚBLICAS 43
   Recuperação de Prédios
   Construções Novas
   Capital
   Interior
   Obras Novas em Andamento
   Capital
   Interior
5. SANEAMENTO 51
   Águas e Esgôtos
   Capital
   Interior — SESP
6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 59
   Sistema Rodoviário
   Comunicações Telefônicas
7. BEM ESTAR SOCIAL 67
   Habitação
   Assistência Social
   Segurança Pública
   Sistema Penitenciário
   Ministério Público
8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 79
   Energia

Produção Agrícola
Agro-Pecuária
Abastecimento
Banco do Estado
CODEAMA
Turismo
9. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 101
Nova Organização Administrativa
Administração de Pessoal
Previdência
Assistência
Representações do Govêrno
Tribunal de Contas
Relações com os Municípios
10. A POLÍTICA TRIBUTÁRIA DO GOVÊRNO 115
Receita Tributária Orçada
Despesa Pública Prevista
As alíquotas
A política de Incentivos Fiscais
11. RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DA UNIÃO 129
Valorização da Amazônia
DNER
Zona Franca
Portos
L.B.A.
I.N.P.A.
I.N.D.A., I.B.R.A. e Acôrdo
Ajuda Federal
Forças Armadas
12. VISITANTES ILUSTRES 145
Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco
Ministros de Estado
Escola do Estado-Maior do Exército
Escola Superior de Guerra
Adidos Militares
Embaixadores
Reivindicações do Estado
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS 153

1. INTRODUÇÃO

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS :

Somos parte de um mundo estranho no continente que é o Brasil. Êsse mundo é a Amazônia, de feições distintas, peculiares, marcadas por um gigantesco revestimento florestal, que contrasta com o que ocorre, nesse particular, nas outras regiões do País, e por bacia hidrográfica de extensão e potencialidade sem símile. Somos parte dêsse mundo. Compomos, no entanto, dentro dêle próprio, uma unidade que se autonomiza pela amplitude de sua fronteira internacional, pelo estado de incultura material que se constata fàcilmente, pela ação predatória de suas populações, que ainda realizam uma aventura econômica primaríssima de que começa agora, em nova experiência, a libertar-se num anseio de melhoria de sua vivência pela singularidade de sua situação geográfica. Compomos, assim, no mundo amazônico, a Amazônia Ocidental, distante do acesso ao Atlântico e portanto do acesso aos grandes centros da vida ativa do País. O fator geográfico, negativo até hoje, precisa ser vencido, através das vinculações que as rodovias hão de autorizar, e para as quais já começamos a caminhar se não com velocidade, com teimosa decisão. E' êsse um fato da maior importância a considerar para que as ações da unidade se fortifiquem ao invés de se desatarem, em desserviço à integridade nacional. Convém frizar constantemente a tese — se a política de integração deve abranger globalmente a Amazônia, no particular do Amazonas reveste-se essa política de importância especial. Porque não pode produzir resultados imediatos e com profundidade. E pode gerar fatalismo, descrença, desestímulo, perda de perspectiva em espíritos menos bem formados, e aquela consciência de

nacionalidade, de que nos temos investido para enfrentar desastrosas concepções a respeito, pode perigar no que representa como passado e deve melhor consolidar-se como presente.

Parte integrante e maior do mundo amazônico, mas tendo de enfrentar o fator, até hoje negativo, do isolamento, imposto pela posição geográfica, criamos um sentido quase agressivo de autonomia, alimentado na conveniência de desligarmo-nos de certas subordinações que nos diminuem e nos fazem imaginar tratamento injusto ou tratamento desigual. E' de reconhecer-se que o tratamento desigual existe, ninguém o pode negar ou ocultar. Não decorre de uma visão injusta, de um propósito negativo, mas de uma visão errada, falsa. Talvez pudéssemos chamá-la de primária. E' que aparecemos sempre como integrantes de um todo, daquele mundo estranho e distante na paisagem física e econômica do Brasil e, como tal, não se compreende que nesse todo, como no Brasil, há variantes, há diferenças, há desigualdades, há contrastes que impõem tratamento particular, especial, distinto. As subordinações a que nos sujeitam são fruto dêsse desconhecimento, dêsse irrealismo de visão. Contra êle é que temos de empenhar-nos, não para menosprezar, ferir suscetibilidades, com áreas de atrito, mas para equilibrar, garantir um processo de desenvolvimento que resulte também da participação oficial do poder central, em têrmos de equidade e de realismo. A estratégia de ação nacional não pode ignorar êsses aspectos, que são positivos e exigem atenção para resultados iguais, bons e a curto prazo.

Fomos tratados como enteados nos primeiros tempos do Império, quando nos esqueceram para participar da constelação provincial. E no entanto, nem por tal procedimento desesperamos, aguardando, não sem protesto, que nos reconhecessem os direitos políticos que possuíamos e afinal nos foram concedidos.

O patrimônio territorial que representamos foi a resultante da epopéia de conquista e de desbravamento que efetuamos por nós próprios, incessante e impetuosamente, contribuindo para a grandeza física da Pátria, garantindo, ademais, a exploração da riqueza florestal que nos assegurou, no "rush" da borracha,

já nos princípios do regime republicano, a condição especialíssima, durante anos, de maiores contribuintes, **per capita**, do Tesouro da União. Recordando êsses fatos, não nos queremos apenas insurgir contra a desatenção negativa do tratamento que, proclamemos mais uma vez, resulta muito mais de desconhecimento do real que de um propósito punitivo, mas registrá-la para as correções necessárias e urgentes.

Temos sido, ao longo dos tempos, uma área criada pela fôrça de nossas decisões. Em nenhum momento executamos uma política prèviamente elaborada. Os altos e baixos dêsse processo, por isso mesmo, devem ser entendidos como expressão dessa ousadia bravia que não se disciplinou em planos ou programas de Estado e só agora procura tentar essa experiência. O progresso que alcançamos compôs, portanto, página de energia pessoal e nunca de uma ordenação oficial. A participação que levamos ao desenvolvimento, também desequilibrado, do Brasil, foi participação ponderável, é certo, registrada nas estatísticas que falam do enriquecimento nacional, permitindo a criação de novas etapas de progresso. Como a contribuição para o bem-estar de outros povos e de outros continentes foi também ponderável, sem que, todavia, em contrapartida, recebêssemos os benefícios constantes, permanentes, que promovessem a nossa estruturação em bases menos empíricas. O balanço que se der, um dia, para identificar tal contribuição, no qualitativo e no quantitativo, abrir-nos-á um crédito ilimitado e valerá como lição de alto sentido para a convivência entre os homens e para que nos reconheçam na grandeza do nosso procedimento.

As reservas e o potencial de que dispomos, mas a cujo inventário se procede vagarosamente, despertando interêsses estranhos, suspeitos, não provocaram ainda, em nossa Pátria, aquela emoção que tem despertado lá fora e se traduz no interêsse cobiçoso que já revelei à Nação, em livro e através de denúncia que formulei, há pouco, com a solidariedade de Vossas Excelências. A propósito, vale recordar que em nenhum instante desejei carregar nas tintas para emprestar propósitos inconfessáveis a outros povos. O que pretendi foi alertar o Brasil para os perigos que nos rondavam e para a ousadia de certos centros

de pesquisa científica e tecnológica, que desprezavam a atividade brasileira na espécie e se atreviam a despedir-nos de nossa casa, como se nela fôssemos intrusos, com a conivência incrível, de uma inocência duvidosa, de entidades que perdiam o sentimento de brasilidade para atrelar-se à conveniência de estranhos. Sim, porque não se tratava, estamos lembrados do episódio, de colaboração útil, necessária, louvável, mas de atos verdadeiramente inamistosos, através dos quais tentava-se identificar-nos no que representamos como área exótica, com objetivos suspeitos e sem a nossa presença. A reação que oferecemos provocou o movimento de solidariedade do Brasil integral — associações de classe, governos municipais, Assembléias Legislativas, e no próprio Parlamento Nacional se fêz sentir. Submetemo-nos ao julgamento de Vossas Excelências, que nos proclamaram certos na posição adotada. E' preciso, pois, que o interêsse nacional ocorra com maior rapidez e intensidade, para que possa efetuar-se o aproveitamento daquelas reservas e em consequência iniciemos a fase de mudança em nossa vida coletiva.

Porque é tempo, havemos todos de convir, de ter consciência de que se faz necessário mudar, operar a transformação, de maneira a assegurar-nos uma condição nova, diferente, para melhor. Nossas populações, que funcionaram na emprêsa de ocupação do espaço gigantesco e na de consolidação do exercício da soberania brasileira, garantindo-a em amplas faixas de fronteira, com a cobertura dos pelotões do Exército, sofrem a carência de saúde e de educação. Não lhes possibilitamos ainda um bem-estar essencial à existência de uma sociedade saudável. As autoridades que representam o poder municipal têm produzido também muito pouco, nesse particular. A pesquisa a que estamos procedendo, para apurar a realidade, vai indicar-nos o quadro exato e as responsabilidades que cabem aos que, descumprindo os deveres, revelam-se sem a disposição para assegurar um mínimo de prosperidade aos centros urbanos que os escolheram para governá-los. Porque se faz necessário que nos decidamos a vencer o atrazo que atormenta as populações da hinterlândia, assegurando-lhes novas atividades para vida menos humilde e rotineira. As sedes municipais precisam ser

renovadas. Seus habitantes, esclarecidos, levados à mudança para melhor, numa ação inclusive de repulsa aos maus administradores, responsáveis, em muitos casos, pelo mal-estar e pela estática em que se estiolam cidades e vilas do interior. Impõe-se dar a todos a consciência dos deveres como partes integrantes da comunidade a que, como tal, devem servir com espírito cívico e decisão para dignificá-la pelo trabalho. Não se deve continuar no vêzo de aguardar que o poder público seja o único a incentivar e a realizar. O esfôrço construtivo cabe a todos, sem distinção de classe, côres, religião, ideologia política, condição cultural. E se cabe a todos, povo e Govêrno, porque não nos largamos para essa jornada de desenvolvimento, com os recursos de que dispusermos e aquêles que nos forem trazidos?

Volto à tese, que já anunciei na Mensagem do ano passado. Não adianta alegar que somos trópico e, em consequência, sujeitos às injunções negativas dos trópicos. Os nossos êxitos terão sido passageiros e minguados justamente porque somos trópicos. Ora, está ultrapassada a teoria antitropicalista, que fêz fortuna no passado, mas perdeu consistência e fundamento nos dias de hoje. O que ocorre na África deve servir de lição. As nações jovens, que vão se realizando para as experiências da vida política soberana, se antes se viam marcadas pelo estigma de seus trópicos, já não se deixam dominar pelo exagêro da afirmativa, que escondia as intenções do colonialismo, interessado em manter ali a teoria da inferioridade de povos e de terras. Como já lembrei na Mensagem passada, o que há que fazer é viver no trópico sem ignorá-lo, antes aceitando-o para comandá-lo, vencê-lo e possuí-lo em tôda extensão, em demonstração positiva de que alcançamos maioridade para as práticas do desenvolvimento.

Somos, no momento, 800 mil habitantes, que se distribuem mal, num espaço de mais de milhão e meio de quilômetros quadrados, mas valemos como artífices de uma operação de soberania e de civilização, apesar de tôda a precariedade de recursos que podemos utilizar, da parcimônia do instrumental de trabalho de que dispomos e da primitividade de nossas próprias condições culturais. Constituímos, é óbvio, o grande deserto do

país. E no entanto, participamos ativamente da explosão demográfica que já eleva a população brasileira aos 80 milhões. Nos nossos 800 mil habitantes, há cêrca de 237 mil crianças, o que vale dizer, população jovem que exige particular atenção do poder público, na tarefa de educação, saúde, bem-estar material, criação de perspectivas para assegurar o futuro. Tarefa para que devemos carrear recursos sempre na maior percentagem, uma vez que essa população jovem será a fonte pura de energia capaz de vencer as dificuldades opostas ao nosso desenvolvimento. Nela deve residir a nossa grande esperança, o que nos impõe o dever de prepará-la para a continuidade de nossa terra através das mudanças de tôda espécie, insisto, que precisam ser promovidas com a maior urgência.

Os problemas que desfiguram as nossas populações e entre êles está o do uso da terra, que não se faz em têrmos de interêsse da coletividade, não se podem aferir, porém, apenas na constatação da existência dêsse potencial demográfico em plena realização. Agravam-se pela ausência de uma mais aguda percepção política, que lhes permita a seleção de seus líderes em têrmos de autenticidade e não de aventureirismo, nascido e mantido sob sensacionalismo e afirmações demagógicas.

Tal pobreza de consciência cívica não é, todavia, fenômeno cultural adstrito à nossa terra. Expressa, antes, um estado de espírito generalizado por todo país com maior ou menor intensidade aqui e ali. O coronelismo, a enxada e o voto, que deu título a uma das análises mais objetivas e exatas do processo político nacional, de eminente jurista que se forrou de magnífica contextura sociológica, não é, assim, ficção de escritor, mas realidade de facílima comprovação. A Revolução brasileira, que se realiza com certo vagar, precisando, em consequência, tomar ímpeto, velocidade, considerando êsses aspectos negativos que tanto nos desfiguram no quadro mundial, não pode deixar de enfrentá-los para a política de sentido nacional que reflita uma nova mentalidade de governantes a verem certo e a se decidirem, sem reserva de qualquer espécie, na luta contra a miséria, a incultura, as endemias que se instalaram nas várias áreas do país. Porque se ficar na simples mudança de homens no poder, sem que

êsses homens tenham a ciência certa do que o Brasil apresenta realìsticamente, e quando falamos em Brasil o Amazonas está incluído com uma participação negativa de alto índice, então nada terá realizado como Revolução, que não pode continuar a ser apenas movimento de quartéis ou explosão de insatisfações populares. Uma Revolução, nos dias que correm, tem de ir às raízes dos males. Está a espontar, por tôda parte, no mundo inteiro, exigindo reformas, mudanças de infra-estrutura e de estrutura. Não é episódio de nossa História, mas sinal de novos tempos.

A América Latina é o grande laboratório dessa movimentação de multidões de zonas rurais, de zonas urbanas, de elites civis e militares, marca sensível de nossos dias. Os índices levantados pelas grandes organizações que se ocupam dos diagnósticos sociais, econômicos, políticos e culturais e analisados objetivamente por sociólogos, economistas e técnicos em ciências políticas, expressam êsse estado de espírito, mais que estado de espírito, estado de insatisfação e de exigências, que começam a ser atendidas porque é impossível deixar de atendê-las e não se restringem a fórmulas políticas sem sentido humano.

O exercício da democracia não se poderá tornar realidade se não extirparmos os erros, as deficiências, que, a certos aspectos, são uma constante na vida continental. E no particular de nossa terra, não é possível inscrevê-la fora dessa paisagem agreste.

Os quadros que vão a seguir, as informações pormenorizadas sôbre a situação do ensino, sôbre os problemas sanitários, sôbre as condições em que se processa o desenvolvimento econômico, particularmente no rural e no florestal, indicam claramente a realidade, que exige tempo, como fator fundamental, população progressista e quantitativamente expressiva, e todo um vasto acêrvo de conhecimentos, experiências, instrumental de trabalho, essencial ao aceleramento da vida em têrmos de novas perspectivas para que sejam efetivas essas novas perspectivas. Essa é, porém, a quota das gerações do futuro, que devemos preparar convenientemente. Não se exija mais da que está passando, certa ou errada no procedimento, mas já com o seu ativo e passivo em período final. Aos valores novos, sem mácula,

cheios de entusiasmo renovador, com o ímpeto próprio da idade, caberá a nova responsabilidade. De nada valerá a obra de saneamento a que nos dedicamos nesta fase dramática da história amazonense, se não ocorrer a continuidade que essas gerações jovens têm o dever de manter e ampliar.

Nossa posição, como unidade federativa, não se alterará se permanecermos sob o freio da rotina, sem ações que revelem a existência de uma decisão para a mudança. Por isso mesmo, o que no momento mais nos domina o pensamento e a ação é o desejo de transmitir às gerações novas uma lição de energia, um exemplo de trabalho, uma consciência coletiva, liberta de compromissos com aquêle passado recente, de tantas irregularidades e de tanto desamor à legítima causa pública.

SENHORES DEPUTADOS :

A reestruturação da vida de nosso Estado está em execução, através de providências que temos praticado com a colaboração eficiente e compreensiva de Vossas Excelências, desejo ressaltar, que não se opuseram aos novos tempos que precisamos viver sem distanciamentos de fundo partidário. Está em execução, mas apenas no comêço.

Deve prosseguir sem interrupção, pelo aparelhamento material e humano dos serviços do Estado, pela participação da iniciativa privada, incorporada às melhores aspirações de nosso povo, pela contribuição que o poder federal nos trouxer, no exercícic de suas obrigações constitucionais e não como um favor especial, uma generosidade régia, contribuição que pode ser direta ou através de seus próprios encargos de rotina de govêrno.

Na solução de nossos problemas, é necessário a unidade de pensamento e de ação. E deve fundamentar-se na harmonia entre os Poderes, o que se registra com os melhores frutos para a tranquilidade e o bem-estar coletivos.

Nesta Mensagem ânua, pretendo ter apresentado a Vossas Excelências o relato de nossa existência no decorrer de mais uma etapa de nossa administração. Acredito que tenha exposto com

realismo, sem nada ignorar como definição de uma época histórica e de um propósito de Govêrno. O estilo que adotamos na condução da coisa pública, bem o sabemos, tem parecido estranho. Consideramo-lo necessário e de resultados eficientes. Não estamos dispostos a alterá-lo. Refletem a minha natureza, indiferente às incompreensões dos que não pensam ceder à evidência de novos dias ou dos que pretendem impor suas soluções, servir aos seus ódios, interpretar fatos e atitudes, com desconhecimento da realidade dêsses mesmos fatos e do que expressam essas atitudes.

2. EDUCAÇÃO E CULTURA

Ensino Primário

Ensino Técnico e Secundário

Atividades Culturais e Artísticas

Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal

Universidade do Amazonas

Edições Govêrno do Estado do Amazonas

Sabem Vossas Excelências que os estudos de pedagogia têm revelado que o problema da educação, no Brasil, no que tange principalmente à eliminação em massa do elevado número de analfabetos espalhados por todos os quadrantes da Pátria, é uma constante que tem preocupado os Governos. É evidente em cada unidade federativa, à sombra dos problemas de ordem econômica, social, política. O Govêrno do Estado não conhecia a premência da abertura de novos horizontes para a educação no Amazonas, de sorte a permitir que o incalculado número de crianças recebessem as primeiras luzes e fôssem canalizadas para uma integração autêntica na comunidade, começando a tornar-se de fato, úteis a elas próprias.

Para a aplicação de uma política educacional no Amazonas, em caráter eminentemente positivo, era preciso que várias providências, **a priori,** fôssem tomadas para que houvesse uma economia de tempo e de verbas. As condições atuais da educação são de desenvolvimento para desenvolvimento, no esquema ultra-humano de se viver para a vida de outrem, para a vida social, para a vida em comunidade.

Em exposições dirigidas a Vossas Excelências e ao povo amazonense tenho provocado o assunto para que haja uma compreensão mais ampla das providências que visam à transformação da vida escolar, não só no setor primário, mas no secundário.

O último levantamento censitário realizado, permitiu conhecer o número de crianças de 6 a 14 anos que não frequentavam a escola, talvez em consequências de vários fatôres negativos do meio. Essas crianças já se enfileiravam entre outras, condenadas à vagabundagem, sem ter capacidade civil para o trabalho e meios adequados para prosseguirem os estudos.

Êste hiato nocivo que preocupa não só o Govêrno do Estado, vem sendo condenado por educadores e pais de famílias, que compreendem a periculosidade dêsse aspecto do problema do menor.

A educação é um ponto de honra do meu Govêrno. Não pode ser, no entanto, restituída de pronto. O clímax desejado vai depender das transformações que fôr sofrendo a sociedade nas variadas camadas que a compõem.

O quadro anexo (n.º 1) evidencia um dos sérios problemas que deparou êste Poder.

A escola deve preparar o cidadão. As classes são os meios por onde começamos o trabalho de preparação das crianças para que possam agir nos meios sociais. As professôras precisavam compreender isso e partir para o trabalho de preparação dos meninos, a fim de atuarem no meio de onde êles vêm e para onde êles voltam. A transformação do menino não é sòmente intelectual. E' comportamental. E' social. E' comunal. A psicologia infantil tem revelado que, nas salas de aulas onde estão inúmeros tipos de crianças, há hábitos, crenças, emoções, atitudes, interêsses e idéias diferentes.

Todos êsses fatôres devem ser considerados para uma completa orientação educacional. Os professôres precisavam sair da expectativa tradicional da escola estática para oferecer um preparo mais eficiente, uma motivação mais fascinadora, despertar finalmente, no aluno, o gôsto pela aprendizagem, pelas novidades e o amor às coisas sadias.

Não poderíamos cobrar dos professôres tais providências porque o panorama educacional do Amazonas primário e secundário vivia realmente destorcido de sua função e servia, muitas vêzes, de emprêgo às pessoas sem o preparo adequado para o mister professoral.

Sabem Vossas Excelências que o despreparo de um corpo docente pode ocasionar, funestamente, o aniquilamento de uma geração. Uma preparação fundamental, que oferecesse outras dimensões físicas, que atendessem às solicitações dos mestres,

precisava ser feita. O Govêrno iniciou, através do órgão competente, a operação da limpeza dos grupos e unidades escolares; providências para edificação de novos prédios nos mais diferentes bairros da cidade; aquisição de imobiliário escolar e uma melhor remuneração aos professôres para que se dediquem ùnicamente à pregação educacional. O planejamento das aulas, dos programas de tôdas as ações escolares, círculos de pais e mestres, museus, jornais escolares, festas, mais atividades, melhor dinamismo no ensino primário, tudo isso foi planejado e será executado no corrente ano pelo órgão da educação.

Somando a essas providências, êste Poder, no sentido de retomar a consciência das novas gerações e prestar uma justa homenagem à memória de personalidades desaparecidas que souberam, com amor e civismo, servir à Pátria, através de atos publicados, deu nova denominação aos grupos escolares da capital e do interior e a outros próprios estaduais que ostentavam nomes de pessoas vivas, ferindo o dispositivo legal que proibe tal culto.

Durante o ano de 1965, foram criadas 570 cadeiras para o ensino primário, distribuídas entre a capital e o interior, em face ao acréscimo das matrículas e por falta de unidades escolares suficientes que atendessem ao número de alunos que buscaram as escolas. Foi instituído, como medida de experiência, o turno intermediário. Tal medida veio amenizar um sério problema e evitar que crianças deixassem de frequentar a escola. Realizaram-se dois concursos para o preenchimento das cadeiras vagas. No ano corrente, semelhante providência já foi tomada para sanar o problema de vagas existentes.

A Secretaria da Educação e Cultura tem constantemente promovido encontros entre pais e mestres, supervisionados pela direção do Ensino Primário no sentido de que, cada vez mais, se acentui e se complete a tentativa de realizar educação não só na escola, mas no lar.

Nas inaugurações que êste Govêrno levou a efeito, durante o ano próximo passado, é de ressaltar a entrega ao público de dois Grupos Escolares e um Artesanato no Município de Itacoa-

tiara; um moderníssimo grupo no bairro de Petrópolis; duas escolas ao longo da Rodovia "Torquato Tapajós"; acréscimo de salas de aula ao Grupo Escolar "Pedro Silvestre" no bairro de São Raimundo e restauração de um Grupo Escolar em Manacapuru, além de outros, enumerados nesta Mensagem, promovendo mais confôrto e segurança para que a comunidade escolar venha a ser melhor assistida. Disciplinamos, também, as férias escolares intersemestrais, para as populações primária e secundária, a serem concedidas durante todo o mês de julho, idêntico ao mesmo prazo estipulado no Sul do País.

Com isso, estaremos facilitando a que os professôres possam deslocar-se para os centros mais adiantados para, em tempo hábil, realizar os cursos de férias, ministrados nessas épocas, onde novas experiências são adquiridas e, se transmudadas para as nossas escolas, poderão melhor incrementar os ensinos primário e médio.

Convém ressaltar o estado precário em que se encontravam os Grupos Escolares "Olavo Bilac" e "Monteiro de Souza", hoje completamente destruídos e, no local, já se vão erguer novas unidades dentro dos requisitos mínimos da pedagogia moderna e dos anseios da comunidade.

Para uma melhor compreensão da problemática educacional do Amazonas e um melhor aperfeiçoamento no magistério primário, principalmente nas cidades hinterlandinas, foram promovidos cursos de aperfeiçoamento para professôres normalistas, para professôres não titulados e de supervisão de ensino. Muitos desconhecem que, pela primeira vez, deslocou-se para Minas Gerais uma equipe de professôres do interior para fazer curso de aperfeiçoamento de quase um ano. Ao regressarem às suas cidades, essas mestras irão preparar novas equipes e assim espalhar, nos mais distantes recantos da Pátria, as bases modernas do ensino.

O Serviço Social nas escolas primárias é uma inovação, que alguns Estados da Federação ainda desconhecem. E' uma experiência anexada aos programas de bem-estar das crianças que será desenvolvida, com mais constância, nas escolas que recebem

pequenos de níveis de vida muito baixos. Os resultados auferidos na Guanabara foram satisfatórios, razão pela qual, êste ano, iremos tentar semelhante empreendimento. Com a Reforma Administrativa, a Secretaria da Educação e Cultura já conta com mais êste suporte, que será orientado por uma equipe especializada, visando ao bem-estar dos meninos e ao melhor rendimento escolar com o principal objetivo de estabelecer a relação dinâmica entre a escola, a família e o aluno.

Se a Assistência Social conseguir ajudar os pais a vencer as dificuldades, se os chamar a participar ativamente da vida da escola e da comunidade, estará proporcionando à família o papel real que lhe cabe na formação da personalidade de seus filhos e, como resultante de tudo isso, se êxitos forem alcançados, a educação no Amazonas, creiam Vossas Excelências, conseguiu dar um passo longo e um decisivo amadurecimento para que as gerações pósteras se ergam dentro de conhecimentos que irão esclarecer, ainda mais, a marcha da emancipação brasileira.

No ano letivo que passou, o Departamento de Ensino Médio desempenhou as suas atividades dentro das diretrizes orientadas por êste Govêrno, em cujos suportes se alicerça o plano de desenvolvimento econômico-social, no panorama em execução.

Devo assinalar que não foram poucas as iniciativas programadas e concretizadas pelo Govêrno do Estado, ampliando o número de Ginásios e Colégios, na Capital e no **hinterland** amazonense, criando condições favoráveis a uma política educacional, tanto no meio citadino como nas zonas rurais das municipalidades.

Em várias cidades do interior, foram criados novos Ginásios visando, entre outras finalidades, a diminuir o êxodo das populações campesinas para as áreas metropolitanas, fato sobejamente conhecido nos Estados pouco desenvolvidos como acontece com o Amazonas, face a rarefação dos núcleos populacionais na extensão geográfica da planície verde.

Uma das minhas maiores preocupações é a preparação da juventude, traduzida no homem que irá dirigir, no futuro, o Estado.

O Departamento de Ensino Médio, encarregado dos estabelecimentos de grau médio, mantém supervisionamento nas unidades escolares públicas e nas particulares no sentido de que haja um real intercâmbio e aproveitamento entre o ensino ministrado pelos particulares e o oferecido pelo Poder Público.

Elaborou aquêle órgão especializado da Secretaria da Educação e Cultura um quadro geral de matrículas, distribuído entre os estabelecimentos oficiais e particulares da Capital e do Interior.

A extensão das escolas do ensino médio poderá ser avaliada dentro da seguinte demonstração:

Até 1 964, existiam apenas as seguintes unidades de ensino secundário:

Colégio Estadual do Amazonas
Instituto de Educação do Amazonas
Colégio Comercial "Solon de Lucena"
Ginásio Normal "Benjamin Constant"

Nesse mesmo ano, foram criadas as seguintes unidades e cujo funcionamento se efetivou, a partir de março de 1 965:

Ginásio Estadual "Marquês de Santa Cruz", no bairro de São Raimundo.

Ginásio Estadual "Márcio Nery", no bairro da Cachoeirinha.
Ginásio Estadual "Estelita Tapajós", no bairro de Educandos.
Ginásio Comercial de Coari.
Ginásio Normal de Lábrea.
Ginásio Normal de Benjamin Constant.
Colégio Normal de Itacoatiara.
Ginásio Normal de Itacoatiara.

Colégio Normal de Manacapuru, havendo ainda, em poder de Vossas Excelências, para estudo, o Ante-Projeto de Lei que visa à criação do Ginásio Estadual de Manicoré para atender à população escolar de grau médio daquela cidade.

No terceiro turno na Capital, com o funcionamento dos três Ginásios Estaduais, atingimos a um índice admirável de

pessoas, quer adolescentes quer adultas, que procuram as escolas secundárias noturnas, buscando um melhor preparo intelectual que possa facilitar o norteamento para outros caminhos do saber e condições mais objetivas para os embates da vida.

Para os melhores trabalhos produzidos por escritores amazonenses e publicados durante cada ano, foram criados, com a finalidade de estimular o gôsto pelas pesquisas, artes e letras, dois prêmios de literatura, através da Lei n.º 157, de dezembro de 1 964. Após o julgamento por comissão prèviamente designada e indicado o melhor trabalho será feita a entrega do prêmio correspondente.

As novas instalações da Biblioteca Pública convidam a mocidade, pesquisadores e estudiosos para as consultas e leituras remansadas. Ampliamos o acêrvo bibliográfico com livros especializados em filologia, pedagogia, filosofia, economia, sociologia, arte, história e outros que possam atender às exigências dos consulentes, perfazendo um total de 3.126 volumes.

Em exposições realizadas, já mostramos os originais de autores brasileiros, os quais constituem verdadeiras relíquias da história da evolução do pensamento literário brasileiro e enriquecem de maneira singular o patrimônio de nossa casa dos livros. No total de 25 volumes, assim poderão ser examinados:

Pureza — José Lins do Rego

Jogos Puerís — Ronald de Carvalho

Originais — Graciliano Ramos

História Puxa História — Gastão Cruls

Artigos — J. E. de Macedo Soares

A Aventura Política do Brasil — Azevedo Amaral

Vozes do Mundo — Genolino Amado

Panorama do Brasil — José Maria Bello

Doença e Constituição de Machado de Assis — Peregrino Júnior.

Euclides da Cunha — Gilberto Freyre

Artigos de Jornal — Costa Rego

A Vida Dramática de Euclides da Cunha — Eloy Pontes — 3 volumes

Bernardo Pereira de Vasconcellos e Seu Tempo — Octávio Tarquínio de Souza — 6 volumes

Artigos — Assis Chateaubriand — 3 volumes

Espêlho dos Livros — Jayme de Barros — 2 volumes

Rua de Siriry — Armando Fontes — 3 volumes

No seu **hall,** foram efetuadas nove exposições, destacando-se, entre elas, os livros sôbre o folclore amazônico, originais de autores brasileiros e as publicações editadas pelo Govêrno.

Os progressos da Biblioteca Pública, no decurso do ano de 1 965, foram considerados, não só no crescimento de suas coleções, como também, no desenvolvimento dos serviços que lhe são afetos.

O auditório, de que tanto necessitava o Estado, tem sido constantemente utilizado para conferências, cursos e festas de formaturas.

A política educacional, encetada pelo Govêrno, começa agora a tomar nôvo rumo, a ser melhor compreendida, acordar aquêles que viviam para programas nocivos e a convidar tôda a população a fazer uma profunda reflexão sôbre essa mudança que o Amazonas começa a experimentar, ciente de que os homens de amanhã encontrarão, dêsse modo, elementos que os conduzirão ao cumprimento das tarefas impostas pela comunidade.

ANEXO N.º 1

CRIANÇAS DE 6 A 14 ANOS, SEGUNDO O ANO DE NASCIMENTO, QUE FREQUENTAM ESCOLA E QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA NO ESTADO

CRIANÇAS DE 6 A 14 ANOS

Ano de Nascimento	Idade	Frequentam Escola	Não Frequentam Escola	Total
1958.....	6 anos	—	—	20.100
1957.....	7 anos	11.026	7.144	18.170
1956.....	8 anos	12.067	6.904	18.971
1955.....	9 anos	10.648	5.176	15.824
1954.....	10 anos	14.402	6.063	18.465
1953.....	11 anos	10.407	4.540	14.947
1952.....	12 anos	11.100	3.800	12.557
1951.....	13 anos	8.757	3.800	12.557
1950.....	14 anos	9.126	4.586	13.712
	TOTAL...	85.533	43.414	149.047

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS — Na execução do seu plano educacional, o Govêrno do Estado possibilitou que 1965 fôsse ano decisivo para a Fundação Universidade do Amazonas, até então criada na lei, mas sem as condições necessárias de funcionamento e de perspectivas que lhe visassem a ampliar as nobilitantes atividades. As aspirações de tantos jovens amazonenses, frustradas durante tanto tempo, estão sendo agora, finalmente atendidas. Podemos dizer que a Universidade do Amazonas, com apôio que lhe tem dado o Govêrno do Estado, torna-se o veículo mais importante para a criação de gerações possuidoras de formação cultural capaz de dignificar qualquer sociedade.

Incorporadas à Fundação Universidade do Amazonas vinham funcionando as Faculdades de Direito, de Ciências Econômicas e de Filosofia, sem mais atenderem, entretanto, às vocações de outros jovens que aspiravam seguir outros cursos. A ausência de outras Faculdades vinha marcando ou o êxodo de jovens amazonenses para o Sul do País, ou o inaproveitamento daquelas vocações. Era necessário que o Govêrno do Estado contribuisse para que a Universidade pudesse criar as condições indispensáveis ao funcionamento de novos cursos e à abertura de novas Faculdades. A de Ciências Econômicas criou o Curso de Ciências Contábeis e posteriormente o de Administração. Na Faculdade de Filosofia passou a funcionar o Curso de Letras.

Para vencer a última etapa do sistema universitário do Amazonas, com a criação e funcionamento das Faculdades de Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia, — repito, na compreensão das mais justas aspirações da mocidade estudiosa de nossa terra, destinamos à Universidade Cr$ 50.000.000 para aquisição do prédio onde funciona hoje a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, próprio já comprado; Cr$ 50.000.000 como auxílio à instalação e funcionamento das Faculdades de Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia e, finalmente, fizemos à Universidade a doação do prédio onde funcionou o Grupo Escolar "Plácido Serrano", próprio destinado à instalação de uma das unidades do futuro curso de medicina. Pelo orça-

mento em vigor a Universidade deverá receber Cr$ 95.000.000. Como vêem Vossas Excelências, a participação do Estado na esfera do ensino superior, se não foi extraordinária, não se mostrou desprezível. Ao contrário, refletiu a nossa compreensão da importância de que ela se reveste e, na medida de nossas possibilidades financeiras, representou-se de certo modo expressiva. Oferecemos à Universidade o essencial ao seu desenvolvimento, uma vez que poderá formar os profissionais de várias categorias, indispensáveis ao funcionamento dinâmico do Estado em futuro bem próximo.

EDIÇÕES GOVÊRNO DO ESTADO — Finalmente, ainda no campo da cultura, o Govêrno continuou a publicar livros, dentro das séries das "Edições Govêrno do Estado do Amazonas", e plaquêtas, através do seu órgão próprio que é a Secretaria de Imprensa e Divulgação. Essas publicações têm contribuído, como já disse a Vossas Excelências, não apenas para a retomada da consciência das novas gerações quanto ao nosso passado, a nossa problemática ou a grandeza das figuras humanas que conquistaram o nosso espaço físico e realizaram a nossa civilização tropical, mas, sobretudo, têm difundido, no país inteiro e até no exterior, a terra amazonense. Em 1965, em lançamentos sucessivos, publicamos os seguintes livros:

1. SÉRIE EUCLIDES DA CUNHA:

"A Terra e o Homem nos Trópicos", do professor Hilgard Sternberg.

"Planejamento e Programação Regional", do professor Francisco Ferreira Batista.

"Porque Perdemos a Batalha da Borracha", de Cosme Ferreira Filho.

"Predelinquência Infantil em Manaus", do Desembargador André Vidal de Araújo.

2. SÉRIE ALBERTO TÔRRES:

"Rotina e Dinâmica na Vida Brasileira", de Arthur Reis.

"A Autonomia do Amazonas", de Arthur Reis.

"Tempo e Vida na Amazônia", de Arthur Reis.

3. SÉRIE TORQUATO TAPAJÓS:

"Um Caboclo Amazônico", de Mário e Julião Barroso Ramos.

"Três Municípios Amazonenses", de Anísio Jobim.

"Teatro Amazonas" (1.º Volume), de Mário Ypiranga Monteiro.

"A Cabanagem", do Ten. Cel. Gustavo Moraes Rêgo Reis.

4. SÉRIE MONTEIRO DE SOUZA:

"História do Amazonas", de Rosa do Espírito Santo Costa.

"Súmula de História do Amazonas", de Arthur Reis.

"Noções de Moral e Cívica", de Sebastião Guimarães.

5. SÉRIE RAIMUNDO MONTEIRO:

"Andirá", de Paulo Jacob.

"Retalhos de Minha Alma e da de Outros Também", de Oséas Martins.

"Renata", de Moacir Marques.

6. SÉRIE EULÁLIO CHAVES:

"Temas de Direito Constitucional e Social", de Henoch Reis.

7. SÉRIE PAULINO DE BRITO:

"Itacoatiara. Roteiro de Uma Cidade", de Francisco Gomes da Silva.

"Codajás. Vida de Um Município", de Renato Farias de Almeida.

8. SÉRIE EDUARDO RIBEIRO:

"Leis, Decretos e Regulamentos do Estado" (1.º Volume), organizado por José Cidade de Oliveira.

Além dêsses livros, editamos as seguintes plaquêtas : Revisão Municipal do Amazonas, Estrada Manaus-Itacoatiara, Epitácio Pessoa, A Liga da Defesa Nacional e a Amazônia, A Visita do Presidente Castelo Branco ao Amazonas, Região, Vida e Expressão; Um ano de Govêrno, O Problema Nacional da Amazônia, Discurso do Desembargador Paulo Jacob, Estrada Manacapuru-Cacau Pirêra, Amazonenses em Canudos, A Integração da Amazônia na Civilização Brasileira.

Coube, ainda, ao Govêrno do Estado, através de sua Secretaria de Imprensa, a compra de alguns livros de autores locais, com o objetivo de estimulá-los e, entre êstes: "Histórias de Submundo", de Artur Engrácio da Silva; "Rimas da Primavera", de Mary Sálem; "Três Episódios do Rio", de Elson Farias, "Lunamarga", de Alencar e Silva, "Frauta de Barro", de Luiz Bacellar e "Gonçalves Dias", do Clube da Madrugada.

3. SAÚDE

Saúde Pública

Assistência Hospitalar

Não desconhecem Vossas Excelências que a situação sanitária de uma população é medida pelos coeficientes de mortalidade, pelos coeficientes de incidência das doenças de interêsse imediato de saúde pública e pelos números índices endêmicos ou epidêmicos. Sempre foi e será a incógnita que, dia a dia, convoca energias e verbas para solucionar ou amenizar os grandes problemas da medicina atual. O fator saúde, mesmo com o grande avanço da ciência, é, em consequência, uma preocupação mundial e exige, do poder público, a adição de políticas que vençam a morte. Os resultados obtidos obedecem, no entanto, a um processo lento, razão pela qual o problema sanitário de um País ou de um Estado requer providências em todos os sentidos, na tentativa de eliminar os índices alarmantes, e isso nem sempre, apesar de todo o avanço da ciência sanitária, pode ser solucionado com rapidez.

Os levantamentos, realizados através do setor bioestatístico da Secretaria de Saúde, revelaram que a mortalidade geral em Manaus ocorreu da seguinte forma: em 1965 foi de 11,4 contra 13,6 em 1964, o que significa que em cada mil habitantes morreram 11 em 1965 e 13, em 1964. Na mortalidade infantil houve uma diminuição em seu índice, porque em cada mil crianças nascidas vivas, morreram 84 em 1965 e 100 em 1964.

Durante o ano que passou, a população de Manaus recebeu assistência através dos ambulatórios dos centros de saúde e dos postos médicos da Capital. Quanto à assistência hospitalar, foi ela prestada através do Hospital "Getúlio Vargas", Isolamento "Chapot Prevost", Hospital Infantil "Doutor Fajardo", Maternidade "Ana Nery", Colônia "Eduardo Ribeiro" e dos ambulatórios dos Serviços de Tuberculose e "Alfredo da Mata". Com exceção de difteria e da raiva humana que, no momento, cons-

tituem preocupação e estudos para os médicos da Secretaria de Saúde, as demais doenças nada apresentaram de alarmante durante o ano corrente.

Deverão entrar em funcionamento as seções de Estudos e Planejamento e Assistência Social e Educação Sanitária, criadas com a lei que estruturou a administração no Estado. O Serviço de Câncer aguarda equipamentos, encomendados no Sul do País para ampliar as suas atividades com a implantação de unidade de radioterapia profunda, com aparelho cedido pela Liga Amazonense Contra o Câncer, e aparelhamento de radioterapia média, prevenção do câncer ginecológico e outros menores, cujos serviços serão completados pela instalação de unidade hospitalar moderna e eficiente, programada para ser entregue no ano em curso.

O setor de Engenharia Sanitária mantém o supervisionamento de todos os assuntos relacionados com saneamento do ambiente. Elevado foi o número de projetos e construções, submetidos à aprovação. Embora poucos lhes reconheçam o valor, êsses serviços desempenham um papel importante nos trabalhos de saneamento, pois, nos projetos apresentados, são verificadas as condições de iluminação, projeção hidráulica, destino dos dejetos, instalações dos serviços de água e esgôtos, os tipos de habitação e poluição dos cursos de água.

O Departamento Estadual da Criança mantém, com satisfatório funcionamento, o setor do Serviço Social, que recebe, diàriamente, centenas de crianças que, como naturais dependentes, sofrem em sua fase de evolução física mental as influências, muitas desaconselhadas, de seus próprios pais, faltas e falhas oriundas da má estruturação familiar, produto, muitas vêzes de uma pobre orientação ou situação sócio-econômica. Assim, além de outras medidas positivas já aplicadas, desenvolveu a Campanha de Vacinação domiciliar através de equipes vacinadoras que se empenharam, pelos bairros de Manaus, no trabalho de imunização.

Na execução da política do Govêrno em relação ao problema de saúde, despendemos Cr$ 320.000.000 entre o Hospital

"Getúlio Vargas", que encontramos construído, com seu aparelhamento regular, e com as portas fechadas, o Leprosário do Aleixo e Paricatuba e o Hospital Infantil "Doutor Fajardo", êste último que mantinha também suas portas fechadas e hoje atende à população infantil. Foi aberto, aparelhado e está prestando serviços institucionais.

O problema da assistência médica do interior sòmente agora começa a tomar proporções no que se entende à permanência de um serviço médico, montado para atendimento das populações ali localizadas. Decorre êsse reinício de atividades no interior, de convênio que firmamos com a Fundação SESP, agora reaparelhada e já em atividade.

Durante 1965, o Govêrno do Estado conseguiu intensificar êsses serviços, através da Secretaria de Saúde, que fêz deslocar, para todo o interior, médicos e enfermeiras, e que hoje já mantém, em pleno funcionamento, 129 subpostos médicos para distribuição medicamentosa e aplicação de vacina. O órgão estadual de saúde já firmou convênio com o SESP para funcionamento dos cursos de aprendizagem médica, oportunidade em que serão adestrados os auxiliares de enfermagem para, posteriormente, desempenhar o papel atuante na orientação das casas de saúde existentes.

A Maternidade de Itacoatiara, denominada "Cunha Melo", foi inaugurada a 5 de setembro de 1965, e conta atualmente com doze leitos. Seu funcionamento não se restringe sòmente à assistência obstetrícia, amplia-se no auxílio à população local, traduzido em assistência hospitalar, fora o Socorro de Urgência para os casos em que não há outro recurso. Em boa hora, êsse centro médico veio amenizar essa grande lacuna existente em Itacoatiara pois, mensalmente, o número de partos atinge à média de quarenta (40). Os trabalhos são orientados por médico da Fundação SESP, auxiliado por quatro (4) enfermeiras religiosas, do Canadá, da Ordem de São José.

A Maternidade de Borba, com sede pronta, está aguardando apenas o equipamento médico-cirúrgico para ser dado início ao seu funcionamento. O Govêrno do Estado já firmou convênio na

obrigação de doar, anualmente, a quota de Cr$ 18.000.000 (DEZOITO MILHÕES DE CRUZEIROS), consignados no Orçamento, a fim de que essa casa de saúde não venha sofrer solução de continuidade em seu funcionamento.

O Departamento Estadual de Maternidade e Infância, que desempenhou em 1965 papel importante na orientação e fiscalização dos serviços de puericultura, contou, fora do quantitativo previsto no Orçamento do Estado, com verbas da Delegacia Federal da Criança da 1.ª Região, e da SPVEA, no sentido de que se conduzissem, em dia, os serviços já instalados, em funcionamento, estudo e elaboração dos projetos que, executados, irão incrementar a política de assistência e proteção à maternidade, à infância e à adolescência, visando a dar-lhes estrutura e orientação adequadas, de modo a torná-las mais eficientes.

No ano em curso, já organizou medidas para o levantamento censitário de tôdas as organizações de assistência e proteção à maternidade, à infância e adolescência existentes na Capital e no Interior e promoverá, em caráter educativo e demonstrativo, a exibição de filmes de propaganda, publicações de folhetos e cartazes com finalidades instrutivas, realização de conferências, programas radiofônicos, cursos, palestras, divulgação, tudo isso na tentativa de melhor esclarecer a população da necessidade dos indispensáveis conhecimentos de higiene.

A Semana da Criança, que fazia parte do seu calendário de campanhas e festividades, foi uma experiência com resultados positivos. Na semana de comemorações foram realizadas, através das emissoras locais, palestras educativas, alusivas à grande data. Tôdas as instituições, que trabalham nesse ramo de atividade social, colaboraram. Além da participação dos órgãos estaduais, destacamos a colaboração do Govêrno Federal e entidades particulares: Legião Brasileira de Assistência, Campanha Nacional da Merenda Escolar, Rotary Clube de Manaus, Lions Clube, Companhia Brasileira de Produtos Alimentares (NESTLÉ), Serviço Social da Indústria, Prefeitura Municipal de Manaus, Representação do Território de Roraima, Rádio Baré, Campanha Educativa do Amazonas — "FISI".

Êsse setor é um dos mais dinâmicos da Secretaria de Saúde e tem atestado a necessidade nas normas do Serviço Social em face dos resultados obtidos. No comêço do ano corrente, entrou em funcionamento o Serviço de Assistência Dentária Itinerante, que vem prestando relevantes serviços de proteção e conservação da saúde dentária à população suburbana, reconhecidamente pobre. Êsse atendimento odontológico, montado em um carro especial, já percorreu todos os bairros de Manaus, Instituto "Melo Matos", colônias nipônicas e residências de moradores sediados ao longo da Rodovia "Torquato Tapajós" e da Estrada, incompleta, Manaus-Caracaraí.

Com uma equipe de dentistas, destinada especialmente para essa tarefa, o serviço itinerante até os primeiros dias de fevereiro apresentou os seguintes resultados:

Atendimento odontológico	5.249
Atendimento de enfermagem	370

Em rápido balanço das atividades da Secretaria de Saúde, propusemos a Vossas Excelências que os índices alarmantes de mortalidade baixaram sensìvelmente e as populações, não só da Capital, como também as mais distantes do interior, já estão recebendo auxílio e orientação de forma diferente, necessários à elaboração de uma sociedade que se afirme pela posse de saúde e portanto dispondo das condições essenciais à sua atuação social, econômica e cultural.

4. OBRAS PÚBLICAS

Recuperação de Prédios

Construções Novas

Capital

Interior

Obras Novas em Andamento

Capital

Interior

O ano de 1965 ofereceu à Secretaria de Viação e Obras Públicas a oportunidade de realizar o mais intenso trabalho na concretização dos planos do Govêrno, testando assim, satisfatòriamente, a sua capacidade produtiva sob a eficiente direção, a princípio do Engenheiro IVO AMAZONENSE MOURA DE OLIVEIRA, e posteriormente do Engenheiro MÁRIO ELYSIO DA MOTTA PEREIRA.

A fim de dar execução à etapa do Plano Bienal no ano que findou, foram consignados, para a Secretaria de Viação e Obras Públicas, recursos da ordem de Cr$ 3.319.131.882, incluindo Cr$ 500.000.000 destinados à compra de material de construção e pagamento de mão-de-obra de casas populares no bairro da Raiz, e Cr$ 45.000.000 para construção do muro de arrimo da rua Duque de Caxias, que ameaçava desaparecer. Daquele total de recursos, transpôs-se para o ano de 1966 um saldo de Cr$ 586.971.937.

A atividade da SVOP não se restringiu à Capital. Estendeu-se intensivamente ao interior, recuperando prédios estaduais em ruína ou também ampliando-os, e construindo novos.

RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS — Na Capital, procedeu-se à recuperação dos seguintes próprios estaduais : Grupos Escolares "Luizinha Nascimento", na Praça 14 ; "Herbert Palhano", no bairro N. Sa. das Graças ; "Pedro Silvestre", em São Raimundo ; "Antonio Bittencourt", na Glória ; "Ribeiro da Cunha", na Silva Ramos ; "Nilo Peçanha", na Joaquim Nabuco ; "Cônego Azevêdo", em Aparecida ; "Machado de Assis", em Educandos ; "Saldanha Marinho", na rua do mesmo nome ; "Euclides da Cunha", na Cachoeirinha ; "Marechal Hermes", na Sete de Setembro ; "Farias de Brito", na Praça 14 ; "Mourão Vieira", no Barro Vermelho ; "Pe. Agostinho Martin", em São Francisco ; "Adalberto Valle",

no Morro da Liberdade ; "Antônio Telles de Souza", no Bairro Presidente Vargas ; "Cunha Mello", na Raiz ; "Zulmira Bittencourt", em São Jorge; "1.º de Maio", na Praça 14; "Carvalho Leal", na Cachoeirinha ; "Leopoldo Neves", em Santa Luzia ; Conjunto Educacional "Coriolano Durand", em Educandos; "Plácido Serrano", no Boulevard Amazonas; "José Paranaguá", na rua do mesmo nome ; "Getúlio Vargas", na Cachoeirinha ; "Fueth Paulo Mourão", em São Jorge; Artesanato "Pe. Stélio Dalison", em São Jorge; Artesanato "J. G. de Araújo", em Santa Luzia; Artesanato "D. Irineu Joffily", na Cachoeirinha; Biblioteca Pública, Arquivo Público, Secretaria de Fazenda, sede do IPASEA, Departamento de Estatística, anexo da Secretaria de Saúde; Ginásio "Márcio Nery", na Cachoeirinha; Centro de Preparação de Oficiais da Polícia Militar do Estado, na Praça 14; Edifício "Tartaruga", (CELETRAMAZON, no 1.º pavimento; Secretaria de Viação e Obras, no 2.º pavimento, e da CAMTEL e LABRE, no 3.º pavimento) ; Departamento Estadual de Maternidade e Infância; sede do DASPA; sede da TRANSPORTAMAZON, Maternidade "Ana Nery", Instituto "Maria Madalena", Colônia Agro-Escolar "Melo Matos", Departamento de Águas e Esgôtos, Usina de Tratamento de Água do Bombeamento ; Reservatórios do Mocó e da Castelhana ; Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça; Hospital "Dr. Fajardo" e Hospital "Getúlio Vargas"; sede da CODEAMA ; Delegacia Especializada de Trânsito ; Frigorífico F-1 ; Pôsto de Puericultura "Adriano Jorge" ; Escola do KM-19 da rodovia AM-1 ; Hospital de Educandos e Penitenciária Central do Estado; Sub-Delegacias de Polícia da Cachoeirinha, Adrianópolis, Educandos, Praça 14, São Raimundo, São Jorge, Glória, São Francisco ; Postos Médicos de São Raimundo, Santa Luzia, Educandos. Obras de menor monta, pequenos reparos, foram, ainda, executados no Colégio Estadual do Amazonas, Instituto "Benjamin Constant", Teatro Amazonas, antigo Hospital de Educandos e Imprensa Oficial. No interior foram completamente recuperados os seguintes próprios públicos estaduais : Grupos Escolares "Profa. Luiza de Vasconcelos Dias", em Itacoatiara ; "Coronel Cruz", ainda em Itacoatiara ; "Carlos Pinho", em Manacapuru; "Francisco Lopes Braga", em Coari; "Santina

Filizola", em Maués, e a Maternidade "Cunha Melo", em Itacoatiara.

CONSTRUÇÕES NOVAS — Dentro do esquema do Plano Bienal de Govêrno, em Manaus, construímos e inauguramos o moderno Grupo Escolar "Major Silva Coutinho", no bairro de Petrópolis, prédio de dois pavimentos, com doze salas de aulas afora dependências de serviços e instalações sanitárias e de recreio; a Escola "Ouvidor Sampaio", no KM-41 da Rodovia "Torquato Tapajós", prédio em alvenaria de tijolos com 4 salas de aulas, residência para professôra e instalações sanitárias; Almoxarifado da Secretaria de Viação e Obras, em Petrópolis, compondo-se de um prédio central onde estão localizados os escritórios, grupo de sanitários e depósito de materiais leves e galpões para guarda de materiais pesados e garage ; instalações da Loteria do Estado, no pavimento térreo do prédio do Tribunal de Contas, compreendendo pisos, balcões, salas para administração e pintura ; Quadra de Esportes "René Monteiro", em São Geraldo, compreendendo piso em concreto, arquibancadas e tabelas com armação de estrutura de ferro ; Escola "Abílio Alencar", no KM-35 da AM-1, em madeira, compreendendo 2 salas de aulas e residência de professôra; e foi concluída a construção das primeiras quatorze unidades das casas populares no bairro da Raiz, destinadas a abrigar os moradores da antiga Cidade Flutuante, estando em fase de conclusão outras quatorze, e vinte e quatro com fundações e camadas já concluídas. No interior do Estado, concluímos e inauguramos o Forum de Itacoatiara, onde já funcionam dois Cartórios, salas de Promotores e Juízes, salão de júri, sala dos jurados, sala do réu e demais dependências de serviços, inclusivè sanitários; o Grupo Escolar "Dr. Fernando Ellis Ribeiro", também em Itacoatiara, com seis salas de aulas, sala de professôres, blocos de sanitários, recreio coberto e demais dependências de administração ; Grupo Escolar "Capitão-General Mendonça Furtado", ainda em Itacoatiara, com as mesmas características do Grupo anteriormente citado ; Artesanato "Osório Fonseca", em Itacoatiara, já em pleno funcionamento com as suas maquinárias instaladas.

OBRAS NOVAS EM ANDAMENTO — Em Manaus, estão em andamento, para conclusão dentro de prazos prèviamente estabelecidos, as seguintes obras : Grupo Escolar "Vicente Telles de Souza", no bairro de São Geraldo, compondo-se de quatro blocos com 9 salas de aulas, além de dependências de administração e serviços, e instalações sanitárias ; Grupo Escolar "Almirante Barroso", no bairro da Vila Amazônia, com três blocos, compreendendo 6 salas de aulas e demais instalações necessárias ; Grupo "Olavo Bilac", em São Raimundo, no lugar do antigo, de madeira, que foi demolido por imprestável, compondo-se o nôvo de dois pavimentos com 5 salas de aulas e dependências indispensáveis ao seu funcionamento ; Grupo "Monteiro de Souza", em Educandos, também no lugar do antigo, de madeira, demolido por imprestável, compondo-se de dois pavimentos com 5 salas de aulas e dependências de administração, sanitários e serviços ; Ginásio "Márcio Nery", na Cachoeirinha, composto de 2 blocos, um dos quais em dois pavimentos, para 15 salas de aulas e sanitários, permanecendo a administração no prédio já existente; Centro de Saúde do IPASEA, na Duque de Caxias, compondo-se de instalações para clínicas de atendimento, laboratórios e Raio-X; sede do Departamento de Turismo e Promoção, na Praça da Saudade, no térreo do Palácio da Cultura ; mais 38 casas populares no bairro da Raiz na conformidade do que já referi ; Estádio "Vivaldo Lima", que caminha para transformar-se na realidade prometida ; Grupo "Governador Melo e Póvoas", no bairro de Santo Antônio, composto de um bloco com 2 pavimentos compreendendo 8 salas de aulas e dependências de administração e serviços e sanitários. No interior do Estado, em Itacoatiara está quasi em fase de conclusão a construção do Ginásio "Vital de Mendonça", para 11 salas de aulas, auditório, sanitários e dependências administrativas.

A Secretaria de Viação e Obras, além do que já foi exposto, realizou mais os seguintes trabalhos : construção de um muro de arrimo, de canalização de esgôtos de um trecho da rua Duque de Caxias, que ameaçava ruir em consequência de infiltração de água ; de colaboração à execução e instalação da exposição "Um Ano de Govêrno" ; de colaboração material e

humana ao Departamento de Águas e Esgôtos para solução do rompimento da adutora do Igarapé do Franco ; de auxílio material à Prefeitura de Manaus para recuperação de via pública em frente ao Hotel Amazonas; de colaboração material para a confecção dos obeliscos do KM-135 da Rodovia "Torquato Tapajós" e da cidade de Manacapuru.

5. SANEAMENTO

Águas e Esgôtos

Capital

Interior — SESP.

ÁGUAS E ESGÔTOS NA CAPITAL — Problema da maior gravidade, porque afeta os mínimos princípios de saúde, higiene e bem-estar, e que encontramos insolúvel, foi o do abastecimento d'água de Manaus. Um rápido histórico dêsses serviços de tamanha importância para a coletividade, basta para ter-se uma idéia daquela gravidade. A primeira iniciativa concreta, visando a dotar a Capital amazonense do seu serviço de abastecimento d'água, data do último decênio do século passado, quando foi construída uma barragem no igarapé de São Raimundo, de onde a água era recalcada para o Reservatório da Castelhana, e daí distribuída à cidade. Já no início dêste século, construiu-se o Reservatório do Mocó para atender a distribuição às zonas de maior consumo. O crescimento da população de Manaus, e a consequente ocupação de novas áreas da cidade, obrigou o deslocamento da fonte de captação daquela água, do igarapé de São Raimundo para a Ponta do Ismael, à montante da cidade, e, portanto, livre de poluição. Instalaram-se ali, na época, bombas a vapor de alto e baixo recalques, vindo posteriormente as obras de uma estação de tratamento do precioso líquido. Em tempos mais recentes, aquelas máquinas a vapor foram substituídas por motor-bombas de eixo vertical e estas continuam em funcionamento, anti-econômicas e deficientes até hoje. Chegamos a 1965 com uma cidade de cêrca de 200.000 habitantes, dos quais sòmente uma parte recebe água.

Preocupado com êsse quadro, o Govêrno dedicou-se ao trabalho urgente de restauração física, administrativa e técnica do Departamento de Águas do Estado, visando a aparelhá-lo para enfrentar as imensas tarefas que necessàriamente lhe seriam atribuídas. Firmou-se contrato legal com uma firma especializada, para a elaboração de um projeto fixando a reformulação completa do sistema de abastecimento d'água de Manaus. Êsse

projeto, quase totalmente concluído, tem a sua execução condicionada às disponibilidades financeiras. Não ficou aí limitada, entretanto, a ação do Govêrno para proporcionar meios e recursos ao DAE. No Orçamento do Estado, destinamo-lhe recursos compatíveis com o investimento total programado. Mais : a direção do Departamento de Águas movimenta-se junto a órgãos competentes da esfera federal, para a obtenção de créditos indispensáveis à realização daqueles planos.

A nova ordem administrativa, implantada no DAE, permitiu-lhe arrecadar, em 1965, Cr$ 390.593.280, com uma despesa de sua responsabilidade, da ordem de Cr$ 128.924.520.

Atendendo sempre, dentro de suas possibilidades, às solicitações que lhe são dirigidas, o Departamento de Águas e Esgôtos realizou, em 1965, 682 novas derivações, 131 remodelações e está, com a Secretaria de Viação e Obras, à qual é vinculado, recuperando as instalações físicas dos Reservatórios do Mocó e da Castelhana.

Bàsicamente, o sistema de abastecimento d'água de Manaus é o mesmo instalado pela "Manaos Improvement" em 1907, para uma população de 50.000 pessoas. Os acréscimos nas linhas de distribuição e modificações no bombeamento, posteriormente feitos, foram para atender a cêrca de 90.000 pessoas. Não seria mais possível o poder público continuar de olhos fechados para uma situação tão dramática. Projetamos um nôvo sistema de abastecimento d'água para Manaus, com capacidade de atender satisfatòriamente à sua população, com uma previsão de 350.000 pessoas, até 1968 e de forma a permitir os acréscimos racionais e necessários no sistema, para os futuros crescimentos demográficos a partir daquele ano. Com o estudo do consumo "**per capita per diem**" de água, chegou-se à conclusão de que a taxa ideal para Manaus será a de 250 l/d **"per capita"**. Com base nesse cálculo, foi dimensionada uma nova tomada d'água, no mesmo local da Ponta do Ismael, à montante da cidade. O Plano aproveita parte do sistema já existente, fazendo-lhe novos acréscimos, e prevê a construção de 3 novos reservatórios, nos bairros de São Raimundo, Educandos e Petrópo-

lis. Serão construídos 70.000 metros de novas linhas de distribuição, atingindo principalmente os novos bairros ainda não abastecidos d'água. Será totalmente reformada a linha atual, especialmente nos trechos da travessia de igarapés, onde a nova linha será montada sôbre pontes para evitar não apenas a poluição da água distribuída mas, também, facilitar-lhe o consêrto em caso de rompimento. Está projetada nova e moderna estação de tratamento de água, em substituição à existente, obsoleta, sem condições de funcionamento.

Finalmente, para que Vossas Excelências tenham mais exata idéia do empreendimento a que se propõe o Govêrno, damo-lhes a discriminação do custo do investimento num total de ..... Cr$ 10.000.000.000 :

Tomada d'água	Cr$	700.000.000
Bombas		300.000.000
Tubulação		300.000.000
Estação de tratamento		2.000.000.000
Reservatórios		1.200.000.000
Rêde de distribuição		3.500.000.000
Despesas operacionais		1.000.000.000
Instalações de medidores		1.000.000.000

NO INTERIOR — Para a execução de um plano visando a dar às populações do interior do Estado melhores condições de vida no concernente à assistência de saneamento, através de obras e serviços médicos e hospitalares, e à engenharia sanitária, o Govêrno encontrou melhor caminho aliando-se à Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, antigo SESP, de tão grandes e inesquecíveis trabalhos prestados à Amazônia, especialmente ao tempo da última Grande Guerra. Através de convênios objetivando a complementar os recursos da Fundação SESP, para a construção ou reformas de unidades mistas e sanitárias no interior do Amazonas, o Govêrno do Estado, além disso, cedeu a

participação de sua parcela de recursos para a construção ou reforma de residências para médicos, para a compra de medicamentos enviados para o interior, para a contratação de médicos, para a instalação de serviços de abastecimento d'água e outros encargos. Assim, coube ao Govêrno do Estado do Amazonas, colaborando com a correta e vigorosa atuação da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, no ano de 1965, fornecer recursos num total de Cr$ 174.500.000 para as seguintes atividades :

1. Construção ou reformas de unidades mistas e sanitárias nas cidades de Benjamin Constant, Itacoatiara, Maués, Parintins e Manacapuru ;

2. Construção ou reformas de residências para médicos nas cidades de Benjamin Constant (2), Coari, Maués, Manacapuru e Parintins (3) ;

3. Envio de medicamentos para o interior ;
4. Número de médicos para o interior, 11 ;
5. Domicílios visitados, 5.591 ;
6. Reservatórios domiciliários construídos, 205 ;
7. Banheiros construídos, 59 ;
8. Privadas higiênicas construídas, 705 ;
9. Filtros arenitos, 183 e
10. Início da instalação de serviço de abastecimento d'água em Benjamin Constant e Parintins.

Para o ano de 1966 deveremos, cooperando com a Fundação SESP, atingir as seguintes metas :

1. Construção ou reformas de unidades mistas e sanitárias em Coari e Tefé ;

2. Construção ou reformas de residências para médicos, em Itacoatiara e Lábrea ;

3. Elevação para 15 do número de médicos contratados para o Interior ;

4. Construção de mais 1.500 reservatórios domiciliares;

5. Construção de 500 privadas higiênicas;

6. Construção de 500 filtros arenitos;

7. Construção de 2.000 lavatórios, 2.000 pias de cozinha, 500 fossos para lixo, 200 fogões domiciliares, 50 melhorias em poços domiciliares;

8. Pequenos serviços de abastecimento d'água para Bôca do Acre, Manicoré, Barreirinha e Carauari e

9. Serviço de abastecimento d'água definitivo para: Benjamin Constant (continuação), Parintins (conclusão), Coari, Itacoatiara e Lábrea.

6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Sistema Rodoviário

Comunicações Telefônicas

A política rodoviária do Estado, em 1965, ganhou ímpeto construtivo, em contraste com o processo de lentidão e inoperosidade do passado recente e distante. Foi o período de maior rendimento do DER-Am, bastando esclarecer a Vossas Excelências que, dos 430 Kms. de estradas construídos em tôda a história daquele Departamento, 154 foram obra da atual administração, em aproximadamente um ano e meio de Govêrno. Isso significa dizer que, nesse ano e meio, foram construídos 35,8% do total da rêde de estradas iniciada em 1946, com a antiga Comissão de Estradas de Rodagem do Amazonas (CERA). Melhor falando, ainda : **EM 19 ANOS CONSTRUÍRAM-SE 276 QUILÔMETROS DE RODOVIAS E EM UM ANO E MEIO DO NOSSO GOVÊRNO, 154 QUILÔMETROS !**

As medidas administrativas, estudadas e adotadas no DER-Am, a partir do segundo semestre de 1964, visaram, sobretudo, a concentração de recursos em determinados setores, a descentralização burocrática e a moralização dos serviços e permitiram, em consequência, a construção daqueles 154 quilômetros de rodovias, dos quais 68 em grade definitivo e 86 em primeira abertura. Inauguramos e entregamos ao tráfego as rodovias AM-1, denominada "Torquato Tapajós", ligando Manaus a Itacoatiara; a "Manuel Urbano" (AM-3), ligando Cacau-Pirêra a Manacapuru, e a "Araújo Lima" (AM-13), ligando Tarumã a Ponta Negra.

No setor de pavimentação foram iniciados, em regime de empreitada e com o processamento legal, os trabalhos para a pavimentação de mais 40 quilômetros da rodovia "Torquato Tapajós", preocupando-se também o DER-Am com a conservação das estradas já prontas. Visando, igualmente, ao aprimoramento técnico dos novos planos rodoviários traçados para o Estado, foi realizada concorrência pública para proceder-se a estudos e elabo-

rar-se projetos de novos 1.000 quilômetros de estradas no Amazonas.

Para maior rendimento dos trabalhos do DER-Am, o Govêrno determinou a conclusão do Terminal de Asfalto dêsse Departamento, cujas obras, há quasi dois anos, estavam paralizadas. Foi reiniciada, assim, a construção civil daquele Terminal, dando-se acabamento e pintura às suas estruturas metálicas, faltando, para a sua conclusão definitiva, apenas o sistema de proteção geral e o "pier" de atracação com tomada de asfalto. O Terminal de Asfalto, de importância vital para o DER-Am, estará concluído neste ano de 1966.

No exercício de 1965 o Departamento de Estradas de Rodagem fêz investimentos, nos seus diversos setores, da ordem de Cr$ 5.013.500.000, assim discriminados :

Construção de estradas	Cr$ 2.100.000.000
Pavimentação	18.500.000
Conservação e melhoramentos	685.000.000
Equipamentos e instalações	1.350.000.000
Manutenção e recuperação	860.000.000

Cabem aqui referências sôbre as dotações do DER-Am e os custos dos seus serviços. Nada melhor do que a comparação dos números. Em 1963, as dotações atribuídas ao DER-Am, provenientes do Fundo Rodoviário e outros órgãos, chegaram à cifra de Cr$ 2.297.429.576. Em 1965 os recursos provenientes das mesmas fontes somaram Cr$ 12.894.500.790, e para 1966 aquelas dotações deverão chegar à casa dos Cr$ 20.000.000.000.

Os trabalhos do DER-Am são condicionados a investimentos e custos e dêsses dois elementos pode aferir-se o rendimento dos serviços. Em 1963, para os trabalhos realizados na época, tínhamos um custo unitário aproximado de Cr$ 328/m3 para solo terroso escavado e transportado a uma distância média de 300 metros. A partir de 1964 os custos unitários sofreram, como vinham sofrendo, grande alteração, levando o Govêrno Federal, baseado nos índices da conjuntura econômica traçada pela Fun-

dação "Getúlio Vargas", correspondente aos meses de outubro de 1963 e fevereiro de 1965, determinar a aplicação, aos contratos subordinados à tabela de 1964, o coeficiente corretivo 2.313. Assim, o preço da escavação passou para Cr$ 930/m3 em maio de 1965, atingindo os contratos celebrados em janeiro dêsse ano. Ainda a partir de 1965 o DNER atualizou os custos de escavação que passaram, pela fórmula y = 2306 + 533, a Cr$ 1.225/m3.

O confronto das cifras e dos percentuais assim expostos, leva-nos à conclusão de que, para uma dotação de..... Cr$ 2.297.429.576, o DER-Am construiu em 1963 apenas dezoito quilômetros de estradas, contra 154 quilômetros construídos em 1965 com a dotação de Cr$ 12.894.500.790.

A programação para 1966 prevê investimentos da ordem de Cr$ 17.000.000.000, inclusive para atender o ataque às obras em frentes longínquas de Manaus, como Lábrea-Humaitá e Bôca do Acre-Rio Branco.

É preciso, ao concluir êste relato sôbre as atividades do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, insistir na necessidade de levar à frente a idéia do Govêrno sôbre a nossa política rodoviária. Durante longo período da nossa existência, como já bem observou Leandro Tocantins em um dos seus livros, o rio tem comandado a vida do Amazonas e, em consequência da justeza dessa afirmação, principalmente o homem do interior tem sentido o fascínio das águas, realizando uma agricultura nas várzeas, esquecendo-se das terras firmes que utiliza sòmente para as atividades predatórias, no que elas produzem pela mão da natureza. Por isso, ao sabor das culturas de ciclo rápido, da produção indisciplinada, das alagações e do fenômeno das terras caídas, o nosso caboclo tem sido um nômade, sem fixar-se com amor ao solo. É necessário mudar, — repito, criar nova mentalidade, a fim de que a fixação do homem do interior se processe naquelas terras firmes. Para isso, entretanto, é indispensável que lhe criemos condições de penetração na parte central do Estado, e aqui aparecem as rodovias como a grande solução para o problema. Essa marcha de penetração já foi

auspiciosamente iniciada, com os frutos alvissareiros das primeiras experiências. As rodovias "Torquato Tapajós", "Manuel Urbano", "Araújo Lima" e a Humaitá-Lábrea, em fase de execução, ligando os vales do Purus e do Madeira, vêm permitir a ocupação de vastas áreas interiores, centrais, com perspectivas novas de ocupação do solo e de criação de riqueza, para a nova vida do Amazonas.

COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS — Essa a exposição referente aos assuntos e à ação da política rodoviária do Estado. Passo agora a dar para Vossas Excelências o relato sôbre as comunicações telefônicas.

Ninguém desconhece que Manaus, centro das atividades do Estado, isola-se do Interior no que concerne às comunicações telefônicas. Nunca as possuímos, se não nos limites da própria Capital e com serviços precários, de há muito ameaçando colapso total, com graves prejuízos para os seus usuários. Êsses serviços telefônicos de Manaus não acompanharam o crescimento da cidade e por isso mesmo chegaram à situação de calamidade. O atual Govêrno, preocupando-se com o problema e sabendo que a sua solução não poderia ser alcançada a curto prazo, na urgência que se faria necessária, constituiu, através da CODEAMA, o Grupo Executivo de Telecomunicações — GETEL, com a incumbência de estudar a implantação, no Estado, de um nôvo sistema de telecomunicações, eficiente e moderno, tanto para Manaus como para o interior do Amazonas.

Do trabalho dêsse Grupo, nasceu a atual Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL, com o capital inicial de Cr$ 3.000.000.000, para pôr em execução o plano que traçara. O Estado é o maior acionista dessa nova emprêsa, com 51% de ações, que adquiriu na quantia de ..... Cr$ 1.530.000.000. Os 49% restantes foram adquiridos pelo povo, dentro do prazo record de 28 dias, o que se constituiu numa demonstração estimuladora da confiança coletiva no empreendimento do poder público. Assim, a CAMTEL entrou imediatamente na sua fase dinâmica: realizou o levantamento dos trabalhos programados para a Capital, fixando, como resultado,

em 6.000 terminais o número de linhas para a primeira etapa de instalação dos novos serviços telefônicos; determinou as especificações para o equipamento de comutação, os ante-projetos de rêde externa e o projeto do prédio da Central Telefônica e Centro Rádio-Telefônico de Manaus; adquiriu o terreno adequado para essas construções e determinou o centro teórico ideal para linhas com base na demanda; solicitou e obtêve na forma da decisão publicada no Diário Oficial da República de 29 de dezembro de 1965, do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), as aprovações necessárias ao funcionamento legal do serviço urbano desta cidade.

Através de concorrências públicas tomou providências para aquisição e montagem do equipamento de comutação automática e de fôrça para o serviço telefônico urbano de Manaus, no prazo de 18 meses; para construção do edifício da Central Telefônica e do Centro Rádio-Telefônico da Capital, com capacidade para instalar equipamentos num total de 20.000 terminais, além do equipamento que servirá às comunicações com o Interior; e para aquisição de material de instalação da rêde externa urbana da cidade.

Somadas tôdas essas providências, temos como objetivo do Govêrno inaugurar os novos Serviços Telefônicos de Manaus em maio de 1967, o que já competirá ao meu sucessor. A par disso, preocupa-se também a CAMTEL com a preparação de pessoal técnico-especializado, que atenderá aos seus futuros serviços, tendo, para tanto, organizado e pôsto em funcionamento um curso básico de telefonia, frequentado por candidatos prèviamente selecionados.

Manaus, portanto, será dotada de um moderno sistema de telefonia automática "Cross-Bar" e, posteriormente, as cidades do interior que mostrarem capacidade aquisitiva, de pequenas centrais telefônicas rurais, do tipo "SIEMENS", pioneiro. Contudo, paralelamente à instalação do nôvo equipamento de telefones da Capital, a CAMTEL promoverá a ligação de rádio-telefonia de âmbito estadual, dividido em duas rêdes que abrangerão inicialmente as cidades de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Maués,

Coari, Benjamin Constant, Bôca do Acre, Borba e Manicoré. A primeira dessas rêdes será constituída de equipamento VHF, operando em 300 megaciclos pelo processo de espalhamento troposférico para vencer as distâncias relativamente grandes entre as cidades atendidas por essa rêde : Manacapuru, Itacoatiara, Parintins e Maués. A 2.ª rêde será constituída de equipamento de SSB, operando em ondas curtas, e ligará as cidades de Coari, Benjamin Constant, Bôca do Acre, Borba e Manicoré.

Finalmente, visando a permitir maiores recursos à CAMTEL a fim de que alcance o pleno êxito na execução dos seus planos, inclusive de estabelecer comunicações telefônicas entre Manaus e o Interior, o Govêrno pleiteou, junto ao Ministério da Viação, a necessária autorização para aplicar, nesses serviços de tamanha significação, 10% da cota rodoviária do Estado. Obtivemos êxito no nosso pleito, assegurando dessa maneira o sucesso pleno do empreendimento a que nos lançamos, no propósito de definir e executar no Estado uma nova, útil e dinâmica política de telecomunicações.

7. BEM ESTAR SOCIAL

Habitação

Assistência Social

Segurança Pública

Sistema Penitenciário

Ministério Público

HABITAÇÃO — Na promoção do bem-estar social que incumbe ao Govêrno realizar em favor da coletividade que lhe é jurisdicionada, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas e com os seus próprios recursos técnicos, financeiros e humanos, o Estado vem construindo um conjunto residencial modêlo para abrigar as famílias mais pobres da extinta Cidade Flutuante, identificadas através de levantamento realizado por pesquisadores sociais. Essas obras a que faço referências específicas no capítulo desta Mensagem concernente à Secretaria de Viação e Obras, já estão em plena fase de execução e com as primeiras casas inauguradas, totalizarão 600 residências, no bairro da Raiz.

Além dessas construções de sua exclusiva responsabilidade, de acôrdo com a política habitacional do Govêrno Federal, o Estado criou a Companhia de Habitação do Amazonas, órgão próprio para "estudar as questões relacionadas com a habitação de interêsse social e de executar as suas soluções, de acôrdo com as diretrizes e normas da Lei Federal N.º 4.380, de 1964". O capital inicial da COHAB-AM foi de Cr$ 100.000.000, figurando o Estado como acionista majoritário, subscrevendo 51% do valor das ações e os 49% restantes para subscrição pelos municípios e pelo público. Com o objetivo de garantir o crescimento futuro da Companhia, a Lei que a criou, de n.º 226, de 27 de junho de 1965, prevê que o Orçamento do Estado consignará anualmente dotação equivalente a 0,25% da receita, ao desenvolvimento das suas atividades.

Atribuindo-se à COHAB-AM o gôzo dos benefícios da desapropriação por utilidade pública, procedemos à desapropriação de uma área de terras à margem da rodovia BR-17, cujo terreno já está sendo trabalhado para receber as construções e estas já em início.

Os projetos iniciais são para alcançar-se, em 1966, o número de 2.000 residências construídas, na dependência, naturalmente, dos recursos com que contar a Companhia de Habitação, da colaboração da iniciativa privada e de outros recursos provenientes de financiamentos, inclusive e principalmente do Banco Nacional de Habitação.

A política habitacional do Estado do Amazonas afina-se, dêsse modo, com a do Govêrno Federal, na busca para a solução de tão grande e urgente problema social do nosso país. Enquadramo-nos às regras do SERFHAU, que é o órgão da União constituído para unificar, normalizar e pesquisar o problema no âmbito nacional, assessorando o BNH no contrôle, normalização e fiscalização técnica das COHABS.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Uma das preocupações do Govêrno relaciona-se com os problemas das classes menos afortunadas que, em verdadeiras romarias de pedintes, procuravam o Palácio Rio Negro para a solução dos seus problemas angustiantes, cingidos a características de tôda espécie. Para dar um atendimento mais amplo possível àquelas solicitações que se multiplicavam, através do Decreto n.º 184 instituímos o Serviço Social de Palácio Rio Negro, que passou a exercer suas atividades a partir de abril de 1965, manipulando a dotação própria de recursos no montante previsto de Cr$ 1.200.000.000. Para a aplicação dêsses recursos foi elaborado um vasto plano de caráter técnico-assistencial e dentro dêsse plano processou-se um trabalho educativo, com o uso de técnicas apropriadas, considerando-se o sêr humano comc unidade bio-espiritual, procurando dar-lhe consciência e motivá-lo para promover o seu enquadramento nas condições de elemento capaz de contribuir, positivamente, pelo seu próprio esfôrço, para o seu pleno desenvolvimento.

Vários tipos de financiamentos, sem juros, foram postos à disposição da grande massa menos favorecida, abrangendo, êsses financiamentos, utilidades desde o medicamento e gênero alimentício ao material de construção, passagens e aparelhos de reabilitação para as doenças físicas. Entretanto, se os solicitantes, comprovadamente, não possuíssem qualquer possibilidade de pagamento daqueles financiamentos, o poder público auxiliou-os

sem compromissos de restituição. O critério de atendimento prioritário aos mais necessitados foi rigoroso. Uma Carteira de Empregos funcionou a contento, com valiosa colaboração do comércio, da indústria e de outros organismos particulares, resolvendo assim problemas individuais de trabalho.

Coube, ainda, ao Serviço Social, com a colaboração da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Manaus, elaborar e executar plano para o funcionamento da Colônia Agro-Escolar "Melo Matos" e do Instituto "Maria Madalena", totalmente recuperados, ampliados e humanizados, material e socialmente, pelo poder público, dentro das novas técnicas modernas de recuperação de pré-delinquentes e crianças abandonadas e dentro do nôvo sistema de Educação através da terapêutica ocupacional ou educacional-promocional.

Alguns dados consigno nesta Mensagem, para melhor esclarecer a Vossas Excelências a respeito da utilidade do Serviço Social, que presentemente compõe Divisão integrante dos quadros subordinados ao Gabinete do Governador do Estado.

AUXÍLIOS DIVERSOS

Natureza	Situação	Quantidade	Observação
Hospitalização	Deferidos	220	Entre os 220 pedidos de hospitalização estão incluídos 5 casos de Tuberculose pulmonar p/o Sanatório Adriano Jorge
	Indeferidos	—	
	Pendentes	68	
Pensão	Pendentes	15	
Terreno	Deferidos	29	
Bôlsa de Estudo	Pendentes	5	
Raio X	Deferidos	10	
Emprêgo	Deferidos	21	
	Indeferidos	—	
	Pendentes	171	
Total		539	

AUXÍLIOS DIVERSOS

Natureza	Situação	Quantidade	Observaçãc
Reajustamento	Pendentes	6	
Abastecimento D'Água	Pendentes	5	
Cadeira de Roda	Deferidos	1	
	Pendentes	2	
Perna Mecânica	Deferidos	3	
Auxílio Financeiro	Deferidos	18	
	Indeferidos	—	
	Pendentes	49	
Material p|Construção a saber : Telha, Palha, Tijolo	Pendentes	95	
Zinco	Deferidos	16	
Caixão	Deferidos	18	
Total		213	

PASSAGENS MARÍTIMAS

Local	Situação	Quantidade	Observação
Manaus até Belém	Deferidos	95	As passagens de Manaus até Belém compreendem os vários portos intermediários entre as duas Capitais.
	Indeferidos	15	
	Pendentes	38	
Manaus até Pôrto Velho	Deferidos	64	Idem, idem.
	Indeferidos	18	
	Pendentes	31	
Total		261	

PASSAGENS AÉREAS

Local	Situação	Quantidade	Observação
Manaus — São Paulo	Deferidos	3	
	Indeferidos	—	
	Pendentes	8	
Manaus — Rio de Janeiro	Deferidos	28	
	Indeferidos	5	
	Pendentes	33	
Manaus — Fortaleza	Deferidos	3	
	Indeferidos	2	
	Pendentes	10	
Manaus — Recife	Deferido	1	
	Indeferido	—	
	Pendente	—	
Total		93	

PEDIDOS DE INTERNATO

Local	Situação	Quantidade	Observação
Instituto Maria Madalena	Deferidos	4	
	Indeferidos	—	
	Pendentes	8	
Instituto Benjamin Constant	Deferidos	—	
	Indeferidos	—	
	Pendentes	12	
Asilo de Mendicidade Dr. Thomas	Deferidos	4	
Colônia Agro-Escolar "Melo Mattos"	Deferidos	66	
	Indeferidos	—	
	Pendentes	45	
Casa da Criança Paredão	Deferidos	6	
	Pendentes	1	
Total		146	

PEDIDOS DE MADEIRA

Situação	Quantidade	Observação
Deferidos	106	
Indeferidos	23	
Pendentes	687	
Total	816	

SEGURANÇA PÚBLICA — A Segurança Pública do Estado, na órbita de sua competência, é exercida pelos órgãos próprios e subordinados à Secretaria do Interior e Justiça, Polícia Militar e Departamento Estadual de Segurança Pública, que devem agir sempre no melhor entendimento, conjuntamente, zelando pela preservação da ordem, preventiva ou coercitivamente. A Polícia Civil, no quadro geral de como recebemos o Estado, era um órgão desvirtuado nas suas finalidades, então utilizado para objetivos da política estreita que dominava o Amazonas, servindo de instrumento punitivo para quantos discordassem daquela situação vigente. A Polícia Militar igualmente estava sendo minada pela quebra de hierarquia e pelos desmandos que lhe poderiam ter sido fatais. A época era de violências corporais, que dariam resultados de terror e assegurariam aos mandantes dos desatinos e barbárie, como aos que lhes cumpriam as ordens desumanas, uma posição de relêvo na galeria dos homens sem Deus e sem lei. Essa época foi encerrada e dela só resta a lembrança triste de que os algozes têm a saudade mórbida.

O Govêrno, na compreensão dos seus deveres, tem procurado assistir àqueles órgãos públicos, para que disponham de eficiência necessária e sejam realmente o instrumento de uma ordem intangível, conquanto a solução ideal para os seus problemas técnicos, humanos e materiais não possa ser encontrada a curto prazo. O aparelhamento policial do Estado, por isso mesmo, ainda é precaríssimo, funcionando um tanto na base do empirismo. Nosso maior esfôrço, por enquanto, tem sido no sentido de restituir-lhe a consciência de suas obrigações e do cumprimento dos seus deveres, conquanto dentro daqueles limites. Presentemente, o Govêrno está procedendo à restauração física do prédio e das instalações do DESP e vai construir um nôvo quartel para a Polícia Militar, que já mantém funcionando o seu Centro de Instrução de Oficiais e vem mandando bolsistas selecionados para cursos de Aspirantes ao Oficialato, nas mais modernas Corporações congêneres do País: Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio. No particular da Polícia Civil, o Govêrno equipou-a de veículos, que não possuía para os seus mínimos serviços rotineiros. A reforma administrativa,

a ser implantada na Secretaria do Interior e Justiça, criará novas condições técnicas para a renovação do aparelhamento policial.

SISTEMA PENITENCIÁRIO — A Penitenciária Central do Estado têve, em 1965, um ano material e moralmente proveitoso para os reclusos que ali cumprem pena por fôrça de ilícitos penais que cometeram. Daquela condição desumana a que os mesmos viviam relegados, em celas fétidas, passaram a ser tratados como sêres racionais. A parte física da Penitenciária foi inteiramente refeita, nela incluindo-se enfermaria, salão de refeições, pavilhão de mulheres, sanitários, banheiros, salão de conferências. O trabalho ainda prossegue e esperamos concluí-lo com êxito para dotar aquêle presídio do instrumental necessário a que os presos possam trabalhar e, com o exemplo do suor do próprio rosto, voltarem ao seio da sociedade de que se afastaram, recuperados para uma vida nova. Com êsse propósito, estamos criando setores onde se possa realizar a aprendizagem de tarefas úteis. Foi renovada a composição do Conselho Penitenciário, que já possui o seu regimento, passando a distinguir-se por um tratamento humano e profícuo do ponto de vista de recuperação dos que, naquele estabelecimento correcional, cumprem pena.

MINISTÉRIO PÚBLICO — O Ministério Público do Amazonas é constituído pelo Procurador Geral e Sub-Procurador, que funcionam na Instância Superior, e pelos Promotores de Justiça e Curadores, que exercem as suas funções nas Varas Cíveis ou Criminais, na 1.ª Instância.

É um órgão, por consequência, com a missão de resguardar as instituições, as leis e a sua execução, da mais relevante importância, portanto, para a sociedade. Encontramo-lo na mais triste desorganização e os seus titulares sucessivos não cessaram de procurar integrá-lo nos novos padrões de moralização e dinâmica vividos pelo Estado. Para que Vossas Excelências tenham uma idéia mais exata de tudo o que afirmamos, basta dizer-lhes que até processos desapareciam do órgão exatamente incumbido

de preservá-los e de estudá-los. O nôvo Procurador Geral vem trabalhando para completar o indispensável reajustamento das atividades do Ministério Público à nova fase política e administrativa do Amazonas.

Cabe-me, agora, ao encerrar êste capítulo em que falo dos órgãos principais subordinados à Secretaria do Interior e Justiça, a que também incumbe o processamento das leis e decretos do Executivo, e o delineamento das regras de relações políticas e administrativas entre o poder central do Estado e os municípios, expressar os meus agradecimentos públicos, ao Dr. Alberto de Rezende Rocha, pelos bons serviços que, no particular, prestou ao Govêrno e ao Estado.

8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Energia

Produção Agrícola

Agro-pecuária

Abastecimento

Banco do Estado

CODEAMA

Turismo

8 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Energia

Produção Agrícola

Agro-pecuária

Abastecimento

Banco do Estado

CODEAMA

Turismo

No capítulo do desenvolvimento econômico do Estado, podemos enumerar e relatar a ação do Govêrno nos setores da energia elétrica, através do órgão próprio que é a CELETRAMAZON ; do fomento à produção agrícola e agropecuária, a cargo da Secretaria de Produção, de financiamentos, através do Banco do Estado ; do Turismo, que incumbe ao Departamento de Turismo e Promoção, órgão nôvo, recentemente criado com a Reforma Administrativa, e da CODEAMA, Comissão de Assessoramento para o estudo e programação do Desenvolvimento Econômico.

ENERGIA — Compreendendo o nôvo conceito de que a energia elétrica gera o progresso e, por consequência, precede-o, o Govêrno procurou dar o maior impulso possível às atividades das Centrais Elétricas do Amazonas S/A, incluindo-as no seu Plano Bienal. O setor de planejamento da emprêsa cuidou, de imediato, de estudar as áreas de maior densidade demográfica do interior, bem como as de maior projeção econômica e, em face de suas conclusões, iniciou a execução do programa de eletrificação da cidade de Parintins, dotando-a de moderna usina com capacidade para 1.000 KVA., cabendo salientar que, além das duas unidades geradoras ali já instaladas, uma terceira, de 500 KVA, será montada para funcionar até junho de 1966. A inauguração da nova usina elétrica de Parintins, ocorrida a 23 de dezembro de 1965, constituiu-se em ato festivo para a comunidade local, despertando a consciência dos homens do comércio e da indústria parintinenses, que há quase 9 anos lutavam com a ausência de fôrça energética, para novos empreendimentos. O custo total da grande iniciativa do poder público é da ordem de Cr$ 900.000.000.

No prosseguimento da execução do Plano Bienal do Govêrno, acelera-se a renovação total do sistema energético da cidade de

Itacoatiara, onde será instalada, inclusive com a construção civil, posteamento, rêde de distribuição e iluminação pública, uma usina com três grupos Diesel com capacidade total de 2.475 KVA., num empreendimento orçado em Cr$ 1.200.000.000, cuja inauguração estava prevista para agôsto do ano de 1966, sendo provável, contudo, pelo adiantado das obras, que a inauguremos em junho próximo, vencendo o tempo com a dinâmica de um trabalho quase diuturno.

Paralelamente a êsses serviços em Itacoatiara, a CELETRAMAZON já adquiriu, para a cidade de Manacapuru, 3 locomóveis estacionárias "Mernak" com 170/190 HP, ao preço de Cr$ 133.076.000. A usina de Manacapuru, nova e com outra rêde de distribuição, será igualmente inaugurada em junho, alcançando as obras um custo total aproximado de Cr$ 300.000.000.

Não paramos aí, no setor de energia elétrica visando ao desenvolvimento econômico do interior. Ainda dentro da programação do Plano Bienal para o exercício de 1966, firmaram-se os necessários contratos para aquisição de postes destinados aos sistemas energéticos novos que deverão ser instalados nas cidades de Maués, Barreirinha, Eirunepé, Manicoré, Sto. Antônio do Içá, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Tefé, Coari, Codajás, Lábrea, Humaitá e Urucará. Esta programação deverá ser totalmente concluída até junho de 1967, quando a CELETRAMAZON, dentro do Plano Bienal, deverá apresentar a animadora estatística de eletrificação parcial do interior amazonense, de 7.650 KVA. As cidades de Eirunepé, Manicoré, Tefé, Maués e Benjamin Constant, terão o seu sistema energético servido por unidades tipo locomóveis, que a CELETRAMAZON, com recursos que lhe são destinados pelo Ministério das Minas e Energia, vai adquirir em número de 15. Barreirinha, Humaitá, Urucará, Codajás, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença terão as suas usinas instaladas com unidades Diesel elétricas, que a emprêsa toma providências para adquirir com recursos dos Fundos Federal e Estadual de Eletrificação. Ainda com os seus próprios recursos, a CELETRAMAZON instalará, em 1966, uma usina térmica a vapor, com máquinas alternativas e caldei-

ras alimentadas a lenha, com 510 HP e 375 KVA, bem como um nôvo sistema de distribuição de energia, na cidade de Lábrea. Coari, da mesma forma, será dotada, em 1966, de um nôvo sistema energético com 3 grupos Diesel elétricos de 300 HP e 250 KVA cada um, totalizando 900 HP e 750 KVA, êste com recursos do Estado e da União.

Em 1965, a emprêsa recebeu recursos liberados pelo Ministério das Minas e Energia da ordem de Cr$ 600.000.000 ; do Fundo Federal de Eletrificação, Cr$ 648.910.136 ; do Fundo Estadual de Eletrificação, Cr$ 632.793.063 e do Fundo Federal dos Municípios Cr$ 3.233.167, perfazendo o total de . . . . . Cr$ 1.884.936.366. Para atingir as metas do atual período administrativo-financeiro, conta a CELETRAMAZON, presentemente, com o saldo real bancário de 1965 no montante de . . . Cr$ 980.000.000, e mais as dotações orçamentárias da ordem de Cr$ 6.976.000.000, a serem liberados no exercício de 1966.

A CELETRAMAZON dispõe, hoje, de valioso patrimônio, adquirido com os seus próprios recursos e assim representado : sua sede no primeiro andar do Edifício "Tartaruga", cujas instalações modernas e confortáveis, inclusive de equipamento, está avaliada em Cr$ 100.000.000 ; viaturas em Manaus, Parintins e Itacoatiara, próprias para os seus serviços, avaliadas em . . . . . Cr$ 70.000.000, e a usina elétrica de Parintins, cuja avaliação atinge Cr$ 900.000.000.

PRODUÇÃO — A exemplo de como vem ocorrendo, em todos os setores administrativos, a ação do Govêrno se fêz sentir benèficamente nas áreas subordinadas à antiga Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, atualmente Secretaria de Produção.

Recebida como uma das piores heranças das administrações anteriores, necessitava de medidas de recuperação e de moralização, capazes de convertê-la num instrumento dinamizador da economia do Estado, vinculada à sua produção agropecuária e extrativa.

Quase totalmente desservida de pessoal habilitado e de equipamentos considerados indispensáveis ao seu funcionamento, como órgão de promoção das atividades rurais, seria o provimento dessas lacunas ou deficiências orgânicas, a primeira e intransferível preocupação dêste Govêrno.

Impunha-se, na realidade, dotar a Secretaria de Produção de uma infra-estrutura, em têrmos de equipamentos, base física e conteúdo humano, mercê dos quais seriam e serão, no devido tempo, enfrentados os problemas do Estado nessa área, representados pelo alteamento dos índices de sua produção, tanto quantitativos como qualitativos, com a contrapartida da elevação dos níveis de vida dos produtores e da população em geral.

Foi buscando a implantação dessa indispensável infra-estrutura que o Govêrno hierarquizou os diferentes estágios de sua ação nesse setor, procurando instrumentar a Secretaria de Produção com os seguintes requisitos básicos :

a) construção dos edifícios-sede ;
b) organização dos serviços de moto-mecanização agrícola ;
c) equipamento e ordenação dos serviços de transporte ;
d) recuperação e funcionamento da rêde de frigoríficos, para carne, peixe, produção de gêlo e pasteurização de leite ;
e) instalação de agências de revenda de implementos agrícolas, sementes e fertilizantes, na capital e no interior ;
f) recuperação e instalação de campos experimentais e para produção de mudas ;
g) medidas para melhoria e enriquecimento dos rebanhos do Estado ;
h) reinstalação dos serviços de defesa sanitária animal ;
i) medidas para implantação da safra de juta 1965/1966, sôbre a cultura e comercialização do guaraná, de acautelamento com relação à nova política econômica da borracha.

Para melhor abordagem de tais providências, faz-se mister sua avaliação em detalhes.

1) — **Sede da Secretaria** — Planejada para seus fins específicos pelo escritório de engenharia chefiado pelo arquiteto Severiano Porto, as novas instalações da Secretaria, ora em construção no Km. 2 da estrada do Aleixo, representam um conjunto de 12 unidades, incluindo 4 pavilhões interligados para os serviços técnicos e burocráticos, laboratórios, pavilhões e oficinas para máquinas e veículos, biblioteca, apartamentos para estagiários e visitantes, etc., numa área de cêrca de 10 hectares, onde funcionarão, igualmente, um campo experimental e instalações para piscicultura.

2) — **Moto-Mecanização Agrícola** — Dando partida a essa intransferível emprêsa, que importa num dos mais destacados fatôres modernos do desenvolvimento agro-pecuário, foram adquiridos :

1 Trator "Caterpillar D-7"
1 Moto niveladora "Caterpillar 12-F"
1 Carro-prancha para 30 tons.

e se encontram em final de recuperação :

1 Trator "Caterpillar D-4"
1 Trator "Caterpillar D-2"

São equipamentos destinados a abrir e melhorar pequenos trechos de estradas vicinais, em áreas produtoras ou com potencialidade produtora, a construção de barragens para acumulação de água e criação de peixes, e a mobilização de áreas para agricultura e formação de pastos.

Além dessas aquisições, outras compras de tratores deverão ser feitas no corrente ano, de sorte a habilitar a Secretaria a prestar sua colaboração nas zonas agrícolas do interior, como vem de fazê-lo, com grande proveito, no município de Codajás.

Trata-se, no caso, de instrumentação da mais alta essencialidade, sem a qual a agricultura jamais logrará ultrapassar seus baixos índices atuais de rendimento. É modificação tecnológica urgente e intransferível.

3) — **Serviços de Transporte** — Partindo do nada ou quase nada, conseguiu a Secretaria de Produção equipar-se, usando os recursos orçamentários que lhe foram destinados, com 11 novos veículos, sendo:

4 Caminhões
2 Camionetes "Willys"
2 "Pick-Ups Willys"
3 "Jeeps"

e mais 1 automóvel "Aero-Willys" que lhe foi destinado pelo Govêrno.

Além dessas unidades, estão sendo recuperados 2 "Jeeps", 1 "Unimog" e 1 caminhão, já classificados como sucatas.

Um dos novos caminhões foi destacado para o município de Itacoatiara, onde vem proporcionando valiosa ajuda aos colonos instalados no final da AM-1. Êsse veículo opera em regime de auto-suficiência financeira.

Consideradas a extensão e a natureza das tarefas peculiares a essa Secretaria, serão ainda necessários outros veículos, da classe de caminhões, para maior eficiência dos serviços nas zonas atendidas por estradas de rodagem.

Para guarda dêsses veículos foi feita a recuperação de um pardieiro, que funcionava como garagem, situado na rua Isabel

4) — **Transporte Fluvial** — Para atender às necessidades da produção agro-pecuária, estabelecida nas áreas de exclusivo acesso por via fluvial, não dispõe a Secretaria de qualquer equipamento utilizável. Faz-se urgente, por conseguinte, dotá-la de uma frota de pequenas e médias embarcações motorizadas, que serão usadas, sobretudo, em expedições para tratamento e vacinações de gado nas fazendas, para distribuição de sementes e mudas e para inúmeras outras finalidades, inclusive perícias territoriais, enquanto se encontre sob sua jurisdição o serviço de alienação de terras do Estado.

5) — **Frigorificação e Pasteurização** — Também como legado improdutivo de administrações anteriores, recebeu a Secreta-

ria de Produção o encargo de cuidar do sistema de frigoríficos do Estado e da instalação, quando possível, de sua usina de pasteurização de leite.

Um dos frigoríficos, situado à rua Monteiro de Souza, foi pôsto em funcionamento, tendo recebido em suas câmaras durante os últimos 3 meses do ano, 285.165 quilos de carne, peixe e outros produtos animais e vegetais perecíveis.

A unidade que se encontra instalada no fim da avenida 7 de Setembro, em virtude de graves defeitos na estrutura de concreto do prédio onde está, deverá ser desmontada e reinstalada em condições satisfatórias, à margem do Rio Negro, nas proximidades da Olaria do Estado. Produzirá gêlo para pescadores e cuidará, especìficamente, da frigorificação do pescado.

No mesmo local será instalada uma usina de pasteurização de leite, ora depositada nos galpões do serviço de esgôtos, à rua Isabel.

A parte das construções civis para acomodação destas duas unidades industriais se encontra a cargo da Secretaria de Viação e Obras do Estado.

6) — **Revenda de Implementos Agrícolas** — Em regime de ajuste e com a valiosa colaboração da Delegacia Estadual do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), a Secretaria de Produção instalou Postos de Revenda de Material Agropecuário nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru. Registre-se que o Govêrno, pela primeira vez, através do órgão competente, comparece ao interior para entregar aos agricultores, por preço de custo, os instrumentos de trabalho de que êles necessitam, criando condições para o aumento da produção e o barateamento do custo de vida. Foram adquiridas para revenda aos agricultores as seguintes quantidades de implementos agrícolas, materiais e fertilizantes:

Terçados	5.000
Machados	4.000
Enxadas	4.000
Ancinhos	1.200

Pás	1.000
Chibancas	300
Foices	300
Enxadecos	500
Bancadas motorizadas p/mandioca	100
Fornos para farinha	24
Arame farpado	1.200
Fosforita de Olinda	1.300
Sulfato de Amônia	300
Torta de mamona	200

E' pensamento do Govêrno fazer instalar no interior, através da Secretaria de Produção, mais 10 dêsses postos de revenda.

7) — **Campos Experimentais** — Como peça de infra-estrutura, destinada a orientar os agricultores, pecuaristas e avicultores, foi iniciada a recuperação do Campo Experimental do quilômetro 14, da estrada AM-1, ora denominado "Angelino Bevilaqua".

Funcionará nesse campo um grande aviário, para fornecimento de pintos, bem como serão ali preparadas áreas de pastos para ensaios e formados viveiros, para o fornecimento de mudas. Aliás, já se encontram enviveirados e preparados para revenda, dentre outras, cêrca de 40.000 mudas de guaraná e 10.000 de coqueiro anão, material êsse importado pela Secretaria, do Estado da Paraíba.

Também, na área onde estão sendo erguidas as instalações da Secretaria, foram encanteirados, para revenda, outros 10.000 pés da mesma variedade de côco.

8) — **Serviço de Defesa Sanitária Animal** — No empenho de atender aos pedidos de assistência dos pecuaristas do Estado, está em fase de conclusão a montagem dêsse serviço, que operará com os necessários recursos, em pessoal e material sanitário, visando a defesa dos nossos rebanhos. As novas instalações estão localizadas na rua Carvalho Leal, com o aproveitamento e remo-

delação, pela Secretaria de Viação e Obras, do prédio onde funcionou um depósito da extinta Alimentamazon.

9) — **Expansão da Pecuária** — O problema de abastecimento de carne à capital e às populações interioranas, bem como o de leite e seus derivados, constituiu assunto prioritário nas cogitações do Govêrno, por intermédio de sua Secretaria de Produção. Melhorar e aumentar os rebanhos bovinos em território amazonense, é objetivo preferencial. Para atingi-lo, está em pleno desenvolvimento, por iniciativa da Secretaria, com irrestrito apôio financeiro e emulativo do Banco do Estado do Amazonas, amplo programa de importação, para revenda facilitada, de reprodutores e matrizes, de diferentes linhagens de bovinos, para corte e produção de leite. Cêrca de 300 exemplares, procedentes de fazendas de Minas Gerais e Goiás, deverão chegar a Manaus, antes de fins de abril do ano em curso.

Essa importação de plantéis será continuada, devendo alcançar a conta de mil reprodutores e matrizes, até o fim do ano de 1966.

10) — **Reestruturação de Quadros** — Também de natureza improcrastinável, no setor de seu reaparelhamento burocrático e técnico, há que se incluir a reorganização da Secretaria, em seus diversos setores, como parte da Reforma Administrativa que o Govêrno vem realizando.

Minuciosa análise das atribuições básicas da Secretaria e de suas tarefas especializadas, permitiu que lhe fôsse dada estrutura adequada, criando-se uma sistemática operacional capaz de situá-la entre as mais completas e perfeitas organizações congêneres do país.

Tanto através de um fluxo-grama aperfeiçoado, para circulação interna, no que concerne à parte estritamente burocrática, como através da hierarquização e provimento dos diferentes serviços técnicos e promocionais do aumento da produção, a nova estrutura deverá responder satisfatòriamente.

Mais do que um completo depoimento escrito sôbre essa nova estrutura, o exame do organograma da Secretaria dirá do

acêrto das providências adotadas, tôdas elas implicando, objetivamente, na implantação de uma sólida infra-estrutura, sôbre a qual poderão apoiar-se as administrações subsequentes, para opulentar, diversificar e consolidar a economia de produção do Estado.

11) — **Juta, Guaraná e Borracha** — Embora não podendo, ainda, empenhar-se o Govêrno na tarefa intransferível de introduzir mudanças tecnológicas substanciais nos métodos que condicionam e limitam a produção agro-pecuária do Estado, o que só se conseguirá quando em funcionamento os novos serviços e equipamentos de sua Secretaria de Produção, providências de alto alcance e de efeitos imediatos foram levadas a têrmo.

Na medida do possível, em virtude de ocorrências climáticas desfavoráveis, foi atendida a montagem da safra presente de juta, com o fornecimento, a preço de cooperação, de quase 130 toneladas de sementes, obtidas com reais dificuldades, sòmente superadas mercê da colaboração do Banco do Estado, do Banco do Brasil, das organizações fabrís e exportadoras do ramo, e dos organismos federais operando no Estado, dentre os quais devem ser destacados o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e a Delegacia Federal de Agricultura.

Para a safra a ser colhida em 1967, medidas mais profundas estão sendo adotadas pelas entidades públicas e privadas vinculadas ao problema, entre elas se incluindo, com o apôio irrestrito do eminente e esclarecido Ministro da Agricultura, General Ney Braga, contratos para compra de 150 toneladas de sementes, acompanhados da formação de campos de produção de sementes em pontos do território amazonense em que se confina a geografia da juta, com material básico e técnico a ser fornecido pelo IPEAN.

Por sua vez, uma nova política está sendo praticada com relação ao guaraná, tendo como metas a ampliação dos mercados de consumo, no país e no exterior, e o aperfeiçoamento de sua cultura, através de processos de seleção individual e de genética, que estão sendo conduzidos pela Secretaria de Produção, no município de Manaus e pelos órgãos do Govêrno Federal, no município de Maués.

Nova e adequada legislação disciplinadora da comercialização do guaraná e de seu financiamento foi criada, prevendo-se, dentro de pouco tempo, a revitalização dêsse setor de nossa produção.

No que concerne à borracha o Govêrno, através de suas Secretarias de Produção e de Fazenda, se mantém atento às repercussões porventura resultantes da adoção de uma nova política econômica por parte do Govêrno Federal, com vista a evitar impactos desfavoráveis sôbre a economia dêsse produto, ainda hoje tema da maior relevância na formação da receita pública estadual.

12) — **Terras e Colonização** — Êsse Departamento, que integra a estrutura da Secretaria de Produção, acusou, em 1965, o seguinte movimento:

Títulos de ocupação expedidos	69
Títulos de Posse	144
Título de Doação	1
Títulos Provisórios	167
Títulos Definitivos	117
Perícias executadas	329
Certificados de averbação	209
Certidões	48
Requerimentos novos, de compra de terras recebidos: da Capital	1.512
do Interior	888
Processos concluídos, relativos a títulos definitivos	215
Requerimentos indeferidos	637

Correspondente ao segundo semestre do exercício passado, recolheu à Secretaria de Fazenda a quantia de Cr$ 14.050.034 (quatorze milhões cinquenta mil e trinta e quatro cruzeiros), produto da venda de terras do patrimônio estadual.

Considerada a importância de que se reveste, em seus aspectos econômicos e implicações sociais, o problema da outorga e

utilização das terras do Estado, foi atribuído ao Departamento que o supervisiona, uma estrutura de maior adequação, envolvendo, inclusive, a criação de um Conselho de Terras, encarregado de dirimir, ainda no plano administrativo, os conflitos sôbre o domínio das glebas concedidas pelo Estado.

Posterior e mais profundo estudo dêsses problemas, tendo em vista os critérios e implicações decorrentes da legislação federal, que criou o Estatuto da Terra e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, levarão possìvelmente o Govêrno a propor medidas que tendem a desvincular êsse Departamento da Secretaria de Produção, emprestando-lhe características de completa autonomia ou mesmo de uma nova Secretaria, justificável pelas dimensões e permanência dos fatôres que informam êsse problema

ABASTECIMENTO — O problema do abastecimento do Amazonas e, em particular de Manaus, pela própria situação que temos criado de mercado importador e de pequeno produtor de gêneros alimentícios e das utilidades de uso imediato, é, realmente, dos mais sérios. E isso porque os preços que pagamos são preços fora de nossas possibilidades financeiras. Ora, cabe, por legislação rígida, ao Govêrno Federal, a manipulação da política de preços, a cargo da SUNAB, que se realiza através de Delegacias Estaduais, que não funcionam com o aparelhamento essencial e desejam manter-se à sombra de um sistema policial que, evidentemente, não pode levar a resultados certos. A eficiência dêsse órgão, em consequência, é nenhuma, com graves reflexos na economia popular, que não dispõe de subsistência para satisfazer-se no que lhe é necessário ao diário da vida. A COBAL, por exemplo, a que se atribui um papel preponderante na solução do problema, até hoje não se instalou no Amazonas. As promessas e os anúncios sôbre seu funcionamento são vários, mas em nenhum momento verificamos sua disposição para aqui montar seus serviços.

O órgão técnico do Govêrno do Estado, a CODEAMA, procedeu a um levantamento sôbre a despesa ocorrente na mercadoria importada, levando-se em consideração que, no Amazonas, a produção de gêneros alimentícios é resumida e não atende ao

mercado local. Os estudos procedidos revelaram, e Vossas Excelências são disso sabedores, que a comercialização de gêneros alimentícios, em Manaus, processa-se através de um número limitado de firmas importadoras, que os revendem às varejistas, nelas incluídas as pequenas mercearias.

A falta de capacidade de importar, da quase totalidade das firmas varejistas, é um dos fatôres determinantes do elevado preço de gêneros alimentícios, que ficam em mãos de poucos, e são posteriormente entregues a muitos, que os vendem com acréscimos para seus próprios lucros, acréscimos sôbre que incide, como é de lei, a tributação oficial.

Surgiu, na comercialização de gêneros alimentícios, nesta cidade, principalmente dos perecíveis, a figura do **marreteiro,** não definida, comercialmente, com exatidão.

As companhias de navegação que deslocam seus barcos para Manaus, têm preferência para transporte de determinados produtos, face à incerteza da obtenção de carga para retôrno, o que, na maior parte das vêzes, obriga os navios a cancelar suas viagens, indo para as praças que ofereçam maiores vantagens, ficando, as mercadorias, nos armazéns dos portos de embarques, sujeitas a tôda série de riscos. No transporte de gêneros perecíveis, temos a inadequação dos navios cargueiros, que depositam as mercadorias em lugares impróprios, abafados, contribuindo, ainda mais, para a deteriorização dêsses produtos, aumentando, portanto, o prejuízo dos importadores, que procuram ressarcir suas perdas na alta dos preços sem contrôle.

Essa soma de fatôres negativos contribui, assim, para o agravamento do problema. Poucos são capazes de analisá-lo sob êsse prisma, o que leva a distorções sôbre sua compreensão e a reflexões sem fundamento. A êsse respeito, é preciso que se registre sempre, as medidas, até agora tomadas, obedecem à orientação dos órgãos federais, aqui funcionando, e criados, especialmente, para controlar e promover essa política da esfera federal, mas medidas cujos frutos não são visíveis.

Não cabe, portanto, a responsabilidade do que ocorre ao Govêrno do Estado. O preço da carne, há pouco, sofreu um

aumento astronômico, provocando inquietação na população local. Convoquei reunião entre êste Poder e o órgão federal para acêrto de medidas visando à solução imediata do problema, o que foi obtido pela exigência que fiz para que o preço continuasse no nível anterior.

BANCO DO ESTADO — Um dos objetivos da política financeira, estimando-se o melhor aproveitamento dos recursos estaduais, através de uma política bancária, é a consolidação do atual sistema creditício, ajustando-o às necessidades do Estado e servindo de estímulo ao desenvolvimento. Essa tarefa está entregue ao Banco do Estado do Amazonas, que vem desenvolvendo magnífico trabalho na execução de providências, em que se empenham o Govêrno e os homens de emprêsa.

Os depósitos oficiais e os recursos provenientes do convênio firmado para aplicação do Fundo de Planejamento e Estudos Econômicos do Estado do Amazonas (Lei n.º 102 de 17-11-64, e Decreto n.º 149 de 5-2-65), êste constante da dotação orçamentária de Cr$ 1.015.069.725, de que foram entregues Cr$ 752.392.195, de acôrdo com os resultados da arrecadação estadual, a que se adicionam os depósitos de particulares e os de entidades privadas, constituíram o alicerce das operações no ano que findou, traduzidas, em 31-12-65, pelo valor total de Cr$ 10.698.132.171, assim discriminados:

Produção e Comércio	Cr$ 4.784.662.088
Lavoura	Cr$ 799.494.867
Pecuária	Cr$ 567.917.417
Indústria	Cr$ 4.197.484.449
Particulares	Cr$ 348.573.350

O Setor de Crédito Agro-Pecuário Industrial está desenvolvendo uma política de fomento que, futuramente, será um dos suportes do desenvolvimento estadual, na eliminação dos pontos de estrangulamento, pois funciona baseado nos recursos do **CONVÊNIO** e no estímulo das normas traçadas pela Instrução n.º 235, da então Superintendência da Moeda e do Crédito

(SUMOC), delineando faixas prioritárias de aplicações, no sentido de dar maior ênfase às operações de financiamento ao pequeno e médio produtor e atividades agrícolas e pecuárias, em sintonia com as linhas de crédito, fixadas para as aplicações das Cédulas de Crédito Rural. Essas medidas redundaram na ampliação do volume de recursos e disponibilidades, constatando-se, durante as operações de 1965, o elevado índice de .... 17,22%. No próprio Setor de Crédito Agro-Pecuário Industrial, os percentuais foram assim distribuídos:

— investimentos industriais ..... —— 68,68%
— agricultura ..... —— 7,97%
— pecuária ..... —— 23,35%

Os entendimentos estenderam-se à esfera federal, de que iremos transportar, para dar continuidade à expansão da Amazônia, recursos valiosos, créditos a prazos longos e juros módicos, por reconhecermos que os recursos, até então utilizados, são insuficientes à cobertura total de um desenvolvimento maciço. Na preocupação de assegurar garantia ao desenvolvimento do Estado, visando a horizontes promissores à posteridade, procuramos, através de contatos cordiais e ostensivos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico que, ao reconhecer o desenvolvimento carente da Amazônia, mandou, a esta Capital, técnicos e assessores econômicos com os quais foram promovidos debates francos sôbre problemas ligados ao desenvolvimento regional.

Tal medida foi adequada, pois, hoje, o nosso estabelecimento creditício está inserido entre aquêles considerados seus Agentes Financeiros para as operações de reparos de créditos oriundos dos ACÔRDOS DO TRIGO e do FIPEME — FINANCIAMENTO À PEQUENA E MÉDIA EMPRÊSAS, e em outras que se fixem nas linhas operacionais do FIPEME — FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS.

Adicionando a essas medidas e antevendo a colimação das metas previstas nos objetivos prioritários do Plano Bienal do

Govêrno do Estado, informamos a Vossas Excelências que o capital do Banco foi aumentado de Cr$ 150.000.000 para Cr$ 500.000.000 e aguardamos, dentro em breve, podermos autorizar, através dos acionistas, a proposta de aumento que a Diretoria elaborará, diante dos resultados colhidos do ano findo, a fim de que se eleve o capital para Cr$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros), pois, assim, continuaremos, em dia, com o desenvolvimento de nossas operações e daremos cumprimento à exigência do artigo 80, da Lei de Mercado e Capitais, que concedeu o prazo de 12 meses, às sociedades anônimas, para reajustar, a mil cruzeiros, o valor de suas atuais ações, prazo êste que se vencerá em julho vindouro.

CODEAMA — Criada em novembro de 1964, e dispondo dos recursos financeiros, assegurados por lei, êsse organismo técnico, formado de pessoal especializado, iniciou, no ano de 1965, os estudos e pesquisas a fim de que fôsse melhor evidenciado o instrumental disponível que, se dinamizado, pudesse oferecer novos horizontes à economia amazonense, firmados em bases libertas do empirismo.

A Lei n.º 223, de 18 de junho de 1965, subordinou a êsse órgão o Departamento Estadual de Estatística e o Departamento de Turismo e Promoção.

Assessora, a CODEAMA, o Govêrno do Estado na proposição e avaliação dos projetos da economia estadual; procede a exames preliminares das isenções fiscais e outros estímulos a serem concedidos a empreendimentos pioneiros ou tradicionais do Estado; compila a legislação fiscal e tributária da União, Estado e Município, de interêsse do desenvolvimento do Estado; faz editar publicações sôbre aspectos da economia amazonense e divulga, através do órgão especializado, informações sôbre as facilidades oferecidas para a instalação de novas atividades econômicas na área; organiza conferências, cursos e palestras, estimulando a visita de professôres, industriais, administradores e técnicos, para orientar, participar e discutir, através de seminários de nível técnico, os problemas econômicos e sociais do Estado, elabora planos gerais e setoriais do Govêrno, estudos e pesquisas de cará-

ter global ou sôbre aspectos expressivos da economia do Estado e estuda, de forma sistemática, as condições e potencialidade do Estado, delineando os projetos que serão objetos de prioridade e reivindicações.

No tocante à sua participação direta, na vida do desenvolvimento do Estado, instituiu um Grupo Executivo para a elaboração do Atlas Geo-Econômico do Estado do Amazonas e o Grupo Executivo, encarregado de proceder ao estudo preliminar sôbre o problema telefônico de Manaus, cujos resultados se traduziram na criação da Companhia Amazonense de Telecomunicações, da qual o Govêrno do Estado participou com Cr$ 1.530.000.000; colaborou na reformulação dos critérios de distribuição dos recursos a serem utilizados nos têrmos das reivindicações conjuntas dos Estados do Amazonas, Pará e Acre; prestou as informações devidas para elaboração do diagnóstico sócio-econômico do Estado do Amazonas; executou pesquisas econômicas nas regiões circunvizinhas de Manaus, com a finalidade de conhecer as condições da produção de gêneros alimentícios; procedeu ao levantamento sócio-econômico de Itacoatiara; patrocinou a participação em pesquisa sócio-econômica sôbre os flutuantes de Manaus, realizadas por acadêmicos da PUC, do Rio de Janeiro; realizou um levantamento das condições da produção da juta no município de Manacapuru ao mesmo tempo em que examinava a situação dos prensadores e exportadores, quando preparava as linhas gerais para a elaboração, financiamento e execução de projeto e racionalização da cultura da juta; organizou inquéritos sôbre o mercado da indústria de confecções, indústria de raspa de mandioca, indústria de móveis e a possibilidade da instalação de um serviço de taxi aéreo; procedeu ao levantamento do custo operacional do sistema de transporte coletivo de Manaus, possibilitando pequeno aumento das passagens, respeitados os níveis salariais; custeou, para um preliminar conhecimento aéreo da formação geológica prevista teòricamente no Distrito Ferrífero do Jatapu, a viagem de um técnico do Ministério das Minas e Energia e realizou estudo para indicação do município modêlo do Estado do Amazonas.

Além dessas providências que representam o alicerce em que se está firmando a nossa economia, quero acrescentar que êsse órgão ainda custeou e colaborou na elaboração do Plano Bienal do Desenvolvimento Econômico e Social; organizou o Grupo de Trabalho destinado a elaborar e executar o Plano de Desenvolvimento da Pesca do Estado do Amazonas; efetivou a Política Habitacional com a criação do Grupo Executivo, responsável pela organização da Companhia de Habitação do Estado do Amazonas; estabeleceu os critérios para financiamento à pequena e média emprêsas com recursos do Fundo de Planejamento e Estudos Econômicos; celebrou o convênio com a Comissão de Financiamento da Produção para cumprimento da política do Govêrno Federal, de garantia de preços mínimos.

Em outro ângulo de promoção, êsse órgão remeteu à Secretaria de Fazenda os apontamentos relativos a legislação tributária vigente no Amazonas e a proposição para que fôsse alterado o então ante-projeto de lei regulador da cobrança do Impôsto de Vendas e Consignações.

Pelo setor de divulgação e promoção, fêz editar os seguintes estudos específicos: "Manacapuru — provável celeiro da juta", "Sistema de Transporte Coletivo de Manaus", "O Sistema de Planejamento Estadual do Amazonas", "Tradução de um Capítulo sôbre a Juta", "Projetos Industriais", "Nôvo Distrito Ferrífero no Brasil — Rio Jatapu — Amazonas", "Proposição de uma Política Mineral para o Estado do Amazonas", "Missão do BNDE em Manaus", "Reflexões sôbre o Desenvolvimento na Amazônia", "A cultura da juta e sua mecanização", "Incentivos Fiscais do Estado do Amazonas — Leis Estaduais", "Reivindicações" (apresentadas, em 16 de julho de 1965, ao Presidente da República pelo Govêrno do Estado), "Cidade Flutuante", pesquisas por alunos da PUC. Finalmente, para um melhor incremento à cultura em nosso Estado, promoveu, em caráter exclusivo, o curso de "Introdução à Demografia", min'strado pelo Professor ARTUR HELL NEIVA, no período de 22 a 26 de março de 1965, e o Curso Superior de Gerência do "Management Center do Brasil", no período compreendido entre 2 a 6 de agôsto do ano passado.

O Departamento Estadual de Estatística, que funcionava como órgão estático na vida do Estado a coligir dados estatísticos sôbre os aspectos culturais sociais econômicos do Estado, agora foi impulsionado por uma dinâmica diferente. Assim, a primeira medida, sem infringir os compromissos assumidos pelo Estado na Convenção Nacional de Estatística, foi garantir os suprimentos de dados estatísticos aos trabalhos executados pela CODEAMA.

Para o ano corrente, estruturou planos para a divulgação mais ampla de folhetos mimiografados, bem como aparelhamento total dos ingredientes que possam oferecer os resultados da produção agrícola, da produção extrativa, da importação e da exportação, elementos necessários e indispensáveis para se diagnosticar o comportamento de certos setores da vida do Estado, durante os últimos anos.

DEPRO — O Departamento de Turismo e Promoção, durante o ano de 1965 empreendeu atividades várias na sua esfera de ação, incluindo contatos que travou com Federações de Comércio e Indústria de outros Estados, Embaixadas de países amigos, no Rio de Janeiro, Consulados e Embaixadas do Brasil, no exterior, agências de turismo, nacionais e internacionais, visando, com isso, a uma divulgação de âmbito mundial das possibilidades do Estado do Amazonas, quer turísticas quer econômicas.

Organizou e publicou um número especial da revista "Arquitetura", órgão oficial do Instituto dos Arquitetos do Brasil, sôbre os problemas de urbanismo e arquitetura da Capital do Estado, enfocando, principalmente, os projetos do Govêrno.

Organizou e fêz imprimir o folheto "Amazonas — Perfil Geográfico e Econômico" para ser distribuído, através das representações do Govêrno e das agências de turismo das principais cidades do País, em todo o território nacional.

Ainda êste ano, êste mesmo trabalho será lançado, já traduzido para as línguas inglêsa e espanhola.

Elaborou o plano de publicações que será executado no ano corrente, onde se contam os seguintes prospectos e folhetos — de fundo econômico uns, de fundo turístico, outros:

a) — "A pesca na Amazônia", em português;

b) — "Manaus-1900", em português e espanhol;

c) — "A Cozinha Amazonense", em português e espanhol;

d) — "Banhos e Igarapés", em português. (Neste último foi feito um levantamento da planta urbana, com indicações dos principais pontos de interêsse turístico e histórico da cidade).

f) — "Municípios Amazonenses", (Resenha histórico-turística dos municípios amazonenses, incluindo calendário de festas), em português e espanhol.

Em cooperação com a Embaixada Francesa, no Rio de Janeiro, organizou em Manaus, a mostra de cartazes turísticos da França.

Patrocinou os espetáculos do Teatro Escola Amazonense de Amadores, com a representação da peça de Mário Brazini, "A Guerra Mais ou Menos Santa" com êxito surpreendente.

A convite dêsse órgão, veio a Manaus um grupo de empreendedores sulistas, para ser discutida a construção de um moderno Hotel de Turismo nas Lages, com 150 apartamentos, dotados de ar-condicionado, parque com animais da selva amazônica, reserva florestal, piscinas e embarcadouros, tudo dentro das características exigidas pelo Turismo Internacional.

Iniciou, também, os estudos para a construção de pousadas, pequenos hotéis, de doze apartamentos cada e restaurante, nas cidades de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e ao longo da Rodovia "Torquato Tapajós". Estas pousadas deverão estar construídas, segundo o plano elaborado, até julho corrente.

Finalmente, para que Vossas Excelências tomem conhecimento das programações que levam êsse órgão a projetar o Amazonas no panorama nacional com reflexos para todo o mundo, foi contratado e realizado um filme documentário em côres sôbre os diversos aspectos do Estado, entregue a responsabilidade de uma das melhores equipes, já montadas no Brasil para essa especialidade.

9. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nova Organização Administrativa

Administração de Pessoal

Previdência

Assistência

Representações do Govêrno

Tribunal de Contas

Relações com os Municípios

A estrutura do serviço público do Amazonas, quando recebí a árdua tarefa de dirigir o Estado estava completamente distorcida nas condições mínimas exigíveis para a execução de um programa de Govêrno nas bases impostas pela Revolução de 31 de Março. Não só isso. Estavam evidentes aos olhos de qualquer administrador a falta de organização, os meios demorados por que a burocracia do Estado se promovia e a carência de pessoal que atendesse às diretrizes traçadas para o norteamento de uma política de Govêrno honesta, funcional e, sobretudo dinâmica.

Nas exposições dirigidas a Vossas Excelências, não me neguei de fazer referências às modificações que iria experimentar o Amazonas na tentativa de reorganizá-lo, por saber que a então estrutura administrativa não suportaria um programa já traçado, mais tarde transformado em realidade, através do Plano Bienal 1965/1966.

Procedeu-se, inicialmente, a um levantamento da estrutura administrativa do Estado e da legislação completa sôbre pessoal, cargos e funções estaduais. Em face dos resultados dessa análise inicial, convidamos uma equipe de professôres da Fundação "Getúlio Vargas" que, depois de permanência em Manaus e posse do material coletado, através de visitas aos órgãos da administração e entrevistas com o Secretariado, regressou com a incumbência de elaborar plano básico, traduzido em anteprojeto de lei que desse outra estrutura administrativa ao Estado.

Vossas Excelências transformaram o texto proposto em Mensagem em diploma legal, hoje representado pela Lei n.º 223, de 18 de junho de 1965. Estava assim cumprida a primeira fase da reforma e o seu prosseguimento foi entregue à

orientação do Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas.

Sabemos que "o trabalho é também uma forma de realização da personalidade humana e não sòmente uma forma de produzir utilidades", razão pela qual o Govêrno tem se empenhado na execução de política de pessoal equilibrada e justa, dando não apenas melhores salários aos seus funcionários, mas também oferecendo, através de vários instrumentos de ação, novas condições de trabalho e uma melhor orientação para que seja garantido bom rendimento nos serviços públicos.

O Censo geral dos servidores civis do Poder Executivo teve por finalidade o levantamento da situação do funcionalismo estadual. Pela primeira vez, na história política e administrativa do Amazonas, o Govêrno alistou os seus servidores. Não conhecia, a administração, o número exato de funcionários e não possuía estimativas de suas obrigações com o salário família. Jamais investigara o nível de instrução dos servidores nas várias classes. O censo veio, pois, preencher essa lacuna.

A elaboração dos regimentos internos das repartições não foi tarefa fácil. Constituiu-se grupo de trabalho, formado por técnicos de vários órgãos estaduais e de funcionários que comprovavam experiência no serviço público. A reforma impunha e ainda impõe o rompimento do academismo que sempre estrangulou a execução dos planos e projetos dos Governos. Assim, foram baixados, por Decretos, os regimentos internos dos seguintes órgãos :

Gabinete do Governador do Estado
Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas
Secretaria de Viação e Obras
Secretaria da Educação e Cultura
Secretaria de Fazenda
Secretaria de Saúde
Secretaria de Produção
Representação do Govêrno do Estado do Amazonas (RIO)

Pinacoteca Pública do Estado
Biblioteca Pública do Estado
Departamento Estadual de Estatística
Departamento de Turismo e Promoção

Essas medidas vieram complementar a estrutura administrativa dêsses órgãos e de outros pequenos setores, faltando, apenas, o da Secretaria do Interior e Justiça, que, por iniciativa do seu titular, teve uma comissão especial incumbida de elaborá-lo.

Nenhum contrôle patrimonial exercia o Govêrno do Estado, conforme se verificou pelos estudos levados a efeito. Criaram-se comissões em tôdas as repartições públicas estaduais para o levantamento dos bens móveis do Estado. Foi entregue ao DASPA, que distribuiu formulários e instruções às várias repartições, a tarefa de coordenar e reunir todo o material necessário para que o Estado mantenha, permanentemente atualizados os bens patrimoniais móveis, cujo levantamento feito servirá de base para os trabalhos que se seguirão.

A fim de que fôssem verificados pontos de congestionamento nos diferentes setores da vida estatal, mesmo com os dispositivos insertos nos regimentos, foram atribuídos às Chefias de nível hierárquico inferior, podêres decisórios, visando a permitir o rápido andamento dos processos que tramitam nas repartições, sujeitos, quase sempre, a repetidos despachos.

Mereceu, também, regulamentação especial o processamento de aposentadoria. A expedição de títulos, após a publicação no Diário Oficial, constituía, sem dúvida, uma redundância absurda e implicava na formação de nôvo processo em que o inativo requeria ao Governador aquêle documento que nada mais era senão a transcrição do decreto pertinente, sujeito à assinatura do Chefe do Executivo e do Secretário de Estado que assim referendavam pela segunda vez, o mesmo ato.

O Decreto 397, de 2 de dezembro de 1965, aboliu aquela praxe. O documento que se confere ao funcionário como prova de seu ingresso na inatividade é o original do Decreto, após a

publicação no Diário Oficial. Tornou-se o processo de aposentadoria mais simples e racional.

A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1966 ficou ainda a cargo do DASPA, como responsável pelo preparo do ante-projeto da lei orçamentária. A comissão, integrada de técnicos da Secretaria de Fazenda e do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, encontrou algumas dificuldades para coordenar os elementos fornecidos pelas repartições, relativos à previsão orçamentária. A proposta orçamentária não se pôde embasar, efetivamente, em dados positivos e por isso que sòmente através do acompanhamento, atento, da execução do orçamento, será possível estabelecer, por meio de programas de trabalho, as necessidades futuras de cada setor da administração, no que se refere aos recursos financeiros que terá de inverter na prossecução de seus serviços. Como estamos em fase de implantação da reforma administrativa seria impossível prever, com absoluta exatidão, as necessidades de cada setor face às modificações que se vêm operando.

O Orçamento do Estado terá de ajustar-se às novas e futuras necessidades o que, no entanto, ficará a cargo da Divisão de Orçamento da Secretaria de Fazenda, hoje em pleno funcionamento, e confiada a um técnico que vem de atualizar-se na Escola Brasileira de Administração Pública e de estagiar noutros Estados da Federação.

Não desconhecem Vossas Excelências que o Govêrno do Estado tem dado ênfase ao programa de treinamento e aperfeiçoamento do funcionalismo. Para isso, promoveu, em outubro do ano passado, o primeiro ciclo de conferências no salão ALBERTO RANGEL, da Biblioteca Pública, oferecendo a quantos servem na administração oportunidade de contatos com elementos de cultura, dedicados ao estudo da ciência da administração.

Com tôdas as vantagens e ajuda de custo, durante o decorrer do curso, o Govêrno do Estado enviou ao Rio de Janeiro quatorze servidores que, através de bôlsas, fizeram cursos de administração de pessoal, de relações públicas, orçamento e administração financeira com real proveito. De regresso ao

Amazonas, já prestam valiosos serviços na implantação da reforma administrativa.

Finalmente, foi criada a Escola de Serviço Público de Manaus com a finalidade de preparar pessoal técnico de nível médio para ingresso no serviço público e, ao mesmo tempo, promover o treinamento de servidores, em serviço ou em curso. Outros Estados da Federação já tomaram idêntica providência. Entre nós, é providência nova que esperamos obtenha o rendimento que se alcança nas demais unidades da Federação.

Há poucos dias, entrou em vigor nôvo plano de classificação de cargos como instrumento de ação para executar-se uma política de pessoal equilibrada. Êsse plano dá definições gerais sôbre cargos, funções, direitos e vantagens dos servidores, de sorte a permitir a implantação da política de pessoal à altura dos anseios de quantos empregam as suas atividades nas repartições públicas. Como é natural, no primeiro momento, a nova ordem provocou incompreensões que o tempo se encarregará de encerrar, verificada a excelência da medida nos seus resultados.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA — Talvez Vossas Excelências ainda tragam na lembrança o que representavam os deficientes serviços, a constância dos comentários, sempre desairosos, daqueles que se referiam direta ou indiretamente ao extinto Departamento de Assistência e Previdência Social (DAPS). Poucos eram os médicos ou profissionais liberais que trabalhavam para o Departamento e poucos, também, os associados que gozavam das prerrogativas estabelecidas em leis, face ao paternalismo protecionista que imperava no DAPS.

Sabíamos que conservá-lo, da maneira em que se encontrava, seria dar continuidade a resultados negativos na política de previdência social. As medidas tomadas por êste Executivo redundaram na criação de um Instituto de Previdência e Assistência para os Servidores do Estado, semelhante a quantos existem no Brasil, repetidos erros que ali se cometeram e serviram como experiência para a nossa orientação.

Assim, no ano de 1965, o Instituto de Previdência organizou-se para desenvolver uma política previdenciária orientada

que, de fato, pudesse atender às solicitações dos contribuintes. Em setembro passado, entregamos ao público, para funcionamento do Instituto, um prédio situado na rua Duque de Caxias, totalmente recuperado, assegurando bem-estar para todos quantos ali trabalham ou ali vão buscar soluções para seus problemas sociais, gerando um ambiente psicológico perfeito para o desenvolvimento de uma civilidade mais racional e eficiente.

No tocante à assistência médica, com a criação da equipe de médicos credenciados, os serviços passaram a funcionar dentro de outra diretriz, com resultados satisfatórios. No decorrer de 1965 o rendimento apresentado consta da seguinte tabela bio-estatística com um número de atendimentos, totalizando 49.232 (quarenta e nove mil, duzentos e trinta e dois) casos :

Pessoas atendidas no Ambulatório do IPASEA..	39.010
Pessoas hospitalizadas	1.206
Pessoas atendidas em Ambulatório Hospitalar..	239
Pessoas atendidas no Serviço Radiológico.....	2.353
Pessoas atendidas no Serviço Dentário	5.920
Pessoas atendidas no Serviço de Fisioterapia	504
	49.232

Estendendo a sua área de jurisdição, o IPASEA, já instalou duas agências menores nos municípios de Itacoatiara e Parintins, onde os segurados já vêm recebendo recompensas, através de serviço médico pelas contribuições pagas. A direção do Instituto já estêve em Parintins com técnicos da Secretaria de Viação e Obras no sentido de que seja construído, até 27 de junho vindouro, um moderno e eficiente centro de saúde, que contará com os Serviços de Laboratórios, Raios-X, Odontologia, Sala de Curativos, Gabinete para Exames e Fisioterapia. O valor do material especializado estima-se em mais de..... Cr$ 120.000.000 (Cento e Vinte Milhões de Cruzeiros).

Durante o ano em curso, outras agências serão criadas no interior do Estado para que as populações ali radicadas

constatem que os serviços oferecidos apresentem igual valor aos realizados em Manaus.

O Serviço Jurídico do Instituto tem orientado e acompanhado, nos mais diversos setores do Poder Judiciário, as causas e solicitações de quantos buscam proteger os seus direitos através do IPASEA.

O serviço de benefício, também existente no extinto Departamento de Previdência, foi o que apresentou a maior soma de irregularidades e onde, através de Comissões de Inquéritos, foram constatados pagamentos de pensões de montepio, cujos processos haviam sido indeferidos; segurados que apresentavam, como seus dependentes, pessoas completamente estranhas à sua família. Casos apurados indicaram filhos de lavadeiras inscritos como dependentes dos contribuintes.

Diante dêsses resultados, foram determinadas providências para regularizar os serviços, procedendo-se, preliminarmente, a novas inscrições para que fôssem respeitados os dispositivos legais vigentes. Até a presente data, foram cadastrados 5.600 (cinco mil e seiscentos) servidores estaduais, somando 19.398 (dezenove mil trezentos e noventa e oito) o número de pessoas dependentes, sob a proteção e amparo do Instituto. Os serviços de cadastros, ainda em execução, prevêem, aproximadamente, 100.000 (cem mil) pessoas legalmente habilitadas a auferir dos benefícios assegurados em lei e concedidos através dêsse órgão previdenciário. Quanto às pensões de montepio, foi despendida, de maio a dezembro do ano passado, a importância de..... Cr$ 290.348.800 (duzentos e noventa milhões, trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), referentes a 763 (setecentos e sessenta e três) pensionistas, quantia que, comparada com o montante pago de janeiro a abril de 1965,..... Cr$ 105.834.531 (cento e cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e quinhentos e trinta e hum cruzeiros), supera-o em quase 200% (duzentos por cento), num atestado indesmentível quanto aos beneficiados e da capacidade do Instituto para levar a bom têrmo os encargos que lhes estão atribuídos.

No serviço de aplicação de capital, que há muito não funcionava, logo após a abertura das carteiras de empréstimos,

foram recebidas mais de 1.200 (mil e duzentas) solicitações, com total que orçava em aproximadamente Cr$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros).

Durante os três meses de 1965 em que funcionaram essas carteiras especializadas, celebraram-se operações no montante de Cr$ 100.472.694 (cem milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e seiscentos e noventa e quatro cruzeiros), afora os 151 (cento e cinquenta e hum) associados, beneficiados com empréstimos simples, já quase todos pagos no valor aproximado de Cr$ 40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros) que, somados aos empréstimos anteriormente concedidos, atinge a cifra de Cr$ 140.472.694 (cento e quarenta milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e seiscentos e noventa e quatro cruzeiros). Durante o ano corrente, deverão ser pagos Cr$ 1.454.662.059 (Hum bilhão, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e cinquenta e nove cruzeiros), correspondentes a 463 (quatrocentos e sessenta e três) empréstimos simples e 435 (quatrocentos e trinta e cinco) empréstimos imobiliários.

REPRESENTAÇÕES — Como é do conhecimento de Vossas Excelências, as chamadas "Casas do Amazonas" no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Brasília, desmoralizadas e sem personalidade física, cederam lugar às Representações do Govêrno do Estado do Amazonas, hoje atuantes, organizadas e entregues à direção de homens que se constituem em leais e eficientes colaboradores da nossa administração. Através dêsses órgãos o Govêrno mantém-se em atuante e permanente contato com a máquina administrativa federal e outros órgãos e autoridades naquelas capitais, nos entendimentos necessários à defesa dos interêsses do Amazonas, no encaminhamento dos assuntos que dizem respeito à sua administração e na promoção das possibilidades econômicas, turísticas, culturais de nossa terra, de modo a provocar o interêsse de capitais que possam vir promover o desenvolvimento do Estado.

TRIBUNAL DE CONTAS — Êsse órgão especializado que tem as atribuições legais de julgar as contas da administração,

depois das transformações que sofreu em decorrência de aplicação de medidas com base no Ato Institucional n.º 1, editado pela Revolução de 31 de março de 1964, vem cumprindo rigorosamente as suas finalidades naquele exame da aplicação dos dinheiros públicos. Nenhum órgão do Govêrno se tem omitido no cumprimento das exigências que obrigam a apreciação de suas contas por aquêle Tribunal, que cumpre as suas finalidades sem mais aquela subordinação a interêsses políticos do Govêrno, que tanto o tornaram, em determinada época, alvo das maiores e mais justificadas críticas.

RELAÇÕES COM OS MUNICÍPIOS — A ordem pública no interior amazonense manteve-se inalterada, processando-se com normalidade as boas relações que devem existir entre o poder central do Estado e os municípios. Alguns casos, contudo, pelo aspecto singular de que se revestiram, merecem registro.

Em pleno uso de prerrogativas concedidas pela Emenda Constitucional n.º 13, nomeamos prefeitos novos para os municípios de Humaitá e Fonte Boa, cujos cargos vagaram respectivamente, em consequência de término de mandato e de renúncia dos seus titulares, e na impraticabilidade de proceder-se a eleições, em face da inexistência de partidos políticos, extintos pelo Ato Institucional n.º 2.

O Chefe comunal do Município de Anori, após desavenças com a Edilidade local, que chegaram à apreciação da Justiça, também renunciou ao seu cargo, já na vigência de Ato Complementar do Poder Federal, que chamou para a autoridade do Senhor Presidente da República a nomeação dos titulares das Prefeituras que se vagassem, no cumprimento do que lhe fizemos a indicação de um nome para preencher aquêle cargo.

No correr do ano que findou, empreendi diversas viagens ao interior, acompanhado de auxiliares, visitando sedes municipais, levando às suas populações o estímulo do Govêrno através não só da simples presença do Chefe do Executivo mas, principalmente, de providências adotadas em correspondência aos justos anseios daquelas coletividades, e de obras e serviços

que vimos realizando com o objetivo de proporcionar uma mudança de vida que lhes assegure um futuro de tranquilidade. No particular ao interior do Estado, em outros capítulos desta Mensagem registro o que conseguimos realizar, especialmente no plano educacional, da saúde pública e da eletrificação. Ainda visando a dar conhecimento àquelas populações dos recebimentos, pelos Prefeitos, dos recursos que são destinados aos Municípios e, por consequência, para inspirar-lhes a consciência de que podem e devem cobrar dos seus mandatários a boa aplicação dêsses recursos, articulamos medidas de divulgação através do órgão próprio do Govêrno, nas esferas estadual e federal, que permitem, pela publicidade daqueles pagamentos, o conhecimento dos mesmos. Devo declarar a Vossas Excelências que essa providência tem dado os resultados satisfatórios desejados

Naquelas visitas ao nosso **hinterland** colhi, não raras vêzes, muitas decepções, não porque as populações do interior me faltassem com o seu acolhimento hospitaleiro, mas pelos quadros de abandono e decadência do patrimônio material de cidades e vilas, evidenciada a ausência de administradores responsáveis. Êsses quadros, capazes de amargurar qualquer governante consciente das suas responsabilidades, estão sendo modificados, não porque realizemos milagres, mas pela dignificação dos tempos novos que vivemos no Amazonas.

Não omito, nesta oportunidade, a reafirmação dos apêlos que tenho dirigido a tôdas as populações do interior que visitamos, no sentido de que sejam os grandes fiscais dos seus próprios mandatários, do emprêgo dos recursos que são destinados aos seus municípios e, assim, sejam também eficientes colaboradores do poder público na construção do Amazonas progressista com que tanto sonhamos. Em compensação, podemos assegurar a essas populações que o interior do Estado não se constitui mais naquela parcela da nossa unidade política que apenas dava tudo de si para manter os padrões de civilização e de bem-estar da Capital, sem nada receber, em contrapartida, em seu benefício.

De propósito, pela sua importância, deixei para encerrar este capítulo sôbre as relações do Govêrno do Estado com os

municípios, as considerações relativas à Prefeitura de Manaus, a cuja administração, agora mais do que antes, devemos colaboração estreita, em contrapartida do que lhe podemos exigir. A renúncia do titular eleito da Chefia Comunal desta Capital, ensejou a que, no uso dos dispositivos legais, então conferidos pela Emenda Constitucional n.º 13, da nossa Carta Política, êste Govêrno nomeasse, em ato de 25 de novembro de 1965, o Dr. Paulo Pinto Nery para preenchimento do cargo vago, como pessoa de sua confiança para completar o mandato do senhor Vinícius Conrado.

Em se tratando de um delegado direto do Govêrno do Estado na gestão dos negócios municipais, houve necessidade, após a sua posse, de proceder a um levantamento da verdadeira situação da Prefeitura a fim de que pudéssemos avaliar os seus compromissos reais, as suas possibilidades, e saber o que poderia ser feito, em colaboração com o Estado, para atingir o propósito dêste Govêrno no que se relaciona a restituir a Manaus à sua dignidade de Capital do Estado. Os tempos evidentemente mudaram na Prefeitura e a partir de 1966 uma série de obras começa a ser entregue à utilização pública. Um dos caminhos que encontramos para melhor entrosar, em Manaus, as atividades dinâmicas da Prefeitura com as do Estado, foi a celebração de um convênio entre o Departamento Rodoviário Municipal e do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, para a execução de um plano prioritário de recuperação de ruas da cidade, com vistas a melhorar o seu aspecto urbanístico.

A Prefeitura inaugurou um moderno mercado no bairro da Glória, as instalações novas de sua Secretaria de Obras e instalou condignamente o seu Departamento Rodoviário. As metas de trabalho a atingir, na conformidade do relatório que me fêz presente o seu atual titular, são as seguintes :

a) Conclusão do pavimento térreo da construção anexa à sua sede, que se achava paralizada ;

b) Instalação de uma seção técnica com o objetivo de planejar e aplicar honestamente os recursos municipais ;

c) Intensificação dos serviços de limpeza de ruas, obstrução de sarjetas, etc ;

d) Recuperação das praças e jardins ;

e) Levantamento das construções clandestinas ;

f) Encaminhamento do projeto do matadouro moderno à SPVEA, com o fim de ser assinado convênio para sua construção ;

g) Instalação de encanamento dágua na Prefeitura.

Com a cooperação da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado, somando recursos técnicos e materiais, estão em pauta as seguintes metas :

a) Solução do problema da limpeza urbana com o estabelecimento de um plano diretor que vise a industrialização do lixo ;

b) Recuperação da rua Quintino Bocaiuva e elaboração de projeto de construção de uma ponte ligando a mencionada rua ao bairro de Constantinópolis;

c) Organização da Feira do Produtor e, na medida do possível, construção do Mercado do Produtor;

d) Urbanização da cidade ;

e) Estudos e projetos para saneamento dos vários bairros com a canalização das águas pluviais ;

f) Reforma do prédio da Prefeitura;

g) Recuperação de um prédio para novas instalações do Corpo de Bombeiros ;

h) Reformulação do Código de Obras, para disciplinar o crescimento da cidade ;

i) Nova estrutura administrativa à Secretaria de Obras com a criação do Departamento de Urbanização e Turismo e

j) Recuperação de Mercados Municipais, construção de outros novos e ampliação do Mercado central.

10. A POLÍTICA TRIBUTÁRIA DO GOVÊRNO

Receita Tributária Orçada

Despesa Pública Prevista

As alíquotas

A política de Incentivos Fiscais

A Secretaria de Fazenda, confiada à clarividente direção do Sr. Danilo Duarte de Mattos Areosa, cumpriu as suas obrigações no último exercício de 1965, não apenas as rotineiras mas, também, aquelas que se relacionaram com a Reforma Administrativa decretada no Estado, a política tributária e a nova política fiscal.

De início, devo dizer a Vossas Excelências que, face ao nôvo sistema tributário nacional, várias modificações foram feitas na lei que disciplina o Impôsto de Vendas e Consignações, com o objetivo de adaptá-la à Lei Federal.

Razões impostas pelo espírito de renovação e de dinâmica do Govêrno, conduziram-nos, após meticulosos exames, que resultaram de reuniões mantidas com os exportadores locais, à conclusão de que uma excessiva carga tributária vinha contribuindo para o descaminho de produtos regionais com destino a outros Estados. Atraídos por vantagens fiscais que vão até à isenção total do impôsto, como ocorre na vizinha República do Peru, pessoas e organizações de menor escrúpulo vêm, de há muito, contrabandeando produtos amazonenses para outras praças e, à luz de estudos realizados pela Secretaria de Fazenda, o fator determinante dessa prática residia, justamente, nas alíquotas elevadas que o fisco estadual cobrava sôbre aquêles produtos regionais. A experiência, a êsse aspecto, tem demonstrado que se reduzindo o valor da incidência tributária, além de registrar-se sensível aumento na pauta das exportações, caem de intensidade a ação contrabandista e o descaminho.

Considerando, por conseqüência, os superiores interêsses do fisco estadual, que luta sem meios materiais para reprimir o contrabando e o descaminho na vasta bacia hidrográfica do Amazonas e, ainda, por se enquadrar na atual política do Govêrno, interessado em dinamizar a exportação dos produtos regionais, para

atingir a êsses objetivos impôs-se a redução da carga tributária, fazendo-se frente à concorrência dos Estados e Territórios limítrofes, assim como dos países nossos vizinhos. Encaminhamos à Assembléia Legislativa Mensagens justificando ante-projetos de leis reduzindo em 50% as alíquotas do Impôsto de Vendas e Consignações e de Exportação que, aprovados e transformados em diplomas legais, beneficiaram a pimenta do reino, piaçaba, cipó titica, sôrva desidratada, cacau, peles de animais silvestres, couros de jacaré, curtidos ou beneficiados, essência de pau-rosa e castanha a granel, ao todo 9 dos principais dos nossos produtos. Esperamos, em decorrência, para êste ano de 1966, quando do início das exportações — pois os benefícios já não atingiram as safras de 65, — venham as medidas adotadas contribuir para o crescimento da receita tributária do Estado.

Convém insistir em que êsse procedimento do Govêrno, com relação à sua nova política fiscal, não têve como finalidade apenas o incentivo às exportações mas, principalmente, o de obter-se melhor preço a ser pago ao produtor amazonense que vinha, em última etapa, suportando quase a totalidade daquela carga tributária.

Ainda com o propósito de encontrar-se novos mercados para a nossa produção de juta, foi isenta do Impôsto de Vendas e Consignações a safra de 1965, quando destinada a exportação para outros países, permitindo isso que grandes quantidades dessa fibra fôssem embarcadas para a Argentina e, em menor escala, para Portugal. O produtor, sempre esquecido, em decorrência, gozou dos benefícios do melhoramento considerável do preço pago ao produto.

Quanto ao tratamento dado à essência de pau-rosa, os resultados não foram menos animadores. As exportações dos dois últimos meses de 1965 vieram atestar o acêrto da medida do Govêrno. Pela primeira vez embarcou-se, do pôrto de Manaus, essência de pau-rosa para a União Soviética, nôvo e poderoso mercado que assim conquistamos. Outras partidas já estão negociadas, aguardando apenas navios para transportá-las ao mesmo destino. Sôbre o pau-rosa estabelecemos, também, normas legais para o registro

dos produtores, fiscalização e contrôle da produção e fixação de portos de embarque.

A borracha, produto que ainda mais contribui para a arrecadação do erário, igualmente mereceu as melhores atenções do Govêrno. Os tributos, por demais onerosos, que em face das leis estaduais então vigentes, incidiam sôbre a borracha em pélas de origem federal e de outras unidades vinham concorrendo, de maneira apreensiva, para a diminuição da entrada dêsse produto em nosso Estado, com óbvios reflexos na saída do mesmo já crepado, cujo impôsto, incidente sôbre esta última, além de não onerar o produtor, é de magnífica vantagem para a nossa economia, por isso que recai, no que diz respeito à venda e consignação, no consumidor sulista. Esclareça-se, por exemplo, que é mínima a incidência do impôsto sôbre a borracha em pélas no Estado do Pará e isso estimula a que a produção da borracha federal e mesmo a de outros Estados, apesar de despesas maiores que tem com fretes, levava a preferência do vizinho Estado, em fuga natural ao exagêro da nossa tributação. Medidas fiscais se impunham, portanto. Com a aprovação dêsse Poder Legislativo reduzimos de 50% a taxa de expediente cobrada, até então, nos despachos de entrada daquela borracha em pélas de origem federal e de outros Estados e com isso estimulamos a vinda do produto para o Amazonas e o aumento da nossa produção de borracha crepada. Por outro lado, foi criada a módica taxa de expediente de Cr$ 200 para os despachos de mercadorias ou produtos em trânsito ou baldeação no Estado, extinguindo-se com a prática errônea e ilegal de cobrar-se 3% sôbre êsses despachos. Defendemos a nossa economia com o crescimento quantitativo da entrada da borracha em pélas e, consequentemente, com o aumento da crepagem, sôbre a qual incide o impôsto.

Essa foi a orientação do Govêrno na execução de sua nova política fiscal. As rendas do Estado, contudo, necessitavam e ainda necessitam de maior policiamento na sua arrecadação. Em 1965, exatamente atendendo a êsses interêsses de sua fiscalização, criamos dois novos postos fiscais, nas confluências do paraná do Caldeirão com o Rio Amazonas e no paraná do Jacaré com o lago do Mucuricanã, ambos no município de Nhamundá.

Recuperamos, para condições perfeitas de navegabilidade, as lanchas que hoje se designam pelas siglas SF-2, 3, 4, 7 e 10, estando as de siglas SF-1, 8 e 11 em recuperação e as de siglas SF-5, 6 e 9, em construção. Para melhores condições de trabalho, melhoria de rendimento e seu aperfeiçoamento, procedemos à restauração completa do edifício sede da Secretaria de Fazenda, conquanto as instalações dêsse edifício já sejam pequenas para agasalhar os serviços afetos a êsse órgão.

O crescimento da Contabilidade Pública do Estado, a sua imprescindível modernização e a necessidade de economizar o tempo, determinaram a mecanização da escrituração da Secretaria de Fazenda, após examinadas em seus mínimos detalhes as exigências e as naturezas dos serviços, inclusive promovemos o preparo do pessoal encarregado do manuseio dessas máquinas, no Rio de Janeiro, sem quaisquer ônus para os cofres públicos, a cargo da própria emprêsa vencedora da Concorrência para fornecimento do material. Os serviços da Recebedoria das secções de Vendas e Consignações e Exportação, foram também mecanizados, oferecendo agora, além do melhor e mais rápido contrôle da arrecadação, maiores vantagens de tempo para os contribuintes.

Subordinado à Secretaria de Fazenda, entrou em funcionamento o Serviço de Loteria do Estado, a partir de 14 de outubro de 1965, Serviço que imobilizou, em aparelhagem, acessórios, móveis e utensílios, Cr$ 81.486.000. De 21 de outubro a 31 de dezembro, foram realizadas 10 extrações, tendo sido postos em circulação 110.000 bilhetes com uma venda de Cr$ 343.510.650. A renda apurada nessas 10 primeiras extrações atingiu, assim, essa importância. Foram pagos, até o fim do ano, prêmios no valor de Cr$ 174.989.700, num total de Cr$ 198.885.000, sendo que a diferença de Cr$ 23.895.300 falta liquidar em virtude do não comparecimento dos contemplados. A Loteria recolheu ao Impôsto de Renda a quantia de Cr$ 41.278.000 e encerrou o ano com disponibilidades financeiras da ordem de Cr$ 64.446.399, em Caixa e depositados no Banco do Estado. O impacto produzido pela Loteria foi grande, sendo recebido com a maior confiança por parte do público.

A Secção de Coordenação de Sorteios operou com eficiência nos setores que lhe estão afetos, inclusive melhorando a organização e o atendimento às partes. Do "Seu Talão Vale Um Milhão" foram distribuídos em 1965, 1.732.076 certificados, o que se permitiu em face da instalação de 2 novos postos de permutas de talões por documentos fiscais, nos bairros de Educandos e São Raimundo, programando-se para 1966 a instalação de outros postos.

Finalmente, no particular da Secretaria de Fazenda, dou para Vossas Excelências um panorama de dados positivos da vida econômico-financeira do Amazonas no exercício de 1965. Cito inicialmente o Orçamento, que estimou uma receita própria de Cr$ 25.315.425.500 e fixou a despesa em Cr$ . . . . . 25.832.948.063, apresentando, por consequência, um **deficit** de Cr$ 517.522.568. A fixação daquela despesa logo foi alterada com a transferência dos créditos especiais de 1964 e novas autorizações do Poder Legislativo, após a apuração do Orçamento, tendo a mesma se elevado para Cr$ 31.737.055.595, na conformidade do que se demonstra a seguir:

Orçamento (despesas próprias)		Cr$ 25.832.948.068
Créditos especiais transferidos de 1964		831.927.179
Créditos abertos durante o exercício:		
— Especiais	Cr$ 1.666.707.898	
— Suplementares	6.380.005.019	8.046.712.917
Total das autorizações		34.711.588.164
— Menos: anulações feitas no Orçamento para cobertura de créditos adicionais		2.974.532.569
		31.737.055.595

Essa foi a autorização legal para as despesas, mas o Govêrno não se utilizou dos créditos na sua totalidade e, em razão

disso, a execução orçamentária apresentou conclusivamente os seguintes dados:

— Receita arrecadada	Cr$	23.843.267.699
— Despesa registrada		22.995.418.629
	Cr$	847.849.070

Comparando-se os totais da receita e da despesa orçamentárias, apura-se à primeira vista um **superavit** de Cr$ . . . . . 847.849.070, mas com a inclusão dos restos a pagar, avaliados em Cr$ 1.400.000.000, que estão sendo levados a débitos das verbas orçamentárias, tem-se que os resultados do exercício na apresentação do balanço geral dará um **deficit** financeiro da ordem de Cr$ 600.000.000, ou seja Cr$ 82.477.432 além do previsto.

A arrecadação, na Capital, somou a Cr$ 17.022.088.938, sendo Cr$ 7.568.618.679 de exportação e Cr$ . . . . . 9.453.470.259, de vendas e consignações, apresentando uma percentagem de 84,244%, para maior, comparada à do ano anterior, que foi da ordem de Cr$ 9.238.843.290, com uma diferença, para mais, de Cr$ 7.783.245.639, na conformidade do quadro anexo 1 desta Mensagem.

A arrecadação, no interior, somou Cr$ 5.467.074.688, apresentando a percentagem, para maior, de 118,566% comparada à de 1964 que foi de Cr$ 2.501.331.629, com uma diferença, para mais, de Cr$ 2.965.743.059, na conformidade do quadro anexo n.º 2.

Ao balanço dessas cifras, arrecadamos em 1964 Cr$ . . . . 11.740.174.919 e em 1965 Cr$ 22.489.163.626, com um aumento, por consequência, de Cr$ 10.748.988.707, que corresponde ao percentual de 91,557%.

ANEXO N.º 1

ESTADO DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE RENDAS
DIVISÃO DA RECEITA DA CAPITAL
QUADRO DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO EFETUADA NOS EXERCÍCIOS DE 1964 e 1965 PELAS SECÇÕES DE EXPORTAÇÃO E VENDAS E CONSIGNAÇÕES

DEMONSTRAÇÃO DOS TRIBUTOS	Exercício de 1964	TOTAL	Exercício de 1965	TOTAL	%
Impôsto s/Vendas e Consignações	6.528.888.138,20		10.735.994.353		
Verba	39.395.668,50		50.176.101		
Causa Mortis	10.042.718,10		14.166.794		
Decreto n.º 10	119.236.812,30		184.053.150		
Exportação	309.492.393,70		558.115.695		
Exploração Agrícola e Industrial	107.914.826,80	7.114.970.557,60	124.506.795		
Transações — Lei n.º 171			666.773.485		
Lei n.º 94			1.471.780.634	13.805.566.957	
TAXAS					
Estatística	34.402.646,60		32.143.180		
Expediente	441.887.281,00		1.664.869.196		
Emolumentos	362.844,20		4.155.114		
Judiciária	497.459,30		1.343.109		
Veículos	25.714.007,30		59.209.692		
Pró-Lázaros	975.619,90		1.371.676		
Assistência aos Lázaros e Tuberculosos	———		16.793		
Honorários dos Despachantes	22.289.839,20		36.703.898		
Classificação e Economia Agrícola	———		9.444.457		
Pró-Fundo Montepio	———		473.029		
Classificação de Produtos	11.732.533,90		12.504.995		
Beneficiamento de castanha	———	537.862.231,40	18.177.195	1.840.412.334	
RECEITAS DIVERSAS					
Fundo de Planejamento e Est. Ec.	811.433.438,40		236.841.527		
Fundo de Assistência Social	34.910.367,70		32.167.446		
Fundo de Conservação — Aquavias	23.936.227,50		1.079.240.743		
Lei n.º 100	702.686.025,30		3.803.830		
Depósito (Multa)	———		5.556.347		
Multa de mora	1.298.129,10		9.270		
Instituto Nacional do Pinho	11.745.806,50	1.586.010.494,50	18.490.484	1.376.109.647	
Lei n.º 367 — I.A.P.I.	———		———		
TOTAL GERAL		9.238.843.290,50		17.022.088.938	(84,244%)

Departamento de Rendas, Divisão da Receita da Capital, em Manaus, 26 de Janeiro de 1966.

ALBERTO MENEZES — Diretor

ANEXO N.º 2.

SECRETARIA DE FAZENDA
DIRETORIA DA RECEITA DO INTERIOR
SECÇÃO DE CONTRÔLE DA ARRECADAÇÃO DO INTERIOR
QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO BIÊNIO DE 1964 e 1965

Mês	1964	1965	Diferença +	Diferença —
Janeiro	131.841.471	439.675.887	307.834.416	
Fevereiro	110.577.697	403.848.752	293.271.055	
Março	85.492.061	286.529.512	201.037.451	
Abril	111.352.167	450.902.972	339.550.805	
Maio	168.393.382	532.571.986	364.178.604	
Junho	254.331.309	636.502.772	382.171.463	
Julho	268.840.475	614.643.343	345.802.868	
Agosto	264.897.197	550.583.935	285.686.738	
Setembro	304.761.285	448.381.663	163.620.378	
Outubro	208.053.604	361.317.420	153.263.816	
Novembro	300.851.551	380.450.077	79.598.526	
Dezembro	291.939.430	341.666.369	49.726.939	
	2.501.331.629	5.467.074.688	2.965.743.059	

Secção de Contrôle da Arrecadação do Interior, da Diretoria da Receita do Interior, em Manaus, 19 de janeiro de 1966.

JOSE' RIBAMAR DOS ANJOS FEITOZA
Polícia Fiscal

FELISMINO FRANCISCO SOARES FILHO
Chefe de Secção

Visto:

MANOEL NAVARRO
Diretor da Receita do Interior

11. RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DA UNIÃO

Valorização da Amazônia

D.N.E.R.

Zona Franca

Portos

L.B.A.

I.N.P.A.

I.N.D.A., I.B.R.A. e Acôrdo.

Ajuda Federal

Fôrças Armadas

Mantiveram-se inalteradas as relações entre o Govêrno e os órgãos da União que operam em nosso Estado. A propósito e à guisa de introdução para abordar aspecto dessas relações, recordo as palavras que pronunciei a 16 de julho de 1965, no Palácio Rio Negro, saudando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

— "O esfôrço que todos dispendemos, portanto, não tem sido infrutífero. Faz-se necessário, no entanto, que haja melhor correspondência por parte da União. A SPVEA, que nos deve sete bilhões de cruzeiros, não vem dispondo de recursos para executar os programas seus e dos Estados a que tem de vincular-se e a que tem de servir por dispositivo constitucional. É preciso integrá-la nos compromissos do Poder Central para com a Amazônia, assegurando-lhe orçamentos exatos, de acôrdo com o que se lê no texto do diploma magno de nossa Pátria. Já em exposições a Vossa Excelência, demos conta, sinceramente, da nenhuma presença dos serviços federais em nosso Estado. Não que os seus servidores ignorem os deveres funcionais e a missão de que estão investidos, mas porque não se tem dado a êsses serviços aquêles elementos naturais, necessários ao seu funcionamento — permita que fale a Vossa Excelência, mais uma vez, com aquela sinceridade que Vossa Excelência conhece, em linguagem que pode não ser protocolar mas expressa lealdade e confiança nas medidas que Vossa Excelência há de adotar no Govêrno de honradez e de objetividade, que o distingue e faz respeitado, mesmo daqueles que discordem, por motivos ideológicos, políticos, da administração de Vossa Excelência."

Palavras de ontem e de hoje. Continua latente a necessidade de maior ação dos órgãos federais, incumbidos de realizar a política administrativa da União dentro do Estado e em cooperação com êste.

Mas, os órgãos federais no Amazonas, são inúmeros e nesta Mensagem passo a referir-me exclusivamente aos principais, ou porque não tenham, os outros, tido qualquer atuação de destaque, ou porque suas próprias finalidades sejam subsidiárias.

SPVEA — Da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1965, o Govêrno do Estado, referente ao exercício de 1964, recebeu apenas Cr$ 180.000.000, enquanto que para entidades outras a mesma SPVEA, na área do Amazonas, pagou Cr$ 127.780.000. Continuamos, por consequência, sendo cada vez maiores credores de recursos daquele órgão, cabendo ainda informar a Vossas Excelências, referentemente à Valorização, que os Governos antecedentes ao nosso desde 1955, não prestaram contas dos recursos dela recebidos. Ressalvo que ao tempo em que fui Superintendente do PVEA, antes, portanto, de 1955, jamais permiti a liberação de recursos novos sem a prestação de conta da parcela anteriormente liberada. Essa anormalidade, que não pode ser corrigida porque, mais que vasculhássemos não estamos encontrando documentos que possam servir como dados comprobatórios daquelas prestações de conta ausentes, o que cria grandes dificuldades ao Estado para o recebimento de novas dotações.

DNER — O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem mantém sob a jurisdição do seu 1.º Distrito Rodoviário, com sede em Manaus, a construção das Rodovias BR-174 (Manaus-Caracaraí-Boa Vista-Marco BV-8, na Venezuela) e a BR-401 (Boa Vista-Leten, na fronteira com a Guiana Britânica). A primeira está com as suas obras paralizadas, por falta de recursos orçamentários, desde meados de 1964, com o risco de perda total dos já aplicados, pela impossibilidade de, ao menos, conservar-se a parte inicial construída. No trecho Caracaraí-Boa Vista, que constitui outra frente de serviços, estão executados 130 Kms. com revestimento primário de asfalto, 30 dos quais construídos pelo Govêrno de Roraima, onde os trabalhos prosseguem com a aplicação de percentuais das verbas do FRN destinadas àquele Território. Na BR-401 nada foi

executado, também por falta de recursos, nem mesmo para os estudos relativos ao empreendimento! De resto, o 1.º Distrito Rodoviário Federal tem se limitado a pagar as cotas do FRN periòdicamente devidas aos municípios, e por esfôrço próprio do seu atual Chefe, Engenheiro Altamiro Veríssimo da Silveira, cuja boa vontade tem o apôio dêste Govêrno, fiscalizando tanto quanto possível a aplicação dêsses recursos, antes, na maioria dos casos, malbaratados na voragem da política malsã. E' de registrar-se, no particular de Manaus-Caracaraí, que foi posta em primeira prioridade no Plano Rodoviário Nacional pela sua importância geo-política e porque importa em operação de segurança nacional. Sôbre essa rodovia fizemos longa exposição ao Senhor Presidente da República, àquela altura fazendo sentir que "a necessidade da conclusão da BR-174 ressalta de imediato aos olhos de quantos estudam o complexo amazônico e compreendam a posição das faixas de fronteiras do nosso país nesta região. É que o Território de Roraima interessa a 8,3% de tôda a linha divisória do País, abrangendo uma extensão aproximada de 2.000 quilômetros, desenvolvida pràticamente em porções iguais nas fronteiras da Guiana Inglêsa e da Venezuela". E conclui: "resulta induvidoso do exposto, seja sob o aspecto de integração da parte setentrional da Amazônia seja pela inegável posição estratégica dessa via de comunicação, o fato de que o pleito ora formulado, no sentido de dar-se prioridade ao empreendimento, está a exigir **data vênia** uma decisão favorável e patriótica do eminente Chefe da Nação".

ZONA FRANCA — Criada por Lei Federal, a Zona Franca de Manaus vem sendo desde 1957 até os nossos dias, apenas notícia a propósito de nomeações, escolhas e mudanças de local para a sua instalação, de projetos e estimativas orçamentárias, com a contrapartida negativa de gastos, cujo montante já deve ser bastante expressivo. A verdade é que essa enigmática Zona Franca não chegou ainda, sequer, a arredar os seus pés dos armazéns vazios que empresta da Manaos Harbour. Ao ser indicado por nós para a Superintendência dêsse organismo, da qual não chegou a entrar em exercício, o Dr. Newton de Menezes Vieiralves apresentou ao senhor Ministro da Fazenda, a que a

Mas, os órgãos federais no Amazonas, são inúmeros e nesta Mensagem passo a referir-me exclusivamente aos principais, ou porque não tenham, os outros, tido qualquer atuação de destaque, ou porque suas próprias finalidades sejam subsidiárias.

SPVEA — Da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1965, o Govêrno do Estado, referente ao exercício de 1964, recebeu apenas Cr$ 180.000.000, enquanto que para entidades outras a mesma SPVEA, na área do Amazonas, pagou Cr$ 127.780.000. Continuamos, por consequência, sendo cada vez maiores credores de recursos daquele órgão, cabendo ainda informar a Vossas Excelências, referentemente à Valorização, que os Governos antecedentes ao nosso desde 1955, não prestaram contas dos recursos dela recebidos. Ressalvo que ao tempo em que fui Superintendente do PVEA, antes, portanto, de 1955, jamais permiti a liberação de recursos novos sem a prestação de conta da parcela anteriormente liberada. Essa anormalidade, que não pode ser corrigida porque, mais que vasculhássemos não estamos encontrando documentos que possam servir como dados comprobatórios daquelas prestações de conta ausentes, o que cria grandes dificuldades ao Estado para o recebimento de novas dotações.

DNER — O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem mantém sob a jurisdição do seu 1.º Distrito Rodoviário, com sede em Manaus, a construção das Rodovias BR-174 (Manaus-Caracaraí-Boa Vista-Marco BV-8, na Venezuela) e a BR-401 (Boa Vista-Leten, na fronteira com a Guiana Britânica). A primeira está com as suas obras paralizadas, por falta de recursos orçamentários, desde meados de 1964, com o risco de perda total dos já aplicados, pela impossibilidade de, ao menos, conservar-se a parte inicial construída. No trecho Caracaraí-Boa Vista, que constitui outra frente de serviços, estão executados 130 Kms. com revestimento primário de asfalto, 30 dos quais construídos pelo Govêrno de Roraima, onde os trabalhos prosseguem com a aplicação de percentuais das verbas do FRN destinadas àquele Território. Na BR-401 nada foi

executado, também por falta de recursos, nem mesmo para os estudos relativos ao empreendimento! De resto, o 1.º Distrito Rodoviário Federal tem se limitado a pagar as cotas do FRN periòdicamente devidas aos municípios, e por esfôrço próprio do seu atual Chefe, Engenheiro Altamiro Veríssimo da Silveira, cuja boa vontade tem o apôio dêste Govêrno, fiscalizando tanto quanto possível a aplicação dêsses recursos, antes, na maioria dos casos, malbaratados na voragem da política malsã. E' de registrar-se, no particular de Manaus-Caracaraí, que foi posta em primeira prioridade no Plano Rodoviário Nacional pela sua importância geo-política e porque importa em operação de segurança nacional. Sôbre essa rodovia fizemos longa exposição ao Senhor Presidente da República, àquela altura fazendo sentir que "a necessidade da conclusão da BR-174 ressalta de imediato aos olhos de quantos estudam o complexo amazônico e compreendam a posição das faixas de fronteiras do nosso país nesta região. É que o Território de Roraima interessa a 8,3% de tôda a linha divisória do País, abrangendo uma extensão aproximada de 2.000 quilômetros, desenvolvida pràticamente em porções iguais nas fronteiras da Guiana Inglêsa e da Venezuela". E conclui: "resulta induvidoso do exposto, seja sob o aspecto de integração da parte setentrional da Amazônia seja pela inegável posição estratégica dessa via de comunicação, o fato de que o pleito ora formulado, no sentido de dar-se prioridade ao empreendimento, está a exigir **data vênia** uma decisão favorável e patriótica do eminente Chefe da Nação".

ZONA FRANCA — Criada por Lei Federal, a Zona Franca de Manaus vem sendo desde 1957 até os nossos dias, apenas notícia a propósito de nomeações, escolhas e mudanças de local para a sua instalação, de projetos e estimativas orçamentárias, com a contrapartida negativa de gastos, cujo montante já deve ser bastante expressivo. A verdade é que essa enigmática Zona Franca não chegou ainda, sequer, a arredar os seus pés dos armazéns vazios que empresta da Manaos Harbour. Ao ser indicado por nós para a Superintendência dêsse organismo, da qual não chegou a entrar em exercício, o Dr. Newton de Menezes Vieiralves apresentou ao senhor Ministro da Fazenda, a que a

Zona Franca é subordinada, um relatório completo sôbre a situação, suas perspectivas e suas possibilidades. O Govêrno estadual aprovou aquêle relatório, que poderíamos classificar de ousado na sua linguagem, mas por isso mesmo autêntico e real. Em 4 anos, de 1961 a 1964, o movimento da Zona Franca de Manaus foi de 403 toneladas de mercadorias no valor de Cr$ 210.841.286, números que se constituem em cifras irrisórias se, à luz dos quais, indagarmos sôbre os gastos ordinários com a remuneração de seus Superintendentes e funcionários nesses 4 anos? Acrescente-se, ademais, que aquelas mercadorias não foram transferidas do exterior para venda em Manaus, mas simplesmente importadas dentro da rotina, assemelhando-se a uma experiência sôbre um possível aproveitamento das facilidades no processo de importações ou a um teste do sistema. Como corolário desta exposição, não podemos fugir à conclusão de que para a implantação da Zona Franca de Manaus em têrmos de utilidade e de objetividade real, a União teria que dispor de recursos de ordem de bilhões de cruzeiros, para o que não está capacitada em face da rígida política econômico-financeira encetada pelo Govêrno Federal, sobrando a alternativa de a Nação empregar os menores recursos que utiliza na Zona Franca atualmente improdutiva, numa nova e dinâmica política portuária do Estado do Amazonas.

PORTOS — Para a circulação da riqueza nacional, troca de mercadorias e escoamento da produção, o país há que pensar em têrmos de recuperar e ampliar a rêde dos seus portos marítimos e fluviais. No que diz respeito ao nosso Estado, a "Manaos Harbour", sob o regime de intervenção federal, conquanto diferente dos tempos passados na sua desordenação em face ao assédio de greves nìtidamente políticas e subversivas, continua sem recuperar o cais do pôrto desta cidade. A União não deseja inverter recursos num patrimônio que lhe não pertence pois, embora sob aquêle regime interventorial, a MHL, até que expire contrato, é concessionária inglêsa. Quando de sua visita recente ao Amazonas, tive oportunidade de debater o problema com o Ministro Juarez Távora, fazendo-lhe entrega, na ocasião, de um memorial a respeito, elaborado pelas classes conservadoras

e produtoras locais, maiores interessadas no assunto. O titular da Viação levou para exame as seguintes reivindicações:

"a) A constituição de Junta Interventora composta de três membros, representando o Govêrno Federal, o Estadual e os usuários, na pessoa jurídica desta Associação;

b) Estudo das atuais tarifas, cobradas pela Manaos Harbour Limited, por uma comissão em que estejam representados os interêsses da União, na qualidade do poder autorizativo da cobrança das taxas, a Manaos Harbour Limited, como concessionária, e os usuários, na pessoa da Associação Comercial;

c) Estudo da área de incidência das taxas da Manaos Harbour Limited, tendo em vista a isenção de embarcações de pequeno porte, compreendidas estas entre as que deslocam até 20 toneladas, quando acostarem em local não beneficiado pela concessionária;

d) Medida a curto prazo: recuperação do pôrto de Manaus e

e) Medida a longo prazo : ampliação do pôrto de Manaus, nas bases dos estudos já apresentados."

Além de Manaus, estão evidentemente a merecer as atenções da política portuária do País, os portos das cidades de Parintins, Itacoatiara, Maués e Manacapuru, pontos também de vital importância para o escoamento da produção amazonense.

Referentemente ao Distrito local do Departamento de Portos, Rios e Canais, continua ausente, conquanto, dentro de suas finalidades, pudesse se constituir num órgão de grande utilidade para o Amazonas, no setor que lhe incumbe dentro do organograma do Ministério da Viação e Obras Públicas.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA — Êsse órgão assistencial à maternidade e à infância tem desempenhado o seu papel, dentro dos recursos de que dispõe, na melhor harmonia e na maior cooperação com o Govêrno do Estado. Os problemas que lhe incumbem são, evidentemente, cada vez maiores, não correspondidos com as quotas de disponibilidades financeiras para equacioná-los. Faz-se o possível, naqueles limites impostos pelas circunstâncias do próprio órgão. A sede

da L.B.A. em Manaus, sem fugir à exceção, estava também em ruínas e já se apresenta restaurada no seu aspecto físico, como igualmente foi o órgão reposto no cumprimento de suas obrigações específicas, passando a atender a todos quantos possível, sem as distinções odiosas e injustas da avaliação político-partidária. As disponibilidades de recursos são pequenas, o que impede que a Legião chegue ao interior na execução de sua política específica.

INPA — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia sempre têve suas atividades adstritas a orçamentos rigorosamente exíguos. Conquanto as suas finalidades sejam a de proceder ao inventário e à análise do solo, subsolo, água, flora e fauna, tem enfrentado as mais sérias dificuldades sem esmorecer, contudo. A princípio dependeu das verbas da SPVEA e cabe-me esclarecer com certo orgulho que durante a minha gestão naquela Superintendência e a do Dr. Aldebaro Klautau, sempre recebeu normalmente os recursos que lhe foram destinados através de convênios e que, afora essas épocas, chegaram a atrazar até 3 anos. O INPA não encontrou ainda, infelizmente, a compreensão necessária para dar maior rendimento às suas pesquisas visando ao conhecimento das potencialidades da região e à introdução de uma nova tecnologia que permita a melhoria das condições de vida do homem do nosso **hinterland.** E não pode dar maior impulso às suas atividades por dois motivos fundamentais : assistência e apôio insuficientes e carência de recursos financeiros e a consequente limitação de elementos humanos. O resultado é que se não demonstra interêsse de maior profundidade para com os problemas técnico-científicos da região na esfera federal, enquanto assistimos a UNESCO, organismo da ONU, ter fundado um Instituto Internacional para estudá-los e agora, mais recentemente, os Estados Unidos da América do Norte se propunham à tentativa de investigá-los por conta própria, o que seria abdicarmos de uma alta missão que nos incumbe, não apenas pelos nossos sentimentos próprios de nacionalidade, mas, também, pelos deveres humanos e de patriotismo.

Não obstante todos êsses percalços, partindo de Manaus, o INPA, entre outras, realizou as seguintes pesquisas :

(1) Estudos geomorfológicos no Território de Roraima, sob a direção de Francis Ruellan (publicados em parte em colaboração com a Universidade de Paris).

(2) Levantamentos botânicos nas savanas do Rio Branco, campinas do Rio Negro e floresta tropical pluviosa (publicados por M. Takeuchi na Revista da Faculdade de Ciências de Tokio).

(3) Estudo fitosociológico das caatingas e de florestas de várzea do Rio Negro, procedido por William Rodrigues (publicado no livro sôbre ecologia das principais formações vegetais do Brasil, do Prof. André Aubreville).

(4) Levantamento da flora de Manaus, da Serra do Navio (Amapá) e da Reserva Ducke, em Manaus, também realizado por William Rodrigues.

(5) Distribuição geográfica de 218 espécies de mosquitos da Amazônia (trabalho beneditino de Nelson L. Cerqueira).

(6) Determinação da transmissão da **Mansonella ozzardi** (Cerqueira) e de sua patogenicidade (Djalma Batista, Wallace Oliveira e Virgínia Rabello).

(7) Apresentação da maior casuística nacional da doença de Jorge Lôbo (ao todo 10 casos); estudo do conjunto das micoses superficiais e profundas da Amazônia ; distribuição geográfica da leishmaniose no Amazonas e pesquisas sôbre dermatófitos do solo em Manaus, Belém e várias localidades da hinterlândia (trabalhos de Mário Moraes).

(8) Determinações de metabolismo basal em Manaus, mostrando que não há diferença em relação aos padrões dos países temperados (Samuel Aguiar).

(9) Estudos, a cargo de Luiz Montenegro, de soro-antropologia (uma nota sôbre frequência de grupos sanguíneos do sistema ABO e do fator D, em Manaus, publicado em "Sangre", da Espanha) e caracteres genéticos de amostras de população, inclusive indígena (a comunicação sôbre PTC entre índios Tucanos foi publicada em "Annals of Human

Genetics", da Inglaterra), e sôbre o quadro vermelho em diversas amostras da população, a que se acrescenta um ensaio sôbre a ação do ferro em verminóticos e não verminóticos, todos aparentemente sãos (publicado na revista "Medicine Tropicale", da França).

(10) Estudos de R.A.A. Altman sôbre diversas oleaginosas da Amazônia : castanha curupira (publicado em **Oleagineux,** da França), buriti (ensaio de técnicas para sua industrialização), umari e andirobinha; e de Nelson Maravalhas, sôbre castanha pêndula.

(11) Estudos sôbre farinha de mandioca : composição, alteração do amido, carotenóides e enriquecimento com farinha de soja (pesquisas de Nelson Maravalhas); e sôbre a bromatologia da mesma (M. B. Lira e Edivar Fernandes).

(12) Identificação de teofilina na semente de guaraná, bem como o aproveitamento da cafeína da sua casca (trabalhos de Nelson Maravalhas).

(13) Estudos hidroquímicos e hidrobiológicos em águas dos rios típicos da Amazônia (realizados em colaboração com o Instituto de Hidrobiologia da Sociedade Max-Plank, por Harald Sioli e Ernst-Josef Fittkau).

(14) Experiência de regeneração da floresta, mediante desmatamento com ou sem queimada, enriquecimento de mata desbastada, clareamento da floresta em três diferentes graus, etc., ao lado de observações fenológicas de essências de valor comercial (iniciados há 3 anos e em andamento na Reserva Ducke, sob a responsabilidade de Vivaldo C. Araújo).

(15) Organização de um catálogo descritivo de 143 madeiras da Amazônia, incluindo identificação botânica (trabalho de Arthur Loureiro, coadjuvado por Marlene Freitas da Silva).

(16) Estudo econômico da cultura da juta na Amazônia (monografia organizada por José Maria Pinto).

(17) Levantamento bio-estatístico do Amazonas, com apresentação de dados de 2 decênios (1940 a 1959), procedido por Benedito Bezerra.

(18) Estudo antropológico do guaraná, feito por Mário Ypiranga.

(19) Levantamento microbiológico dos solos dos Estados e Territórios da Amazônia (realizado em colaboração com o Instituto de Micologia da Universidade do Recife, sob a direção do Prof. A. Chaves Batista).

(20) Levantamento cartográfico da região amazônica, procedido no Ministério do Exterior, por Isa Adônias e publicado em 2 volumes, cada um de mais de 700 páginas.

(21) Assistência a organizações privadas da região, especialmente à Companhia Siderúrgica da Amazônia (análise das amostras de minérios e levantamento florestal preliminar de 5 Ha de sua reserva), Companhia Agrícola e Industrial da Amazônia (análise de canas de açúcar destinadas à nova indústria em organização), etc.

Ainda podemos registrar outros fatos positivos decorrentes de atribuições regimentais do INPA:

a) Organização de uma biblioteca técnico-científica, constituída, até 31 de dezembro último, de 15.125 volumes e de 1.123 títulos de periódicos. Mantém o INPA assinatura de 119 revistas científicas nacionais e sobretudo estrangeiras, destacando-se as de referência. No acêrvo do INPA figuram 3.646 publicações a respeito da Amazônia, inclusive raridades bibliográficas. Essa biblioteca é franqueada não apenas ao pessoal do Instituto, porém a todos os interessados em consultá-la, sendo grande a frequência de estudantes secundários e universitários.

b) Organização de um herbário de referência, constituído de 15.503 números.

c) Organização de uma xiloteca que já dispõe de 3.125 amostras de madeiras.

d) Organização de uma coleção de minérios e rochas da Amazônia, totalizando 272 amostras dos primeiros e 336 das

segundas. Tentativa de organização de um mapa dos recursos minerais da planície.

e) Organização de coleções de mamíferos (640 exemplares), aves (327 exemplares), repteis (89 exemplares), peixes (11 exemplares) e artrópodos (47.289 exemplares).

f) Organização de uma coleção de lâminas e blocos histopatológicos (1.735 números).

g) Organização de coleções de amostras de água das diversas correntes fluviais, e de animais aquáticos.

h) Início da organização de uma fototeca, com a aquisição à LASA das fotografias e respectivos mosaicos e foto-índices, das regiões de Belém, Marajó, Manaus e Rio Branco — Acre.

i) Início de organização de uma mapoteca da Amazônia.

j) Montagem e equipamento de laboratórios.

INDA, IBRA e ACÔRDO — Dos órgãos do Ministério da Agricultura operando no Amazonas, três merecem referência: o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Acôrdo de Classificação de Produtos Agrícolas e Pecuários. O primeiro, o INDA, enviou a Manaus um emissário credenciado para solucionar, junto ao Govêrno do Estado, o problema, bem antigo, da doação das terras da antiga Colônia "Bela Vista", hoje incorporadas ao seu patrimônio e à sua jurisdição. O assunto foi equacionado e com essa solução, permitiu o Estado que o INDA incluísse entre as unidades que se beneficiarão, num vasto programa atribuído à essa nova autarquia, com aquelas terras da extinta Colônia Agrícola Federal. O segundo, o IBRA, na conformidade do que determina a Lei Federal n.º 4.504 — Estatuto da Terra e sua regulamentação, incluiu o nosso Estado na realização de cadastro de imóveis rurais, que se procede em todo o país, visando essencialmente ao conhecimento da estrutura fundiária brasileira e das formas de exploração da terra e, ainda, ao fornecimento de dados para a implantação do sistema de tributação da terra instituído naquele Estatuto. Com êsse objetivo o Estado

firmou com o IBRA o necessário convênio, na base do qual se procede àquele verdadeiro inventário agrário das principais regiões do Amazonas.

Ainda com referência a órgãos do Ministério da Agricultura, não se pode esquecer o Serviço do Acôrdo de Classificação de Produtos Agrícolas e Pecuários. No cumprimento de suas tarefas específicas, o Acôrdo procedeu à classificação de produtos padronizados, cabendo destaque especial a relativa à juta, produto de significação para a nossa economia, por isso mesmo constituindo-se em objeto de providências prioritárias no terreno da experimentação e de melhores práticas de beneficiamento, com vista à melhoria qualitativa de sua produção. Igualmente procuraram-se medidas em relação à classificação de couros e peles de animais silvestres e domésticos, enquanto se discutiu, também, a análise da especificação dos tipos concernentes à padronização e classificação de madeiras para efeito de exportação.

AJUDA FEDERAL — No particular das relações do Govêrno do Estado com a União, temos ainda a registrar o recebimento da quota adicional do Impôsto de Consumo que coube ao Amazonas, em 1965, de acôrdo com o artigo 4.º da Lei Federal n.º 4.388, de 28.8.964, num montante de Cr$ 2.000.000.000 .Essa contribuição federal do Fundo de Auxílio aos Estados, instituído por aquela Lei, têve a sua aplicação disciplinada por Decreto do Executivo que lhe distribuiu quantitativos com as seguintes destinações:

	CR$
1. Integralização parcial das ações subscritas pelo Estado no Capital da CAMTEL	500.000.000
2. Construção de casas populares no bairro da Raiz	500.000.000
3. Aparelhamento de Hospitais e Centros de Saúde	120.000.000
4. Serviços de Águas e Esgôtos	300.000.000

5.	Obras a cargo da Secretaria de Viação	55.000.000
6.	Aquisição de mobiliário, livros, mapoteca, fichários, etc., para a Biblioteca Pública	342.000.000
7.	Manutenção e aquisição de medicamentos para os Leprosários ...	125.000.000
8.	Natal da Criança Pobre	30.000.000
9.	Auxílios a formaturas	1.000.000
10.	Auxílio à Legião Brasileira de Assistência	2.500.000
11.	Auxílio à Federação das Bandeirantes	2.000.000
12.	Comemorações do aniversário de Fundação do Teatro Amazonas ...	5.500.000
13.	Ajuda de Custo a professores que fizeram o curso de especialização	1.200.000
14.	Instalação da Seção de Orçamento da Secretaria de Fazenda	10.000.000

Para o exercício de 1966, foi transferido, assim, daquela soma de Cr$ 2.000.000.000, o saldo de Cr$ 5.800.000.

FÔRÇAS ARMADAS — Finalmente, há que se elogiar o comportamento da Guarnição Federal do Exército aqui sediada, da Capitania dos Portos da Marinha de Guerra e do Destacamento da Fôrça Aérea Brasileira. Não digo no cumprimento dos seus deveres profissionais, obedientes às regras de disciplina, mas na cooperação valiosa que têm dado com alto sentido de brasilidade. O Exército, afora a rotina da ação visando a manutenção da ordem e da vigilância nas fronteiras distantes, tem expandido a sua atuação, como recentemente aconteceu em Palmeiras. Vem criando novas condições de vida às localidades lindeiras já por êle ocupadas. Tôda uma vasta rêde de pelotões está se instalando, na preservação da soberania nacional, na

tarefa de civilização e de ocupação dos espaços que se integram, assim, em definitivo, no espaço brasileiro.

A Marinha, pela sua Capitania dos Portos, tem colaborado grandemente com o Govêrno do Estado, no especial da extinção da Cidade Flutuante.

A FAB, além das missões rotineiras do Correio Aéreo Nacional, sempre que necessário, tem dado igualmente a sua cooperação, transportando passageiros, mercadorias a pontos desservidos pela aviação civil e atendendo às solicitações dêste Govêrno, em missões especiais.

As Fôrças Armadas, na fase de pioneirismo que marca ainda o processo de integração da Amazônia, não podem ficar à margem. Têm uma função nacionalista da maior expressão. E' preciso ativá-la para os resultados imediatos que se impõem como emprêsa de brasilidade.

12. VISITANTES ILUSTRES

Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco

Ministros de Estado

Escola do Estado-Maior do Exército

Escola Superior de Guerra

Adidos Militares

Embaixadores

Reivindicações do Estado

No decorrer do ano findo, recebemos a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, dos Ministros Otávio Gouveia de Bulhões, Mauro Thibau, Marechal Cordeiro de Farias, respectivamente titulares da Fazenda, Minas e Energia, Viação e Obras e de Coordenação Para os Órgãos Regionais; Embaixadores da Holanda, Índia e França; Escola Superior de Guerra e Escola do Estado-Maior das Fôrças Armadas; Adidos Militares junto às Embaixadas continentais e acreditadas perante o Govêrno brasileiro e, no comêço dêste ano, de um grupo de oficiais da EMFA, além de 120 cadetes da Aeronáutica.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a quem Vossas Excelências tributaram a homenagem especial da concessão do título de Cidadão do Amazonas, recebido em sessão solene dêsse Legislativo Estadual, têve oportunidade de verificar o quanto sua passagem pela alta administração do país tem ecoado em nossa terra. Cercou-o o povo de demonstrações de carinho e de respeito, que lhe falavam ao coração, emocionado porque nada lhe parecia como manifestação prèviamente programada, mas resultante da espontâneidade popular, sem reservas e cheia de afeto. Sua Excelência, registremos, no Palácio Rio Negro proferiu palavras sôbre a presença da União em nosso Estado e como o Poder Federal encarava os nossos problemas. Com objetividade, entreguei-lhe exposições que refletiam os pleitos oficiais do Estado e os da iniciativa privada, constantes de:

1. Política de Crédito

a) — ampliação da faixa de operação da CREAI, passando, assim, o Banco do Brasil S/A a ser um instrumento de dinamização da economia estadual;

b) — aumento do capital do BCA, inclusive, com suporte financeiro do Ministério da Fazenda, a fim de garantir o encaixe bancário nos períodos de financiamento da safra gomífera e nas ocasiões de registro de grandes estoques, como sói ser, no momento, em que o BCA retinha cêrca de 22.000 toneladas de borracha em seus armazéns;

c) — determinação ao BNDE para cumprimento do preceito legal que recomenda a aplicação de porcentual específico, na Amazônia, dos recursos operativos do Banco;

d) — instalação, urgente, na cidade de Manaus, de uma agência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com o escôpo de possibilitar a propagação do sistema de cooperação nas atividades produtivas do Estado, bem como, de oferecer o numerário necessário para o apôio à produção agro-pecuária;

e) — conceder ao Banco do Estado do Amazonas, através do Conselho Monetário Nacional, aumento para a sua faixa de redescontos e, através do BNDE, repasse dos recursos provenientes dos acôrdos do trigo, a fim de financiar projetos industriais e agro-pecuários, que rearticulem a economia amazonense no sentido de uma atividade racional e menos aleatória.

2. Pôrto de Manaus

a) — elaboração de nova política tarifária para o pôrto de Manaus, eliminando os adicionais e os sôbre-adicionais, que estão onerando, sobremaneira, a manipulação de cargas nos trapiches da Manaos Harbour;

b) — reequipamento e recuperação do pôrto de Manaus.

3. Zona Franca de Manaus

a) — conceda, urgentemente, uma base física para êsse órgão federal poder cumprir, com eficácia, suas finalidades em Manaus;

b) — desvinculação parcial do órgão do Orçamento da SPVEA, passando a receber seus recursos do Ministério da Fazenda, no tocante às despesas de custeio, ficando a SPVEA com a responsabilidade das despesas de capital;

c) — reformulação da legislação da Zona Franca.

4. Política Fiscal

a) — elisão da expressão "Capital 100% nacional" do texto da Lei 4.216 e de seu correspondente regulamento;

b) — modificação no § 2.º do artigo 1.º do Decreto Federal n.º 54.149, que regulamentou a Lei n.º 4.216, elevando a alíquota dos descontos do Impôsto de Renda de 50 para 75%;

c) — alteração da Lei n.º 4.216 e do Decreto 54.149, a fim de que permita, opcionalmente, sejam os descontos do Impôsto de Renda, depositados no BCA e nos Bancos dos Estados da Região Amazônica;

d) — elaboração, por parte do Govêrno Federal, de lei que estenda, automàticamente, à Amazônia, todos os favores fiscais concedidos e a conceder ao Nordeste;

e) — alteração da Lei 4.357, no artigo 14, letra "d", permitindo que a aquisição de ações dos Bancos de Estados da Região Amazônica seja, também, dedutível, a título de despesa geral, do Impôsto de Renda;

f) — elaboração de uma legislação fiscal especial, que englobe incentivos oriundos das órbitas federal e estadual, destinados às fronteiras amazônicas, com o escôpo de radicar, em nossas lindes, o resultado da produção nacional capaz de impedir a evasão dos nossos produtos para os países limítrofes.

5. SPVEA

a) — cumprimento do preceito constitucional, encontrando-se fórmula para pagar ao Estado Cr$ 7.722.653.908, repre-

sentando o porcentual de 74,24% das dotações que vêm atrazadas desde 1954 até o ano de 1964.

6. Navegação na Amazônia

a) — elaboração de nôvo estatuto da navegação fluvial da Amazônia, regulamentando a cobrança dos fretes, as atividades do pôrto e o sistema de pessoal pertinente;

b) — criação de um Fundo Geral de Fretes para a navegação fluvial da Amazônia, com a finalidade de amortecer os custos, a exemplo do que já existe com relação ao comércio do petróleo e seus derivados.

7. Política Rodoviária

a) — construção das rodovias BR-174 (Manaus-Caracaraí-Boa Vista) e BR-80 (Manaus-Brasília).

8. Política Educacional

a) — liberação das seguintes verbas do Plano Nacional de Educação: para o ensino primário, Cr$ 9.849.385.000; para o ensino médio, Cr$ 12.424.673.000 e para salário educação, Cr$ 199.022.400.

9. Problema da Lepra

a) — adoção do seguinte programa mínimo: reforma geral da Colônia "Antônio Aleixo" com a finalidade de extinguir o Leprosário "Belizário Pena", Cr$ 800.000.000;

b) — equipamento hospitalar, Cr$ 100.000.000;

c) — utensílios de copa, cozinha e lavanderia, Cr$ 100.000.000;

d) — veículos, Cr$ 60.000.000 e rêde de distribuição elétrica Cr$ 30.000.000, num total de Cr$ 1.090.000.000.

10. Industrialização do Estado

a) — apôio do Poder Federal para a Companhia Siderúrgica da Amazônia, projeto do salgema e projeto de papéis finos.

11. Energia Elétrica (CEM)

a) — verbas necessárias para a aquisição e montagem da quarta turbina de 7.500 KW;

b) — estudo da ELETROBRÁS, juntamente com a CELETRAMAZON, para a objetivação do propósito inserido no ítem "a".

Sua Excelência, por fim, ouviu estudantes, por seus órgãos de classe, trabalhadores, por seus sindicatos, com todos debatendo os problemas que lhe apresentaram, dando, dêsse modo demonstração inequívoca de sua vocação democrática.

Tais visitas importaram, evidentemente, em manifestações de aprêço ao nosso Estado, que principia a ser considerado sob novos ângulos, aquêles ângulos de dignidade, de perspectivas sadias e de realidade no tocante a passos mais seguros e efetivos em busca do progresso e da estabilidade. É de assinalar, nesse particular, o gesto do Chefe do Estado, propondo, em Mensagem ao Senado da República, o nome do Dr. Henoch da Silva Reis para vaga de Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Figura de alta expressão, de que sua terra natal se pode orgulhar, por sua atividade profissional como magistrado, professor e autor de obras no campo jurídico, sua escolha significa, insista-se, um público reconhecimento de que o Amazonas começa a ser solicitado a participar da cúpula do Poder Federal.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação polít'ca, decorrente da transformação econômica e social, que assegura maturidade e consciência de povo, opera-se a olhos vistos nas Américas e é parte integrante do mundo em mudança que, face às angústias sociais, procura soluções realistas, objetivas, que conduzam a uma era de bem-estar coletivo. Essa transformação se vem processando pelos tradicionais meios de fôrça e muito poucas vêzes pelo exercício criterioso das decisões legais, que consultem aspirações e sejam fruto de uma experiência a que não se possa mais fugir. Em ambos os casos, ocorre sempre, porém, a comprovação de que não há mais alternativas nem contemporizações — o anseio universal por um mundo diferente, menos áspero, menos egoísta, menos possuído por poucos e não por todos ou por muitos mais, é uma realidade que explode e vale como reflexo de um nôvo estado de consciência. Nas nossas Américas, tal estado de espírito é vivo, contundente e imediatista. O militarismo que as marcou por tanto tempo, naquelas facetas piores de que o militarismo se caracterizava, está, por isso, sendo substituído, quando ainda existe, pela mentalidade nova que absorve os próprios quartéis, que não mais se limitam ao conhecimento do seu sistema hierárquico e se esclarecem na indagação e na curiosidade em tôrno às problemáticas nacionais, num rejuvenescimento que os leva a meditações do papel que devem exercer e não podem mais restringir-se ao isolamento, que diferenciava seus integrantes das demais classes e, de certo modo, os impopularizava. Dizem bem, analisando o fenômeno latino-americano, quantos o procuram definir, na sua atualidade, que a alguns parece evolução dinâmica e a outros explosão incontrolável, que a presença de militares na vida política do continente, ao lado das gerações civis, ganha hoje novas formas, graças ao discernimento, ao esclarecimento que se vem operando nas gerações novas das fôrças armadas, em entendimento harmônico

com as elites civis, visando à proposição, em conjunto, à programação e à execução das políticas nacionais de desenvolvimento. O horror às elites civis, responsabilizadas em muitos episódios, como as elites militares, pelos desacêrtos da vida continental, cede à visão da realidade, impondo uma compreensão mais exata dos complexos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Vimos sendo excetuados daquele sistema pernicioso, que gerou indisciplina, conspirou contra o progresso, foi servil a nações poderosas que o utilizam em favor de seus interêsses econômicos. E isso porque, ao longo de tôda a nossa história, o que temos visto é o despreendimento de nossas elites militares, que não cederam aos exemplos vizinhos para a posse do poder e sua exploração em desserviço da Pátria. Essa uma constante, observada por quantos examinam o processo político da América ibérica. Teremos agora abandonado aquela posição, para ingressar na fase da experiência de fundo autocrático ou cesarista? É essa a conclusão apressada que se faz lá fora. Estaríamos vivendo uma ditadura direitista e militarista, de consequências imprevisíveis. Não me parece certa a conclusão. Militarismo não é o que vemos no Brasil de hoje, como resultante dos sucessos de Março-Abril. O que nos parece real, é que estamos retornando às primeiras experiências republicanas. Venceram as fôrças armadas na luta contra a desonestidade e contra a subversão. E foram ao Poder para consolidar, o que só elas poderiam efetivar, o pronunciamento armado, que refletiu a restauração dos princípios de hierarquia e de austeridade e atendeu a uma angustiada chamada das fôrças civis, impotentes para, por si, alcançar a vitória. Como nos idos iniciais da República, o Poder foi assumido agora com a aprovação do Legislativo, que já reformulara duas vêzes a sistemática constitucional republicana, passando do Presidencialismo ao Parlamentarismo e dêste para aquêle. A consolidação da República não seria possível se, na sua fase de mudança, o Executivo tivesse sido entregue a um civil. Essa a lição que ninguém ignora e nos nossos dias se repete com o mesmo sucesso. O militarismo da América hispânica não tem vez, portanto, entre nós, nem podemos atri-

buir, ao que ocorre no País, a condição de arcabouço de uma nova ordem que vise a abolir o Poder civil.

O exame de nossa realidade política conduz-nos, e isso é o certo, a uma triste conclusão — não soubemos realizar a democracia em seus justos têrmos. Porque, convenhamos, sem a dignificação da pessoa humana, representada na instrução, na saúde, no trabalho, na vida vivida em condições materiais sadias, a democracia, no entendimento clássico, não poderá ser uma realidade. Os partidos políticos extintos, por acaso exerceram os seus mandatos criando, por seu esfôrço, aquelas condições especiais ?

Há, concordemos, todo um processo vicioso, que é preciso liquidar. As instituições que elaboramos e para que sejam o fruto de nossa vivência e não cópia de fórmulas alheias, sejam exequíveis no estado atual de nossa civilização, portanto um reflexo político do que elas expressem de nossa própria ação criadora, não podem ser manipuladas e reformuladas no texto central de nossa organização, através de emendas que o destróem na sua integridade, que é fundamental. É urgente, portanto, a reformulação, como é urgente a reabertura do exame, para a solução que não tarde, dos grandes problemas que dizem diretamente com o nosso futuro, com a nossa permanência no seio do mundo ocidental, com a própria segurança interna. O federalismo é, evidentemente, hoje, uma fórmula vazia, que se perde e se compromete pelo cesarismo da União. O desequilíbrio econômico e cultural entre as regiões é de uma evidência palpável e de uma gravidade difícil de esconder e de ignorar. A reformulação da vida nacional, em têrmos de reestruturação social e econômica, numa autêntica revolução contra o arcaísmo das estruturas vigentes, é, portanto, uma exigência que todos sentimos e deve começar pelo lançamento de nôvo diploma jurídico-constitucional, que ponha têrmo, insisto, às estruturas ultrapassadas e consubstancie uma filosofia, um realismo e uma dinâmica política nova. É preciso criar a consciência das responsabilidades, que não devem mais permanecer nas mãos de uns tantos, mas, universalizando-se, tenham a participação

de muitos mais, servindo, assim, à politização efetiva da sociedade.

Os Atos Institucionais e os Complementares, baixados pelo Senhor Presidente da República foram necessários: serviram à preservação do Movimento de 31 de Março, institucionalizando-o e cercando-o da legitimidade jurídica, advinda das fórmulas legais. De outro lado, importaram na imposição de uma nova ordem, criando a engrenagem partidária, como fase inicial para a disciplinação política futura, disciplinação que deve dar margem a organizações que não sejam a repetição das facções do passado e, realmente, constituam expressões ideológicas, integrem-se de programas que reflitam as aspirações nacionais. A organização partidária brasileira, que se elaborar como decorrência dos novos tempos, precisa, evidentemente, para justificar-se, para tornar-se autêntica, para poder merecer a confiança e a preferência da consciência do País, deixar de ser arrumação de interêsses pessoais para afirmar-se como órgão de direção e de coordenação de vontades e de objetivos visando ao bem coletivo. Faz-se necessário pôr fim ao engôdo, ao cambalacho, ao espúrio, que tantos males causaram à Nação, desfigurando-lhe a vontade e desservindo-a tão vigorosamente.

Parece-nos cêdo demais para um balanço, que reflita autenticidade e não seja marcado pela paixão, a cêrca dos êxitos e dos fracassos da Revolução. Afirma-se que o saldo positivo é pequeno e o negativo, muito sensível. O Presidencialismo a que nos submetemos, exercido por mãos firmes, tem sempre a responsabilidade de tudo quanto sucede, esquecidos todos que num país como o nosso, de tão gritantes diferenças culturais, de progresso tão desequilibrado de região a região, a responsabilidade do governante nacional não pode ser aquela que se pretende ao calor de um impressionismo sem constância e irrealístico. E' cêdo para o juízo. O que deixou de ser feito, no passado, a enormidade dos erros que se acumularam, não pode deixar de ser recordado, pesando nas meditações, para uma inteligência pragmática do momento e do que êle representa como fato

consumado no processo de desenvolvimento de nossa Pátria. Aqui mesmo, se já foi possível melhorar, realizar alguma coisa para o futuro, quanto há por fazer, a desafiar as gerações ?

As reflexões que estamos fazendo neste diálogo com Vossas Excelências, e através do qual pretendemos deixar registrado quanto se fêz de positivo, com a cooperação de Vossas Excelências e o patriotismo e a dedicação da equipe que trabalha conosco, são o fruto de nossas preocupações como governante e como cidadão, que viveu a sua maior vida na grande luta pela educação, conduta em que consiste o seu grande orgulho e um pouco da razão de sua vida. Elas nos conduzem, no particular de nossa terra, a conceber que não sairemos da condição sub-humana em que nos vimos mantendo se não levarmos, para a cooperação indispensável, à consciência nacional a idéia de que se faz necessária uma nova política. Somos, disse há pouco ao Senhor Presidente da República, analisando a administração federal: "A Amazônia é um vasto império dentro do continente que é o Brasil. Ninguém tem mais o direito de ignorar esta realidade. E nesse império, o Brasil deve realizar-se para o futuro, realìsticamente, demonstrando virilidade, impetuosidade, maturidade. Ora, nenhum império no mundo foi efetivado na sua estrutura, na sua vivência, na base de uma política medrosa, hesitante, sem entranhas, sem ímpetos criadores e através de organismos de pequeno porte, fadados a insucessos e sob comandos sem mãos livres, sem condições para realizar êsse comando. A Amazônia, que é o deserto e precisa quanto antes tornar-se parte permanente e preponderante de nossa Pátria, deve ser conduzida por um organismo de porte mais alto. À simples repartição controlada em limitações burocráticas, deve suceder o Ministério da Amazônia. O exemplo britânico e o exemplo francês, na formulação das respectivas políticas ultramarinas e de sua execução quase exemplar, não podem ser desprezados. Dispõe Vossa Excelência de acuidade bastante para compreender que não estamos sugerindo lìricamente. A idéia não nos pertence. É já válida na região, que a sente e a deseja".

Essa a última reflexão. Entrego-a ao exame de Vossas Excelências, com a exposição da vida estadual no ano que se extinguiu e programações do nôvo ano que iniciamos.

PALÁCIO RIO NEGRO, em Manaus, 15 de março de 1966.

a) ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS
Governador do Estado

Esta obra foi executada nas oficinas da Editôra Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmento, 78 — Manaus, para o Govêrno do Estado do Amazonas.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA